



UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

HÉVILA MARIA SOUSA SANTOS

**CENSURA E MARGINALIDADE EM CASSANDRA RIOS:
O ESQUECIMENTO COMO POLÍTICA**

SÃO LUÍS – MA
2024

HÉVILA MARIA SOUSA SANTOS

**CENSURA E MARGINALIDADE EM CASSANDRA RIOS:
O ESQUECIMENTO COMO POLÍTICA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Maranhão, como requisito para a obtenção do título de Mestre em História.

Linha de pesquisa: Poderes e Sociabilidades
Orientador: Prof. Dr. Victor de Oliveira Pinto Coelho
Coorientadora: Prof. Dra. Fernanda Rodrigues Galve

SÃO LUÍS – MA

2024

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Diretoria Integrada de Bibliotecas/UFMA

Santos, Hévila Maria Sousa.

CENSURA E MARGINALIDADE EM CASSANDRA RIOS: : o
esquecimento como política / Hévila Maria Sousa Santos. -
2024.

120 f.

Coorientador(a) 1: Fernanda Rodrigues Galve.

Orientador(a): Vítor de Oliveira Pinto Coelho.

Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-graduação em
História/cch, Universidade Federal do Maranhão, São Luís
(MA), 2024.

1. Cassandra Rios. 2. Censura. 3. Ditadura. 4.
Homossexualidade. 5. Lesbianismo. I. Coelho, Vítor de
Oliveira Pinto. II. Galve, Fernanda Rodrigues. III.
Título.

HÉVILA MARIA SOUSA SANTOS

**CENSURA E MARGINALIDADE EM CASSANDRA RIOS:
O ESQUECIMENTO COMO POLÍTICA**

Dissertação de mestrado apresentada ao Programa de
Pós-Graduação em História da Universidade Federal
do Maranhão, como requisito para a obtenção do
título de Mestre em História.
Linha de pesquisa: Poderes e Sociabilidades

APROVADO EM: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Víctor de Oliveira Pinto Coelho (UFMA)
Orientador

Profa. Dra. Fernanda Rodrigues Galve (UFMA)
Coorientadora

Examinador

Examinador

Aos meus pais e ao meu irmão,
Pelo afeto, apoio e amor.

AGRADECIMENTOS

Enquanto as páginas em branco ganham texto, soma-se a mim a trajetória que desejei cursar quando concluí a graduação: entrar no mestrado e conquistar meu título de Mestre em História. Um dia pareceu impossível que a neta da Graça, que nunca teve oportunidade de estudar, pudesse possuir este título.

Pareceu impossível também, mas aconteceu, meus pais se conheceram em uma livraria. E foi lá onde a minha mãe sentiu as primeiras dores do parto. Entre os livros eu fui criada, decidi estudar História, e nesse percurso, enquanto visitava a História Contemporânea me surpreendi com o fato de ocorrer censura a livros.

Comovida, o que escrevo hoje tem parte da minha história, tem a minha trajetória acadêmica, tem o apoio da minha família, dos amigos, dos professores, do financiamento da Capes e o forte desejo de garantias de liberdade de expressão e de vida à população LGBTQIA +.

Onde se queimam livros, acaba-se queimando
pessoas.

Heirich Heine (1797-1856)

RESUMO

Cassandra Rios (1932-2002), escritora paulista conhecida por escrever romances lésbicos e eróticos, foi censurada durante todo o regime civil-militar que esteve em vigência no Brasil entre os anos 1964 e 1985. De acordo com o regime, suas obras eram inadequadas para a população brasileira, pois ofendia os valores morais e os bons costumes que se buscava preservar ao povo brasileiro. Esse discurso não foi criado pelos militares no poder, tampouco se restringiu à realidade brasileira reservada a esse período. O viés teórico escolhido trata, portanto, da História do Tempo Presente, ditadura civil-militar no Brasil, gênero e esquecimento, visto que Rios é esquecida como artista mais censurada durante a ditadura no Brasil. Com as contribuições de Dosse (2012), Fico (2002, 2012), Reimão (2011, 2014), Foucault (1988; 1996), Trevisan (2018), Scott (1995), Witting (2022), Green e Quinalha (2021) e Pollak (1989), tendo como fontes cartas escritas ao Ministro da Justiça, notícias de jornais sobre Cassandra Rios e romances da autora, esta dissertação discorre entre a História, a homossexualidade, a política e a censura.

Palavras-chave: Cassandra Rios; Censura; Ditadura; Homossexualidade; Lesbianismo.

RESUMEN

Cassandra Rios (1932-2002), escritora paulista conocida por escribir novelas lésbicas y eróticas, fue censurada durante todo el régimen cívico-militar vigente en Brasil entre 1964 y 1985. Según el régimen, sus obras eran inapropiadas para la población brasileña, ya que ofendió los valores morales y las buenas costumbres que buscaba preservar el pueblo brasileño. Este discurso no fue creado por los militares en el poder, ni se restringe a la realidad brasileña reservada para ese período. Por el contrario, la censura de las sexualidades consideradas desviadas había cobrado fuerza desde décadas previas al Golpe de Estado de 1964. Relación entre homosexualidad, promiscuidad y peligrosidad para la nación. El sesgo teórico escogido trata, por tanto, de Historia del Tiempo Presente, dictadura en Brasil, discurso y género, con los aportes de Dosse (2012), Fico (2002, 2012), Reimão (2011, 2014), Foucault (1988, 1996), Trevisan (2018), Scott (1995), Witting (2022), Green y Quinalha (2021) y Pollak (1989). Teniendo como fuentes cartas escritas al Ministro de Justicia, reportajes periodísticos sobre Cassandra Rios y novelas de la autora, esta disertación discute entre la Historia, la homosexualidad, la política y la censura.

Palabras clave: Cassandra Ríos; Censura; Dictadura; Homosexualidad; Lesbianismo.

LISTA DE ABREVIações E SIGLAS

ANL	Aliança Nacional Libertadora
CID	Classificação Internacional de Doenças
CODI	Centro de Operações de Defesa Interna
DCDP	Divisão de Censura de Diversões Públicas
DFSP	Departamento Federal de Segurança Pública
DIP	Departamento de Imprensa e Propaganda
DOI	Destacamento de Operações de Informações
GGB	Grupo Gay da Bahia
HQ	História em Quadrinhos
MAF	Movimento de Arregimentação Feminina
MJ	Ministério da Justiça
MMC	Movimento por um Mundo Cristão
OMS	Organização Mundial da Saúde
PSB	Partido Social Brasileiro
RJ	Rio de Janeiro
SCDP	Serviço de Censura de Diversões Públicas
TFP	Tradição, Família e Propriedade
UCF	União Cívica Feminina
URSS	União das Repúblicas Soviéticas

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1 CASSANDRA RIOS, PAPISA DO HOMOSSEXUALISMO: DITADURA E PERSEGUIÇÃO.....	21
1.1 O Estado pela defesa da moral e dos bons costumes.....	24
1.2 Ameaça à família: onde moral e política se encontram.....	28
1.3 Copacabana Posto 6 – A madrasta (1965).....	37
2 CASSANDRA RIOS, A AUTORA MAIS PORNOGRÁFICA DO BRASIL: O MEDO DA LESBIANIDADE EM NOTÍCIAS DE JORNAIS.....	50
2.1 O jornal impresso nos anos de ditadura civil-militar.....	54
2.2 Volúpia do Pecado (1948).....	63
2.3 Uma mulher diferente (1969)	69
3 CASSANDRA RIOS, A AUTORA MAIS PROIBIDA DO BRASIL: O ESQUECIMENTO COMO POLÍTICA.....	76
3.1 Marginalidade.....	78
3.2 Marcella (1975)	90
3.3 O esquecimento como política.....	100
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	109
FONTES.....	112
REFERÊNCIAS.....	112

INTRODUÇÃO

Meu irmão estava na Alemanha em 2022 vivendo a experiência de mochileiro na Europa, quando me enviou a foto de uma inscrição em uma calçada em Berlim que dizia, em alemão, a frase que consta na epígrafe deste trabalho com a seguinte mensagem: “lembrei de você”.

Meu irmão Haide sabe que desde a graduação eu me dedico a estudar a censura sofrida pela escritora lésbica Cassandra Rios (1932-2002), escritora paulista que dedicou a sua vida a escrever romances lésbicos durante a ditadura civil-militar e, vez por outra, esse tema volta às nossas conversas, visto que a censura continua a ser debatida nos dias de hoje, bem como à invisibilidade e perseguição à minoria LGBTQIA+¹. Sobretudo alguns anos atrás, quando tais temas se tornaram ainda mais recorrentes desde a campanha às eleições presidenciais de 2018, que teve como efeito a eleição de Jair Messias Bolsonaro defensor da “moral e dos bons costumes”.

Essa breve introdução intimista reflete que o trabalho do historiador é permeado pelas relações do seu tempo (Pinsky; Luca, 2009). Mas também, cabe dizer, que o trabalho acadêmico é realizado à muitas mãos e observações, por isso, o texto desta dissertação é resultado de um eco polifônico, produto da interação entre pesquisa, orientação, vivências pessoais e acadêmicas.

Dito isso, ao longo das quase quatro décadas que nos separam da queda da ditadura civil-militar brasileira², podemos constatar, no campo da produção artístico cultural, o aparecimento de vários temas relacionados a esse período da história nacional, percorrido a partir de diferentes panoramas. Esses temas refletem as mudanças sociais, políticas e culturais que ocorreram no país e o surgimento de novas demandas e perspectivas.

¹ Segundo Facchini e França (2009), a partir da década de 1990, o movimento de homossexuais cresceu e se organizou politicamente no Brasil, a favor de seus direitos e de maior representatividade. Em 1993, ele apareceu como Movimento de Gays e Lésbicas (MGL); dois anos depois, surgiu a sigla GLT, que significa Gays, Lésbicas e Travestis; em 1999, o movimento passou a se identificar como Gays, Lésbicas, Bissexuais e Transgêneros (GLBT), passando pelas variantes GLTB ou LGBT, sendo essa última a mais conhecida e inclui as pessoas que se identificam como gays, lésbicas, bissexuais, travestis, transsexuais e transgêneros. Já a sigla GLS também foi criada na primeira metade da década de 1990 e pretendia definir um segmento de mercado voltado para os consumidores “gays e lésbicas”, mas que tivesse potencial inclusivo de consumidores “heterossexuais”, chamados de “simpatizantes”. Atualmente, em respeito à diversidade de gêneros a sigla LGBTQIA+ se tornou mais usual e abrange lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, queer, intersexuais e + (outros grupos e variações de sexualidade e gênero).

² A opção pela utilização do termo “ditadura civil-militar” advém do reconhecimento de que o regime repressivo das forças armadas contou com amplo respaldo de setores da sociedade civil, notadamente a elite político-econômica e midiática, além de ter sua estrutura burocrática integrada por civis (Lemos, 2019). No entanto, tal escolha não implica em ignorar a responsabilidade penal das forças armadas; pelo contrário, apenas ressalta que os militares não foram os únicos responsáveis.

Entre eles podemos destacar a valorização da diversidade cultural e da pluralidade de identidades, com a afirmação de diferentes formas de expressão artística, como a literatura, o cinema, a música e as artes visuais. Além disso, a luta contra a discriminação racial, de gênero e sexual, bem como a defesa dos direitos humanos e da liberdade de expressão, também se tornaram pautas importantes na produção cultural brasileira. Cresce no período pós-ditadura a emergência de temas historicamente marginalizados (Carneiro, 2018), sem o véu da censura a cobrir essa expansão.

Pois, durante a ditadura civil-militar no Brasil, que durou de 1964 a 1985, houve censura e perseguição a minorias, incluindo a comunidade LGBTQIA+. A homossexualidade era considerada crime e os indivíduos vistos como tal eram frequentemente alvo de violência e discriminação.

O regime promoveu uma cultura de repressão e conservadorismo, o que tornava ainda mais difícil a luta por direitos e aceitação da referida comunidade. Somente após o fim da ditadura, com o processo de redemocratização, é que a comunidade LGBT começou a ter mais visibilidade e a lutar por seus direitos de forma mais organizada (Green; Quinalha, 2021). O que não significa que não houve resistência dessa minoria na luta por seus direitos durante as décadas que perduraram a ditadura civil-militar.

Cassandra Rios, por exemplo, escritora brasileira conhecida por suas obras eróticas e sensuais, que recorrentemente foram alvo de censura e proibição durante as décadas de 1950 e 1960, se dedicou a escrever romances lésbicos mesmo enfrentando muitas dificuldades durante sua carreira literária, incluindo processos judiciais e proibições de seus livros. Apesar das dificuldades enfrentadas, Cassandra deixou um legado significativo na literatura brasileira, especialmente no gênero erótico e, por isso, merece destaque na academia, onde nos serve como objeto primeiro de nossa pesquisa.

Destarte, não é segredo que há um grande tabu em volta da homossexualidade. Segundo João Silvério Trevisan (2018), é na sexualidade que se abrigam os mais sólidos preceitos morais das sociedades. Conforme o tempo passa, entre novos e velhos argumentos, se ouve ainda que a homossexualidade é inútil para a reprodução humana, que a prática homossexual destruirá a família e os seus ideais.

Para contextualizar, em vários momentos da História, a homossexualidade foi tida como bode expiatório em momentos de crise, sendo alvo fácil para a recrudescência de credos religiosos e morais. Pois, se são pouco tolerados, “sempre que a minha situação não tem saída, a saída é atacar o mal fora de mim” (TREVISAN, 2018, p. 21).

Com o discurso religioso em que “o homem deixa o seu pai e a sua mãe para se unir com a sua mulher, e os dois se tornam uma só pessoa” (Gênesis, 2:24)³, a Portugal Cristã trouxe, com a invasão da Terra de Vera Cruz, o espanto aos modos de vida dos indígenas que aqui viviam, como escreveu Pero Vaz de Caminha em carta à Corte “andam nus, sem nenhuma cobertura. Nem estimam de cobrir ou de mostrar suas vergonhas; e nisso têm tanta inocência como em mostrar o rosto”. Justificando, em algum tempo, que traziam consigo a civilização, diante do comportamento “selvagem” dos nativos.

Assim, o medo da homossexualidade chegou ao Brasil como herança europeia, quando aos poucos nos tornamos nação aos moldes ocidentais. Consta no Antigo Testamento da Bíblia – livro sagrado para os cristãos – que “nenhum homem deverá ter relações com outro homem; Deus detesta isso” (Levítico, 18:22). No Novo Testamento lemos que:

por causa das coisas que essas pessoas fazem, Deus as entregou a paixões vergonhosas. Pois até as mulheres trocam as relações naturais pelas que são contra a natureza. E também os homens deixam as relações naturais com as mulheres e se queimam de paixão uns pelos outros e por isso recebem em si mesmos o castigo que merecem por causa de seus erros (Romanos, 1:26-27)

Respalhando, assim, que os homossexuais merecem ser castigados e discriminados por desobedecerem aos desígnios divinos presentes no texto bíblico. Com efeito, sendo a permissividade oportunista, a tolerância aos homossexuais varia de época para época, a depender das necessidades circunstanciais e justificativas para a existência da atração entre pessoas do mesmo sexo não faltaram e vão além das religiosas.

Observando logo nos primeiros contatos a prática do “pecado nefando” ou “sodomia”⁴, os colonizadores também encontraram mulheres indígenas em “papéis” masculinos, as quais chamaram tríbades (mulher que pratica *tribadismo*, isto é, sexo com outra mulher, sendo uma deitada sobre a outra, como um homem). Em São Luís do Maranhão foi assassinado por um tiro de canhão, no momento da ocupação francesa na ilha, Tibira, indígena Tupinambá, protagonista do primeiro relato de homofobia no país, em 1614 (Gonçalves, 2020).

³ Esta e as demais citações bíblicas estão presentes em BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**: Edição Católica. Tradução de Ir. Inês Helena Francisquini. Luanda – Angola: Sociedade Bíblica em Angola, 2003.

⁴ Segundo o historiador Jacques Solé (1977), na Antiguidade e na Idade Média os conceitos de *sodomia* ou *pecado nefando* englobavam tanto as práticas de sexo oral e anal heterossexual (dentro ou fora do casamento), quanto a relação sexual entre indivíduos do mesmo sexo.

Com a Contrarreforma⁵ (1545-1648) adotada por Portugal e outros Estados católicos, os desvios morais que ameaçavam o sacramento do matrimônio tornaram-se o objeto mais vigiado pela Justiça eclesiástica e inquisitorial. No Brasil, a primeira Visitação do Santo Ofício ocorreu no fim do século XVI, em 1591 na Bahia, se instalando em Pernambuco até 1595. Em 1605, o Santo Ofício visitou o Rio de Janeiro. Visitou outra vez a Bahia em 1618, concentrando suas atividades em Salvador, capital da colônia, até 1620. Houve processos inquisitoriais em Paraíba, Maranhão, Minas e Pará, tendo este último processos datados entre 1763 e 1769.

A Inquisição foi oficialmente extinta em 1821, antes disso, o Brasil foi subordinado às determinações inquisitoriais lusitanas. Flagelações, multas em dinheiro, confisco parcial ou total de bens, penitências públicas, degredo, trabalho forçado, prisão perpétua e condenação à morte por fogueira estavam entre as punições da Inquisição Portuguesa.

Em virtude disso, ressaltamos que entre os pecados luxuriosos visados pela Contrarreforma, aqueles identificados “contra a natureza”, isto é, “sempre que a semente masculina fosse despejada *extra vas*, quer dizer, fora do vaso natural da mulher” (TREVISAN, 2018, p. 118), que incluía as práticas homossexuais e de masturbação, foram os mais perseguidos.

Assim, o sistema de controle se modernizou com o tempo, a perseguição à homossexualidade outrora resumida ao discurso religioso, ocupou um outro lugar “com o advento das doutrinas pragmáticas, liberais e positivistas ligadas às revoluções Francesa e Americana” (TREVISAN, 2018, p. 167), ligadas ao discurso científico, com agentes específicos, como os higienistas e psiquiatras.

Em meados do século XIX, o Estado ao tomar notas das condições sanitárias dos lares brasileiros e dos índices alarmantes de mortalidade infantil, adentra as famílias com o objetivo de gerar filhos mais sadios para a Pátria recém independente. Era necessário modernizar a família com o apoio de prescrições científicas, calcadas em pressupostos sanitários e educacionais.

Com efeito, foi feita uma reestruturação no casamento, adicionando a ele a possibilidade de desfrutar do prazer sexual, mesmo que dentro de uma sexualidade estritamente conjugal, com o objetivo de aumentar a coesão entre os cônjuges e aprimorar a união legal, para alcançar vias seguras de vida física e moral. Na prática, isso tudo implicava em melhorar os padrões

⁵ A Contrarreforma é compreendida como a reação da Igreja Católica ao avanço do protestantismo na Europa. Ela se deu por meio de uma série de ações realizadas pela Santa Sé, que incluíram a proibição de livros, a catequização de pessoas por meio dos jesuítas e a reativação do tribunal da Inquisição. Veja mais sobre “Contrarreforma” em: <https://brasilescola.uol.com.br/historia/g/contra-reforma.htm>.

reprodutivos do casal, combatendo o sexo extraconjugal, afim de diminuir a alta transmissão de doenças venéreas na antiga família patriarcal.

Tendo a pederastia como um vício degradante moral e físico, a higiene médica buscou domesticar melhor a infância por meio de uma educação pautada em argumentos científicos. Os meninos deveriam praticar exercícios físicos para evitar a efeminação, por exemplo. Ao homem adulto, cabia a repulsa à pederastia ou se desvirilizaria.

Dessa forma, a ideologia higienista representou uma atualização ao domínio inquisitorial, afirmando-se como controle em nome da ciência, em substituição do controle religioso. A obediência dos cidadãos à ordem médica abriu espaço para a psiquiatria, aprimorando o controle sobre as pessoas cuja prática sexual era considerada desviante (Foucault, 1988).

A experiência da psiquiatria com a loucura promoveu um novo tratamento ao homossexualismo, os desvios à normal heterossexual deixam de ser enquadrados como crimes e se tornam doenças, passíveis de tratamento. Tanto na Europa como no Brasil, desde meados do século XIX, passaram a operar abordagens científicas sobre as “perversões sexuais”, assim, a “tendência homossexual” passou a ser compreendida à luz da ciência, caracterizando-se como uma *anomia*, manifestada pelo interesse em outra pessoa do mesmo sexo.

Segundo Ceccarelli em *A invenção da Homossexualidade* (2008), o termo “homossexualismo” foi proposto pelo médico húngaro Benkert, em 1869, com a finalidade de transferir essa manifestação da sexualidade do domínio jurídico para o médico, uma vez que o sufixo *-ismo* remete à doença. Hoje, opta-se pelo uso da palavra homossexualidade, já que a “homossexualidade” como doença foi excluída do DSM (Manual de Diagnóstico e Estatística da Associação Psiquiátrica Americana) em 1973.

Consequentemente, os homossexuais sofriam uma alteração psíquica que levava à “efeminização”. As lésbicas, por sua vez, “eram classificadas como loucas, congênitas ou viciadas” (TREVISAN, 2018, p. 175), cujas causas poderiam ser determinadas pela vivência em internatos, desgosto pelo sexo com um homem, a literatura e a educação moderna. Esta última com maior peso, pois foi a responsável por retirar a mulher dos afazeres do lar para as atividades do mundo, despertando nas mulheres curiosidades obscenas.

No Brasil não houve a criação de instituições psiquiátricas especializadas no tratamento à homossexualidade, como ocorreu em outros países. Mas, nem por isso a recomendação da intervenção psiquiátrica para tais casos deixou de ser feita pelas autoridades preocupadas com a “saúde” da população brasileira. Por exemplo, ao pontuar as diferenças entre Brasil e Cuba, Douglas Pinheiro (2018) escreve que, embora os dois países tenham se dedicado em reprimir

as identidades de gênero e as demais orientações sexuais, houve diferença no que se refere à prática da repressão. Quer seja em razão de um padrão moral tradicional no caso brasileiro, quer seja pelo perfil esperado ao novo homem revolucionário, no caso cubano.

No Brasil, contudo, a prática homossexual – apesar de tolerada – acabou se tornando caso de polícia. À medida que o homossexualismo deixava de ser uma doença e era encarada como depravação moral em meados do século XX. Em consonância com o clima autoritário do Estado Novo no Brasil⁶, inspirado no endurecimento contra a atividade homossexual dos países europeus. Essas mudanças de perspectiva na compreensão do ser ou não homossexual, bem como as razões para esse “desvio” à norma, tiveram por consequência a exclusão e marginalização dessa minoria.

Cabe explicar que, de acordo com Chaves (1970), o termo “minorias” costuma ser utilizada em dois sentidos: primeiro, se refere a um grupo de pessoas que de alguma forma está numa situação de dependência ou desvantagem em relação a um grupo “maioritário”, ambos pertencendo a uma conjuntura ou sociedade mais ampla. As minorias recebem quase sempre um tratamento discriminatório por parte da maioria. Em segundo, a palavra diz respeito às “minorias nacionais”, grupos raciais ou étnicos que, em condição de minoria, integram juntamente com uma maioria um determinado Estado.

O raciocínio de que a homossexualidade deveria ser combatida preventivamente, implicaria que por si, o homossexual é um depravado, quando não, criminoso. Em razão disso, a tolher em si qualquer gesto, mínimo olhar, trejeitos e gostos, homens e mulheres se esconderam e viveram com o estigma do preconceito, e mais ainda, ausente de gozar dos direitos que lhes cabe como cidadãos.

Assombradas pelo fantasma do “desvio” à norma, as elites brasileiras imbuídas de tradição patriótica e valores conservadores, tornaram-se absorvidas de pânico homofóbico, na mesma proporção que zelam pela observância das normas morais, no sentido de expurgar os desviantes. Como reforça Foucault em *A ordem do discurso* (1996, p. 9), “as regiões onde a grade é mais cerrada, onde os buracos negros se multiplicam, são as regiões da sexualidade e a da política”.

⁶ Estado Novo é como ficou conhecida a ditadura instaurada por Getúlio Vargas, entre os anos 1937 e 1945. Segundo Mourelle, durante o Estado Novo, o país avançou no plano econômico, desenvolvendo a sua indústria de base e a chamada Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT). Contudo, o período também foi marcado pela restrição das liberdades individuais e políticas, censura, prisões arbitrárias, prática de tortura e pelo intervencionismo do Estado na economia. A crise da democracia liberal no panorama mundial e o combate a opositores internos são fundamentais para entender evento que originou a ditadura do Estado Novo comandada por Vargas. Para saber mais, sugerimos a leitura do artigo MOURELLE, Thiago. Por que Vargas deu o golpe que criou o Estado Novo? In: **Café História**. 27 mai. 2019. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/por-que-vargas-deu-o-golpe-do-estado-novo/>. Acesso em: 11/01/2023.

O controle do homossexualismo como resolução de um “problema social” levou ao “intercâmbio da Justiça e das ciências com o aparelho policial” (TREVISAN, 2018, p. 186). Esse aparelhamento resultou na operação de vários sistemas de repressão e controle, como os que atingiram Cassandra Rios.

Isto posto, localizamos a escritora paulista Cassandra Rios, maior vítima da censura engendrada pelo regime civil-militar, instaurado por meio de um golpe de Estado em março de 1964. A ditadura perseguiu a liberdade de escritores, músicos, compositores, cineastas, educadores, jornalistas, prejudicando, dessa forma, a garantia da liberdade de expressão e opinião dos brasileiros.

Cassandra Rios, mulher lésbica, sofreu com a censura imposta pelo regime e pelo apagamento de sua história e contribuição à visibilidade das sexualidades desviantes, condenadas pelo Estado e pela Igreja à marginalidade. Foi a escritora mais censurada durante o período do regime ditatorial, entre os anos 1964 e 1985, segundo o Relatório da Comissão Nacional da Verdade, que veio a público em 2014. Por isso, questionamos quando os preconceitos à homossexualidade parecem restritos ao passado, pois a memória do nome de Cassandra Rios segue esquecido na academia e pela população em geral.

O que há de simbólico e permanente na questão da invisibilidade lésbica? O que restou à Cassandra Rios? O esquecimento?

Tecer uma pesquisa acadêmica sobre Cassandra Rios é retomar a História do ponto de vista dos vencidos, uma vez que ela foi contra a estrutura religiosa-patriarcal que rege a construção do Brasil como sociedade ocidental a partir dos moldes cristãos.

No mais, pesquisas nacionais sobre produções artísticas que fizeram parte da arte popular têm somado fôlego às tentativas de aproximar o grande público da academia, bem como associar o que é produzido pelo “povo” à História. A exemplo das recentes pesquisas dedicadas às composições e censura à artistas como Odair José e Waldick Soriano⁷. Cassandra Rios foi considerada sublitteratura por conta da sua escrita simples, por descrever abertamente cenas de sexo entre mulheres, sobre romantizar o amor lésbico sem o viés patológico como alguns descreviam, ou como o discurso médico apregoava.

Ademais, no cenário nacional os estudos das relações de gênero vêm ganhando visibilidade no meio acadêmico, na mídia e também em variados âmbitos da sociedade civil, como organizações não-governamentais e movimentos sociais (Lira, 2015). Isto se deve ao fato de que as relações de gênero são complexas, afinal, não se restringem às discussões sobre

⁷ Sobre este tema sugerimos a leitura de SEDANO, Eder A. F. “Inimigo da morale dos bons costumes”: a atuação da censura sobre a obra de Odair José (década de 1970). **ANPUH – SP**, 2020, p. 1-14.

mulheres, mas se encontram nas definições de masculino e feminino que não são precisas, transitando por esses signos.

Nessa convergência de conceitos, no esforço de compreender a complexidade dos indivíduos no meio social, vários teóricos preocuparam-se com a temática, a exemplo de Foucault (1988; 1996), Scott (1995); Wittig (2022), Trevisan (2018), Green e Quinalha (2021). Possibilitando, assim, a construção de uma história tendo o gênero como categoria de análise no que se refere à homossexualidade.

Em suma, esta pesquisa se desenvolve na tentativa de assimilar como as perseguições à Cassandra Rios se sucederam na ditadura civil-militar, em razão do seu “desvio” à norma, visto que a autora era lésbica e escrevia do ponto de vista dos envolvidos, entendendo que o discurso moral que norteia a censura aos seus livros é um discurso político (Lira, 2015). E, diante das fontes aqui inseridas, compreendemos que tal discurso é corroborado por um processo de formação de senso comum e por força de lei, como veremos nas páginas seguintes. Na introdução de cada capítulo consta uma epígrafe retirada de documentos que mencionam Cassandra Rios, onde se pode interpretar que, em cada menor fragmento documental, há rica possibilidade de análise.

No primeiro capítulo, problematizaremos a censura com base no fomento da criação do imaginário que induz a população brasileira enxergar a sexualidade feminina e LGBT como negativas, usando duas cartas endereçadas ao Ministério da Justiça, na década de 1970, solicitando fiscalização e apreensão de livros de Cassandra Rios como principais fontes.

No capítulo seguinte, analisaremos os principais argumentos e discursos censórios expedidos pelo DCDP para agrilhoar a obra de Rios à apreensão e à proibição sistemática, bem como os termos e meios de comunicação utilizados. Detalhando como funcionava a censura e como os jornais retratavam essas notícias, assimilando o discurso sobre a literatura considerada erótica e pornográfica. Neste caso, para estudo, utilizaremos recortes de jornais que noticiam as proibições, as listas de livros censurados que incluem títulos da autora aqui estudada, bem como a opinião de alguns livreiros à vista dos prejuízos financeiros decorrentes de tais decretos.

No terceiro e último capítulo, discutimos Cassandra Rios sob a perspectiva da marginalidade, seja pela sua obra que não é considerada pelo cânone nacional, seja pelo esquecimento que foi produzido subsequentemente, à luz de notícias de todo país que trazem a popularidade de Cassandra como protagonista, a fim de ilustrar que o esquecimento do seu nome entre os autores mais censurados do período da ditadura civil-militar brasileira fez parte de um projeto, onde a censura, o controle e a marginalidade de Cassandra Rios resultou no esquecimento como política.

“Submeto à elevada consideração de Vossa Excelência um exemplar do livro “COPACABANA POSTO 6” A MADRASTA, de autoria de Cassandra Rios, [...] por conter matéria ofensiva à moral e aos bons costumes” (Documento nº: br_dfanbsb_ns_agr_cof_cso_0579_d0001de0001. Brasília, DF., 06/11/1975. Arquivo Nacional)

1 CASSANDRA RIOS, PAPISA DO HOMOSSEXUALISMO: DITADURA E PERSEGUIÇÃO

Em 1964 iniciava no Brasil os anos do regime militar, que foi instaurado por meio de um golpe de Estado. Os militares e seus apoiadores colocaram seus planos nos âmbitos econômicos, sociais e ideológicos em prática. Não era novidade. Havia naqueles anos na América do Sul uma neblina densa que pesava o ar, sufocando e desestabilizando governos democráticos: sucederam-se outros golpes nos países vizinhos como na Argentina (1976), Chile (1974) e Uruguai (1973) e mesmo antes do Brasil, o Paraguai vivia sob esse espectro desde 1954.

Embora tenha havido particularidades na operacionalização das ditaduras nesses países, houve também semelhanças entre eles quando comparamos os contextos que viviam cada um antes, durante e após as ditaduras. As violências que a polícia e a política praticavam sobre as resistências variaram em *modus operandi* a partir da perspectiva de cada lugar. Mas, de modo geral, para sustentar o regime, era necessário inculcar na população os seus propósitos. Por isso, é preciso escrever sobre o principal objetivo dos militares quando tomaram o poder.

O mundo vivia sob o contexto de um conflito complexo e multifacetado nascido da Segunda Guerra Mundial, que definiu as relações internacionais por quase meio século, a Guerra Fria (McMahon, 2012). Uma guerra entre as potências dos Estados Unidos e da União Soviética que disputavam influências político-econômicas entre os outros países, provocando conflitos armados em outros continentes, a exemplo da Guerra da Coreia (1950-1953) e do Vietnã (1955-1975) na Ásia; do massacre e golpe de Estado na Indonésia (1965-1967) e a Guerra-Civil Angolana (1975-2002) na África. A ameaça de governos que atendessem às doutrinas comunistas da União Soviética na América do Sul, fez com que os Estados Unidos interferissem nos governos da região, entre eles o Brasil.

A campanha anticomunista empreendida por militares e empresários brasileiros patrocinados pelos Estados Unidos, se dedicou a inculcar inverdades e mitos a fim de criar aversão da população sobre o governo da União Soviética e seus países aliados. Curiosamente, isso não se restringiu ao plano econômico, tampouco ao âmbito político, mas também à vida social e privada, incorporando parâmetros conservadores abrigados em preceitos judaico-cristãos, atingindo às sexualidades.

Ante o exposto, exploramos a campanha anticomunista desse período sob o viés da censura, que atingiu a imprensa e as demais manifestações culturais nacionais como a literatura, música, cinema, artistas e escritores. Assim, Cassandra Rios, objeto primeiro desta pesquisa,

foi uma escritora que viveu e publicou durante esse período nebuloso da nossa história, em que a densidade da neblina atingiu a sua produção artística e as sexualidades consideradas desviantes e algumas marcas desse passado recente perpetuam até hoje.

A escritora paulista Cassandra Rios, pseudônimo de Odete Rios (1932-2002), foi conhecida pela ousadia de escrever acerca da homossexualidade feminina e pela sua extensa produção. Seu primeiro romance foi *Volúpia do Pecado*, escrito em 1948, quando a autora tinha apenas 16 anos, sendo o livro um sucesso de vendas, com tiragem esgotada (Carneiro, 2018). Nessa novela, duas jovens se relacionam com naturalidade e descobrem juntas o amor e o prazer sexual. Seus romances posteriores seguiram a mesma linha.

Destaca-se, entretanto, que ela não está entre grandes nomes da literatura nacional, tampouco teve algum livro premiado. Pelo contrário, os livros de Rios foram considerados “marginais”⁸ pelos críticos, devido à sua escrita simples, linguagem que reproduzia o estilo de escritas populares e romances de folhetins (Santos, 2003), cujas personagens são categorizadas como rasas, em narrativas com nuances dramáticas e finais previsíveis. Contudo, tal categorização não corresponde à recepção tida pelos livros da referida autora, visto que, mesmo censurada pelo regime ditatorial no Brasil, ela continuou a produzir.

Em 1970, como consta no relatório da Comissão Nacional da Verdade (Brasil, 2014), divulgado em 2014, das suas 36 obras publicadas, 33 estavam proibidas. Conforme matérias publicadas nos jornais O Globo (Nos anos 70, 2013) e Folha de São Paulo (Contecertu, 2018), a autora em questão foi a primeira mulher brasileira a atingir a marca de um milhão de livros vendidos. Nesse sentido, partindo do pressuposto que a homossexualidade normalizava um estereótipo situado à parte da sociedade “regular” brasileira, é interessante enxergar que o objeto desta análise tenha se consolidado, na época, como porta-voz da minoria LGBTQIA+.

Desse modo, as ditaduras na América do Sul podem ser pensadas atreladas a outros “eventos traumáticos”, como escreve o historiador Carlos Fico (2012), característicos do século XX, logo, podemos situá-lo no contexto dos debates teóricos sobre a História do Tempo Presente. Dessa forma, ao buscarmos elementos que nos fizessem pensar a respeito dessa abordagem, escolhemos Michel de Certeau e François Dosse como principais teóricos neste capítulo, em razão de suas contribuições a respeito da operação historiográfica e diálogos com a questão da História do Tempo Presente. Assumimos, pois, o desafio de empreender uma discussão dos documentos que se seguem a essa abordagem.

⁸ De acordo com Oliveira (2011), o termo “marginal” envolve complexidades que dizem respeito a um padrão de concepções estéticas, sociais e políticas e possui uma aplicação específica na literatura brasileira contemporânea do ponto de vista estético-cultural.

A historiografia, que se inscreve na prática do historiador, é um dissertar que se associa com algo para além dele. Segundo Certeau, o discurso historiográfico se inicia a partir de um objeto, um documento, perdido e morto, uma vez que trata a morte como um meio de conhecimento. Assim, conforme Orian (2017), é possível observar o espaço entre a prática e o relato dela, isto é, a historiografia, uma vez que o historiador opera sobre o documento à luz dos seus interesses e preferências de métodos, o que implica, segundo o teórico francês, na existência de “vazios” na escrita da história e devem ser observados à perspectiva da corrente ou abordagem empregada.

Nessa orientação, uma das particularidades da História do Tempo Presente é a tensão dos contemporâneos pela busca da verdade, em outras palavras, a probabilidade do passado ser confrontado pelos testemunhos dos que experienciaram os eventos (Fico, 2012). Segundo Fico, a característica central da História do Tempo Presente se insere na sua implicação com a política, pois perpassa a circunstância de estarmos entrepostos em uma mesma temporalidade, tateando suas permanências, abrigados em uma dimensão coetânea, sobretudo na percepção que os eventos possuem esse caráter *infindável*.

As dificuldades de empreender uma investigação na História do Tempo Presente devem ser encaradas, de acordo com Padros (2009), no entendimento de que é fundamental entregar uma base explicativa plausível para os acontecimentos recentes. Isto é, partir de uma base analítica das fontes para apreender a história como processo. Dosse explica que a noção de “tempo presente” é um meio de revisitação das certezas e incertezas do passado, levando em conta que “a distância temporal que nos separa do passado se transforma, porque até então considerada uma desvantagem, ela se transforma em uma sedimentação de camadas sucessivas de sentido” (DOSSE, 2012, p. 2012), sem que se caia nas tentações de anacronismos.

Se o tempo é uma construção histórica vivenciado de diversas formas por culturas diferentes, a sua percepção, na prática do historiador, é um trabalho engajado. A sucessão do tempo em cronologia é necessária, mas reconhecer que ela é resultado de convenções que expressam uma noção de ordem é preciso (Motta, 2012).

Assim, a discussão que elaboramos a seguir é fruto do esforço de analisar os documentos não somente à luz da História do Tempo Presente, mas também de relacionar os arquivos repressivos, seus discursos e argumentos referentes à obra de Cassandra Rios sob uma perspectiva do debate de gênero. Uma vez que a homossexualidade era considerada como atentatória à moral e aos bons costumes da sociedade brasileira, bem como discutir a escritora sob a perspectiva da marginalidade, seja pela sua obra que não é considerada pelo cânone nacional, seja pelo esquecimento que foi produzido subsequentemente.

A memória e o esquecimento são partes importantes na construção da História, mas o que é lembrado ou esquecido faz parte de uma escolha coletiva. Afinal, segundo Motta (2012, p. 28), “compreender o que esquecemos e o porquê é um elemento por demais importante para se apostar na legitimidade de uma história do tempo presente”. Portanto, o empreendimento dos fatos sob essa perspectiva demanda a relação dos eventos com o processo histórico, mas, o que leva a censura a temas morais ser um instrumento de poder de polícia do Estado?

1.1 O Estado pela defesa da moral e dos bons costumes

O historiador Robert Darnton (2016) escreve que a definição de censura é bastante ampla, mas que generalizá-la a qualquer esforço de controle é submeter-se ao risco de trivializá-la. No entanto, podemos pontuar que a censura esteve presente em estados diferentes e com objetivos específicos a depender do tempo-espço a ser estudada. Em nosso país, a censura foi um instrumento legítimo usual em setores da sociedade civil, um compromisso àquilo que era considerado útil aos ideais de família cristã que o Estado defendia (Setemy, 2018).

A censura é uma característica comum entre os regimes autoritários, de modo que suprimir a liberdade de expressão é um mecanismo de dominação pela limitação ou eliminação das manifestações discordantes (Reimão, 2014), mas também não é o único meio. Aliada à polícia política, à espionagem e à propaganda política, a censura é mais uma ferramenta de cerceamento de liberdade. Sua origem no Brasil, como indica Fico (2001), não se deu especificamente para atuar no período da Ditadura civil-militar; pois, já havia sido utilizada no Estado Novo e, portanto, foi apenas atualizada.

A propaganda política, por sua vez, nunca caiu em desuso, e a censura “sempre esteve ativa no Brasil, e formas diferenciadas dela persistem mesmo hoje, quando está formalmente abolida” (FICO, 2002, p. 253). Nesse sentido, Soares afirma que, no Brasil, a liberdade de imprensa foi assegurada aos brasileiros por Dom Pedro I em agosto de 1821, mas, em 1972, esse decreto foi censurado pelo Departamento da Polícia Federal. Silenciado de tal forma que sequer se poderia mencioná-lo, o que evidencia as orientações que a censura obedeceria: partiria do governo autoritário para defendê-lo e, dessa forma, defendia a si (Soares, 1989). Pelos prejuízos provocados pela atividade censória, seja parcial ou total, afirmamos que a retirada da liberdade de expressão significa a perda de um direito universal que é a liberdade.

Em *Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988*, a historiadora Beatriz Kushnir (2001) escreve sobre como a censura esteve no bojo dos governos brasileiros, desde antes do período que corresponde à ditadura civil-militar brasileira, de 1964

a 1985. Segundo ela, durante o governo Dutra, com o intuito de regular o Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP) que fazia parte do Departamento Federal de Segurança Pública (DFSP)⁹, editou-se o decreto nº 20.493/46, redigido com a finalidade de reestruturar o Serviço de Censura e controlar demandas da agenda moral e dos bons costumes.

Esse decreto buscou engendrar em forma e conteúdo o direito estatal de regular a liberdade de expressão e, sobretudo, redirecionar o Serviço no formato da política do governo Dutra (1946-1951), buscando demarcar mudanças. Uma vez que tentava-se superar os anos de ditadura varguista (1937-1945), com o primeiro governo eleito pelo povo.

Em 1939, Getúlio Vargas criou por meio de um decreto-lei o DIP – Departamento de Imprensa e Propaganda, órgão que tinha função de regular e realizar as propagandas do governo, bem como censurar informações. Contudo, conforme ressalta Kushnir (2001, p. 80), o governo Dutra “refez uma legislação invasiva e centralizadora, como era a que regia o DIP, para, nos ares de liberdade, manter o domínio de outra forma, mas mantendo um conteúdo regulador”.

Detalhadamente, o decreto nº 20.493/46 que regulamentava a Secretaria de Censura de Diversões Públicas do Departamento Federal de Segurança Pública estabelecia censura prévia ao cinema, rádio, propaganda, teatro e demais veículos de comunicação, incluindo televisão, meio de comunicação presente em poucos lares brasileiros naquele momento. Ou seja, mesmo dentro de um governo eleito por vias democráticas havia cerceamento da liberdade (Ridenti, 2018).

A forma que o Estado faz uso da censura é uma das maneiras de definir como se dá a ação estatal da esfera censória. No momento de extinção do DIP, como vimos, o poder público continuou a utilizar do “direito de censurar” exibindo mais permanências do que rupturas na atenção às questões policiais e políticas, porém, demarcando um retorno ao caráter censório em defesa da moral e dos bons costumes dentro das diversões públicas.

Assim, nota-se que o discurso autoritário no Brasil, quando nega que pratica a censura e se diz preocupado em assegurar o acesso à livre informação, acaba por balizar o seu discurso

⁹ A Polícia Federal originou-se na Intendência-Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil, criada por D. João VI em 1808. Com o Decreto-Lei nº 6.378, de 28 de março de 1944, no Governo de Getúlio Vargas, a antiga Polícia Civil do Distrito Federal, que funcionava na Cidade do Rio de Janeiro, capital da República, foi transformada em Departamento Federal de Segurança Pública – DFSP, diretamente subordinada ao Ministro da Justiça e Negócios Interiores (MJNI). Ao DFSP incumbiam os serviços de polícia e segurança pública no Distrito Federal e, em âmbito nacional, os de polícia marítima, aérea e segurança de fronteiras. Estabeleceu-se, também, que as Secretarias ou Departamentos de Segurança e Chefaturas de Polícia dos Estados receberiam orientação do DFSP a respeito de assuntos de ordem política e social, relacionados com a segurança pública do país. Fonte: Memória. Polícia Federal. **GOV.BR**. 16/07/2020. Disponível em: <https://www.gov.br/pf/pt-br/aceso-a-informacao/institucional/memoria> Acesso em: 15/08/2022.

em prerrogativas de defesa da moral e dos bons costumes. Nessa perspectiva, o Estado que estabelece a censura o faz de forma preventiva e repressiva, sendo uma anterior ao evento, outra após, como punição.

Ao estudarmos documentos produzidos pelos organismos de repressão da ditadura e notícias veiculadas na mídia do período, encontramos discursos que associam as menções ao amor livre e à homossexualidade em obras literárias, músicas, filmes e programas de televisão, à destruição dos valores morais da sociedade brasileira. Insinuando que isso fazia parte de um plano subversivo que colocava em risco a segurança nacional.

Por isso, cabe explicar que a ascensão dos bolcheviques ao poder na Rússia depois da Revolução de Outubro impactou o mundo, causando o crescimento da influência dos ideais comunistas em diferentes partes (Setemy, 2018). Logo, desde o princípio, o relacionamento entre o Brasil e a União Soviética foram turbulentas.

O Brasil recebeu positivamente a derrubada do Czar russo em 1917, entretanto, o regime político que se sucedeu com a ascensão bolchevique de outubro não foi bem quista e, no ano seguinte, junto a outros países, o Brasil rompeu relações diplomáticas com a URSS. Afinal, o “radicalismo bolchevique, com seu projeto de revolucionar o mundo e destruir as classes dominantes tradicionais, naturalmente, causava consternação à elite” (MOTTA, 2007, p. 230).

Entre a Revolução Russa e a crise do socialismo real entre as décadas de 1980 e 1990, o comunismo foi adquirindo considerável poder. A Revolução Cubana em 1959, lançou a América Latina para o centro da Guerra Fria, influenciando a pulverização de partidos e movimentos que cultivaram adeptos, estimulando a ação de comunistas. Por consequência, setores mais conservadores da sociedade, amedrontados, apressaram-se em articular uma contraofensiva, o anticomunismo.

Em contrapartida, Motta explica que antes da Guerra Fria, no início do século XX, começa a se esboçar um imaginário anticomunista em nosso país. Em outubro de 1917, o Brasil entrou na Primeira Guerra Mundial ao lado dos países ocidentais em oposição aos seguidores de Lênin. A União Soviética atraía atenção popular devido a experiência socialista em curso, tanto de avessos à essa mudança, quanto de simpatizantes. Segundo o autor, “na mesma medida em que o país dos bolcheviques ocupava o lugar de Meca dos revolucionários, para as forças conservadoras ele era o foco principal do mal” (MOTTA, 2007, p. 232).

Em novembro de 1935, ocorreu uma série de sublevações em unidades militares de Natal, Recife e Rio de Janeiro, a chamada Intentona Comunista. Essas rebeliões se inserem em um contexto maior, organizada pela ANL (Aliança Nacional Libertadora), executada por

expoentes do movimento tenentista¹⁰ e lideranças comunistas regionais e com participação da Internacional Comunista – organização com sede em Moscou que objetivava orientar partidos comunistas em diversos países¹¹ (Lima, 2022). Demarcando assim, o início de uma grande onda anticomunista em nosso país.

A ideia de que o Brasil corria o risco de ser invadido e governado pela ideologia comunista configurou-se na principal justificativa para a derrubada do presidente João Goulart, em 1964. O risco que representava o “perigo vermelho” era imenso e seria ele o responsável pela derrocada dos valores cristãos de constituição da família, bem como pelo desmantelamento da influência da Igreja na sociedade.

A isso, Brito (2019, p. 14) assinala que houve sim “elaborações teóricas e experiências revolucionárias na Rússia sobre amor livre, família, coletivização do trabalho doméstico”, proposições polêmicas na patriarcal sociedade brasileira.

Em contraponto às lógicas conservadoras que se escondiam por trás do golpe de 64, o historiador Douglas Marcelino escreve que, assistia-se, na década de 60, uma mudança de comportamentos até então considerados ousados ou proibidos, que passavam a ser discutidos na imprensa, a exemplo da igualdade entre os sexos. É também nesse período que se populariza o uso de pílulas contraceptivas sinalizando um grande avanço no que corresponde à liberdade sexual feminina. Sandra Reimão (2015), entretanto, defende que enquanto vários países

¹⁰ Movimento político-militar que se desenvolveu durante o período de 1920 a 1935, sob a liderança dos “tenentes”, nome com que ficaram conhecidos os oficiais revolucionários da época, mas o movimento era composto, em sua grande maioria, por oficiais de baixa patente. Constituiu um dos principais agentes históricos responsáveis pelo colapso da Primeira República, ou seja, está inserido no processo de crise da sociedade agroexportadora e do Estado oligárquico no Brasil que culminou com a Revolução de 1930. O tenentismo contribuiu para destruir a hegemonia dos cafeicultores, mas não teve condições de permanência na nova estrutura de poder, participando do movimento revolucionário aliado às oligarquias não vinculadas ao café, às classes médias, e com o apoio difuso das classes populares urbanas. Sem contar com bases sociais de sustentação, tendo uma visão golpista e militarista do processo revolucionário, e pretendendo implantar reformas econômico-sociais incompatíveis com os interesses agrários dominantes, os tenentes foram aliados do poder pelas oligarquias vitoriosas. Contribuiu para o insucesso do movimento sua escassa coesão interna e a retomada da hierarquia no Exército, imposta pelos oficiais superiores. Um dos seus integrantes mais conhecido foi o tenentista Luís Carlos Prestes. Após o movimento político-militar de março de 1964, surgiu um novo debate relativo ao tenentismo, em parte originado de declarações constantes dos líderes revolucionários (quase todos ex-participantes do movimento tenentista) considerando a atual revolução como o amadurecimento e até mesmo a concretização da revolução dos tenentes. Para Forjaz, a polêmica é importante porque se relaciona a um problema que é a presença militar na nossa história republicana, passada e presente. Lermas em FORJAZ, Maria Cecília S. Tenentismo. *Atlas FGV*. 2016. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbetes/tenentismo> Acesso em: 29/08/2022.

¹¹ Conforme Bruno Lima (2022), a historiografia analisou extensivamente a insurreição de novembro de 1935 com várias perspectivas, mas parte do entendimento popular foi moldada pelo anticomunismo disseminado pela imprensa e refletido em alguns livros de história sobre o tema. O termo “Intentona Comunista”, usado de maneira pejorativa, buscou depreciar o movimento, sugerindo que era uma ação improvisada e temerária. Documentos oficiais, como inquéritos policiais e jornais da época, referem-se ao episódio como “revolta de novembro” ou “movimento extremista”.

vivenciavam profundas alterações de comportamento, no Brasil o regime militar apregoava seus valores retrógrados.

De todo modo, aliados a esses processos de mudança de comportamento havia também a busca de confrontação da ordem vigente e o consumo de erotismo pautado na expansão do mercado (Marcelino, 2006), e chocavam-se com a moral defendida.

Com efeito, observa-se que o medo da nação se desintegrar por força da entrada de “doutrinas exóticas” (Setemy, 2018) compartilhado pelos setores militares e da sociedade civil que facilitaram o golpe, adequou-se tanto com a preexistente tradição de censura do país, como também com os valores conservadores arraigados à sociedade brasileira, que era resistente às mudanças de comportamento da década de 60 do século passado.

1.2 Ameaça à família: onde moral e política se encontram

Em continuidade, confirmando que houve participação de setores civis no apoio à ditadura e que, como defende Darnton (2016, p. 279), “nenhum sistema pode operar com base na mera coerção [...] Todos precisam de crentes verdadeiros”. Neste tópico, apresentamos uma carta enviada a Armando Falcão¹², que era o Ministro da Justiça na época. A carta reflete a postura conservadora da população brasileira e defende a censura à Cassandra Rios. Lê-se, a seguir, uma correspondência do Dr. Lacerda Nicoleti, diretor-presidente do Hospital de Caridade São Roque do Morro da Fumaça, em Santa Catarina:

Digníssimo Senhor:

Lemos no “Correio do Povo” a censura que V.Excia. aplicou ao livro “O Eterno Sexo”, de João Francisco de Lima. Perdoai-nos pela ousadia de vir a V.Excia. entabular algumas palavras, mas não podemos deixar de louvar vossa atitude, neste conturbado assunto cujas arestas por demais afiadas já ultrapassam os lindos aceitáveis pelo bom senso, e cuja resultante vetorial exige amiúde a interferência enérgica dos nossos mandatários.

A severidade é virtude dos Deuses, a autoridade o é dos homens, e as duas o são do Ministro. É mister uma ampla ação de censura aos inúmeros “João de Lima” espalhados por todo o país a produzirem obras nefastas, torpes, denegrindo o que nosso Brasil é capaz de mostrar de bom para leitura popular. Escritores deste naipe, como também o são Adelaide Carraro (Carniça é um livro escandaloso), Cassandra

¹² Armando Ribeiro Falcão nasceu em Fortaleza (CE) em 1919. Foi Deputado Federal entre os anos 1951-1955, 1955-1959 e entre 1963-1967 pelo PSD-CE. Posteriormente, tomou posse como Deputado Federal em 1968 pelo Arena. Segundo matéria publicada na Folha de São Paulo em ocasião do seu falecimento, também assumiu o Ministério da Justiça nos governos de Juscelino Kubitschek (1956-1961) e de Ernesto Geisel (1974-1979). Conhecido por sua postura autoritária e seu envolvimento com a repressão política durante o regime militar, seu nome está associado a medidas que limitavam a liberdade de expressão e os direitos civis, entretanto, após a redemocratização do país, Falcão permaneceu na vida política, ocupando cargos como deputado federal e senador. Sua atuação e legado continuam sendo alvo de debates e controvérsias devido ao seu papel durante os anos de ditadura militar. Faleceu aos 90 anos, no Rio de Janeiro.

Rios, Brigitte Bijon e outros, devem sofrer vigilância adequada para que não tomem proveito da inocência do povo através de seus escritos prejudiciais principalmente a nossa juventude.

Criam seus livros desprovidos de qualquer senso educativo, informativo ou mensageiro, e os mesmos são colocados nas bancas com ostensiva faixa “proibido para menores de 21 anos”. É intolerável. É ridículo. E o pior é que suas obras encontram um berço fértil no seio da massa popular em busca de sensações extravagantes e que não tem condições de avaliar a periculosidade que lhe intoxica a mente e lhe tolda o espírito, e nem de conjecturar sobre os interesses mesquinhos que se acobertam na licenciosidade putrefata das pessoas (autores) que não vão além de exalar o hálito das suas sexualidades doentias, molestas e vexaminosas.

O sexo foi, é e continuará sendo belo, desde que se controle os meios do seu próprio fim.

Foi ele a cobiça, dos deuses, a vitória dos santos, a luz dos poetas, o móvel de guerras, matéria dos tribunais, e a nossa origem comum, porém, aqueles há que o pervertem, que o corroem e o deturpam, e lançam seus tentáculos aculeados num meio juvenil que deveria ser sobretudo protegido e orientado neste sentido.

[...]

Lavramos, pois, nosso voto de confiança, e o nosso anseio de que ao acenarmos com auvi-verde pendão, V. Excia. saiba que nossos patrícios de bom senso comungam da V. Excia. com a precípua finalidade de curar uma ferida aberta na estrutura literária da “Ultima Flor do Latio”

Nosso pálido apelo por uma fiscalização adequada nas produções literárias e que o vosso index aponte um futuro melhor para os nossos jovens que lêem. (Em 08/07/1976, **Arquivo Nacional**, documento nº: br_dfanbsb_ns_agr_cof_msc_0071_d00071_de0001.)

Nota-se, no excerto acima, a preocupação com o que circula nas livrarias, com enfoque na literatura considerada atentatória à moral da população e que a mobilização desse tipo de argumentos não foi exclusividade de membros da censura, dos militares ou de agentes do governo (Brito, 2019). Por si, a leitura do trecho sugere uma multiplicidade de problematizações.

Como podemos ler, a carta está imersa em uma tradição conservadora construída na sociedade, onde associa-se a leitura de livros eróticos à promiscuidade e à degradação moral da juventude. O Dr. Lacerda argumenta que os livros escritos por Rios são inadequados, assentados numa concepção de mundo heteronormativa. Uma vez que a dimensão moral inscrita na carta se fundamenta em noções tradicionais de gênero, família e honra.

Em acordo com o que escreveu Brito (2019, p. 08), “disputas políticas foram travadas no interior dos governos militares sobre a agenda moral”. A carta reproduzida acima traz consigo a associação entre sexo e perigo. Seu autor enquadra como corrupção dos costumes o questionamento aos papéis sociais de gênero.

Tais prerrogativas estavam relacionadas ao desejo de uma ordem social sem antagonismos, fomentando a relação entre política e moral durante a ditadura civil-militar. Sendo assim, por meio desta carta, mostramos que o diretor do Hospital de Caridade São Roque do Morro da Fumaça (SC) exprimia apoio ao regime, mesmo sem estar relacionado ao governo

e dedicava atenção aos temas morais. Ao que se vê, o conservadorismo moral não pode ser reduzido à propaganda anticomunista empregada por setores governamentais. Pelo contrário, refletem um pressuposto anterior, que é a manutenção da configuração dos papéis de gênero, na qual Cassandra Rios era nociva.

Portanto, a “revolução dos costumes” é um fator que deve ser considerado quando mencionamos o apelo por mais censura de frações mais conservadoras da sociedade. Para Marcelino (2006, p. 167), “os censores da DCDP encontravam lascívia tanto em textos que exploravam o sexo do modo cabalmente desabrido, quanto em estudos acadêmicos”, gerando prejuízos para pesquisadores do tema. A homossexualidade por sua vez, foi um dos temas mais caros ao Serviço. Segundo o autor, o contexto de radicalização política na década de 1960 já exprimia a relevância que a relação entre política e moral teria após o golpe de 1964, “haja vista toda a simbologia e os discursos mobilizados pelas famosas ‘Marchas da Família com Deus pela Liberdade’. Promovidas, sobretudo por entidades católicas, organizações femininas e grupos empresariais” (MARCELINO, 2006, p. 225). Divulgando ideias e imagens com forte caráter moralista em defesa da democracia.

À vista disso, é interessante perceber a longa duração desses fenômenos. Afinal, como escreve Marcelino (2006), entre as décadas de 1930 e 1940, organizações como a Ação Católica já se mobilizavam pela proibição de filmes considerados contrários aos costumes cristãos da população brasileira. Em outro viés, o temor da Igreja brasileira com o “perigo vermelho” começou a ganhar corpo com a implantação do regime republicano, quando os ideais comunistas, socialistas e anarquistas foram ganhando maior projeção entre operários nos centros urbanos. Este temor cresceu quando o eleitorado do PCB aumentou nos anos 1940 e quando leigos católicos começaram a se identificar com ideais progressistas por volta da década de 1960.

A Sociedade Brasileira em Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP) é exemplo de entidade conservadora bastante atuante. Essa organização criada pelo professor Plínio Corrêa de Oliveira¹³ em 1960, composta por militantes católicos leigos, foi bastante conhecida por sua ação anticomunista durante a ditadura civil-militar em termos de organização de

¹³ Plínio Corrêa de Oliveira (1908 – 1995) foi um intelectual brasileiro e ativista católico tradicional, conhecido pela fundação da organização Tradição, Família e Propriedade (1960 – 1995). Sua militância católica iniciou nos anos 20 e se estendeu até os seus últimos dias tendo participado ativamente de atividades de inspiração cristã, como a fundação da Ação Universitária Católica (AUC). Foi deputado federal na Assembleia Constituinte (1934-1937), além de orientador e inspirador do mensário de cultura Catolicismo (fundado em 1951). Para a melhor compreensão da contribuição de Plínio ao pensamento conservador católico à política brasileira, sugerimos a leitura de ZANOTTO, Gizele. Tradição, família e propriedade (TFP): um movimento católico no Brasil (1960-1995). **Locus, Revista de História**, Juiz de Fora, v. 30, nº 1, 2010, p. 87-101.

“manifestos, abaixo-assinados, reuniões de divulgação, publicações de obras devocionais e doutrinárias, programas de formação, caravanas de divulgação, retiros espirituais, lobby” (ZANOTTO, 2010, p. 91), caracterizados pela adesão incondicional à tradição e ao papado. O discurso “tefepista” prega que a estabilidade, moralidade, sacralidade e segurança somente serão alcançadas através da união entre Estado e Igreja, tidas como base para uma sociedade harmônica (Zanotto, 2010).

Assim, muitas foram as entidades e organizações que participaram das já citadas “Marchas da Família com Deus pela Liberdade”¹⁴, algumas com curto tempo de atuação, outras mais longevas que seguiram apoiando a ditadura civil-militar no que diz respeito à exigência de radicalização da censura em defesa da moral e dos bons costumes da população. A exemplo temos o Movimento por um Mundo Cristão (MMC), o Movimento de Arregimentação Feminina (MAF) e a União Cívica Feminina (UCF), que mobilizavam fiéis, promoviam campanhas contra a pornografia nos meios de comunicação, faziam abaixo-assinados interpelando por maior censura, sobretudo nos programas televisivos.

Em ação desde antes do golpe de 1964, as “Marchas da Família, com Deus pela Liberdade” eram predominantemente organizadas pela Igreja e por entidades femininas, integradas por mulheres de classe média, embebidas em rigorosos valores morais traduzidos na crença do “perigo vermelho” representada pela figura de João Goulart. Marcelino (2006) destaca que esses grupos associavam imoralidade e perversão dos costumes ao comunismo, atribuindo um caráter político-ideológico às mudanças de comportamento vivenciadas naquele período.

A respeito desses conceitos que remetem a discussões atuais, cabe lembrar que a noção de História do Tempo Presente remete a uma noção instável do tempo, que cresce sobre a incerteza da linearidade do passado, presente e futuro. O teórico François Dosse explica que a “história do tempo presente está na intersecção do presente e da longa duração. Esta coloca o problema de se saber como o presente é construído no tempo” (DOSSE, 2012, p. 06). O que nos permite refletir sobre as permanências de conjecturas ao longo tempo, como as continuidades dos preconceitos e discursos negativos a respeito das sexualidades que desviam da órbita heteronormativa e da reprodução de ideais de outrora.

¹⁴ Sobre esse tema, sugerimos a leitura de ZANOTTO, Gizele. Tradição, família e propriedade (TFP): um movimento católico no Brasil (1960-1995). *Locus, Revista de História*, Juiz de Fora, v. 30, n° 1, 2010, p. 87-101 e SETEMY, Adriana C. L. Vigilantes da moral e dos bons costumes: condições sociais e culturais para a estruturação política da censura. *Topoi*, Rio de Janeiro, 2018, p. 171-197.

Segundo Gustavo Fioratti (2012), Cassandra Rios foi, ao lado de Adelaide Carraro, uma das campeãs de veto na ditadura. Piovesan aponta que ela foi censurada durante todo o regime, “mesmo sendo a primeira escritora brasileira a atingir a marca de 1 milhão de livros vendidos” (PIOVESAN, 2005, p. 75).

Carlos Fico (2002) defende que a censura de imprensa existia desde os anos 1940, mas assumiu traços próprios durante o regime militar, embora a censura a livros seja diferente desta, ambas estão relacionadas, pois pragmaticamente eram controladas de maneiras semelhantes. Em concordância, a historiadora Beatriz Kushnir (2001) escreve que era necessário receber o aval do Serviço de Censura antes de realizar qualquer espetáculo teatral a respeito do horário de apresentação e faixa etária a que se destinava. Para tanto, era preciso um ensaio ou sessão exclusiva para os censores definirem, inclusive, cortes no texto. Tais medidas, segundo ela, não foram invenções daquele período. Durante o Estado Novo, aliás, a censura estava presente nos teatros e casas de diversão, em lugares reservados na plateia onde se lia “CENSOR” no encosto de alguns assentos (Kushnir, 2001).

Nesse sentido, Sandra Reimão em *“Proíbo a publicação e circulação...” - censura a livros na ditadura militar* (2014) explica que a censura a jornais impressos, a priori, era praticada pelo Ministério da Justiça (MJ) por meio do Serviço de Censura de Diversões Públicas (SCDP), que era um setor do Departamento de Censura de Diversões Públicas, o chamado DCDP.

É a partir de 1970 que revistas e livros também passaram a ser encaminhados aos dois setores, o SCDP e DCDP para exame. A censura prévia, que era uma medida usual do regime praticada por alguns jornais impressos e revistas, foi estendida para o mercado editorial após a centralização do SCDP após a promulgação do Decreto-Lei nº 1.077/1970. Com ela, o material prévio era enviado para a Secretaria de Censura de Diversões Públicas a fim de receber o aval para ser publicado ou não, se teria trechos excluídos ou substituídos.

Antes disso, entre os anos 1964 e 1968 – entre o golpe militar de 1964 e a decretação do Ato Institucional número 5 –, o exame de livros pela censura brasileira era conflituosa por conta da ausência de critérios, houve batidas policiais, apreensões e coerção física indicando, de acordo com Reimão (2014), que as ações confiscatórias aconteciam de forma primária e sem regulamentação. Sobre isso, Fico (2002, p. 266) explica que “a falta de critérios era flagrante e, muitas vezes, os próprios censores reclamavam do problema, pois muitas decisões eram tomadas com base em ‘subjativismos e impressões pessoais’”.

Com a Constituição outorgada de 1967, oficializou-se a centralização das atividades censórias como serviço do Governo Federal, ou seja, quando o AI-5 foi decretado no ano

seguinte, essa atividade já havia sido centralizada em Brasília. O historiador e sociólogo Marcelo Ridenti (2018) sintetiza a ditadura em três fases, o primeiro encarado como mais liberal, que vai do golpe à edição do AI-5; a segunda fase conhecida na historiografia como *anos de chumbo*, do governo Médici ao início da gestão Geisel (1969-1975); e a fase da transição democrática, iniciada ainda no fim da administração Geisel e terminou com o fim do governo Figueiredo, em 1985.

Conforme Ridenti (2018, p. 87), no princípio a censura foi menos dura e alcançou seu ponto máximo nos anos de chumbo, contudo, “o aparelho burocrático censor das diversões públicas viria mesmo a consolidar-se já sob Geisel, durante a chamada distensão política, que nem por isso eliminava as arbitrariedades e violências do regime”. Sobre o Ato Institucional nº 5, Fico escreveu que

foi a subida de Costa e Silva à Presidência da República (contra a vontade de Castelo Branco) e o Ato Institucional nº 5, que indicaram a vitória indiscutível da “linha dura”. No poder, ela implantou meticulosamente os “sistemas” que completariam a tarefa da “Operação Limpeza”, interrompida contra a sua vontade. Criou a polícia política, instituiu um sistema nacional de “segurança interna”, reformulou e ampliou a espionagem, estabeleceu um procedimento de julgamento sumário para confiscar os bens de funcionários supostamente corruptos, implantou a censura sistemática da imprensa, instrumentou a censura de diversões públicas para coibir aspectos políticos do teatro, cinema e TV, dentre outras iniciativas. (FICO, 2002, p 255)

Inicia-se, portanto, o período conhecido como “anos de chumbo”. O AI-5 só foi revogado pelo Congresso Nacional em 1978 e nestes dez anos de vigência, estima-se que cerca de 1.607 cidadãos foram atingidos diretamente por ele com punições que variam entre a “cassação, suspensão de direitos políticos, prisão e/ou afastamento do serviço público” (REIMÃO, 2014, p. 77). No que se refere à produção cultural e artística durante a vigência deste, de acordo com o que Sandra Reimão apresenta, foram censurados mais ou menos 500 filmes, 500 letras de música, 12 capítulos e sinopses de telenovelas, dezenas de programas de rádio, 450 peças de teatro, 100 revistas e 200 livros. Ao que se vê, “tudo – do livro ao filme, do jornal à música, do teatro ao carnaval –, era objeto de censura” (KUSHNIR, 2001, p. 105).

De todo modo, a instituição da censura prévia para livros foi regulamentada pelo Decreto-lei 1077/70 de 26 de janeiro de 1970 prometendo zelar, novamente, pela moral e bons costumes da população (Fico, 2002). Para Marcelino (2006), a defesa da moral e dos bons costumes era uma estratégia utilizada pelas autoridades para ocultar o combate à subversão, verdadeiro objetivo da censura.

A portaria 11-B de 6 de fevereiro do mesmo ano estabelecia que “todas as publicações deveriam ser previamente encaminhadas para o Ministério da Justiça para julgamento”

(REIMÃO, 2011, p, 24). Segundo Ridenti, o decreto-lei nº1.077 aproximou formalmente a “degeneração” ético-moral da sociedade brasileira ao plano de subversão orquestrado pelo movimento comunista internacional (RIDENTI, 2018, p. 92), como se lê no texto do decreto-lei assinado pelo Presidente Médici e o Ministro da Justiça, à época, Alfredo Buzaid a seguir:

O PRESIDENTE DA REPÚBLICA, usando da atribuição que lhe confere o artigo 55, inciso I da Constituição e

CONSIDERANDO que a Constituição da República, no artigo 153, § 8º dispõe que não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos costumes;

CONSIDERANDO que essa norma visa a proteger a instituição da família, preservar-lhe os valores éticos e assegurar a formação sadia e digna da mocidade;

CONSIDERANDO, todavia, que algumas revistas fazem publicações obscenas e canais de televisão executam programas contrários à moral e aos bons costumes;

CONSIDERANDO que se tem generalizado a divulgação de livros que ofendem frontalmente à moral comum;

CONSIDERANDO que tais publicações e exteriorizações estimulam a licença, insinuam o amor livre e ameaçam destruir os valores morais da sociedade Brasileira;

CONSIDERANDO que o emprêgo desses meios de comunicação obedece a um plano subversivo, que põe em risco a segurança nacional.

DECRETA:

Art. 1º Não serão toleradas as publicações e exteriorizações contrárias à moral e aos bons costumes quaisquer que sejam os meios de comunicação.

Art. 2º Caberá ao Ministério da Justiça, através do Departamento de Polícia Federal verificar, quando julgar necessário, antes da divulgação de livros e periódicos, a existência de matéria infringente da proibição enunciada no artigo anterior.

Parágrafo único. O Ministro da Justiça fixará, por meio de portaria, o modo e a forma da verificação prevista neste artigo.

Art. 3º Verificada a existência de matéria ofensiva à moral e aos bons costumes, o Ministro da Justiça proibirá a divulgação da publicação e determinará a busca e a apreensão de todos os seus exemplares.

Art. 4º As publicações vindas do estrangeiro e destinadas à distribuição ou venda no Brasil também ficarão sujeitas, quando de sua entrada no país, à verificação estabelecida na forma do artigo 2º deste Decreto-lei.

Art. 5º A distribuição, venda ou exposição de livros e periódicos que não hajam sido liberados ou que tenham sido proibidos, após a verificação prevista neste Decreto-lei, sujeita os infratores, independentemente da responsabilidade criminal:

I - A multa no valor igual ao do preço de venda da publicação com o mínimo de NCr\$ 10,00 (dez cruzeiros novos);

II - À perda de todos os exemplares da publicação, que serão incinerados a sua custa.

Art. 6º O disposto neste Decreto-Lei não exclui a competência dos Juizes de Direito, para adoção das medidas previstas nos [artigos 61 e 62 da Lei número 5.250, de 9 de fevereiro de 1967](#).

Art. 7º A proibição contida no artigo 1º deste Decreto-Lei aplica-se às diversões e espetáculos públicos, bem como à programação das emissoras de rádio e televisão.

Parágrafo único. O Conselho Superior de Censura, o Departamento de Polícia Federal e os juizados de Menores, no âmbito de suas respectivas competências, assegurarão o respeito ao disposto neste artigo.

Art. 8º Este Decreto-Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Brasília, 26 de janeiro de 1970; 149º da Independência e 82º da República.

EMÍLIO G. MÉDICI.

Alfredo Buzaid. (DECRETO-LEI Nº 1.077, DE 26 DE JANEIRO DE 1970. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1077.htm. Acesso em: 16/08/2022.)

Em análise, conforme o texto do decreto-lei acima, a Constituição da República proíbe explicitamente qualquer forma de publicação ou manifestação contrária à moral e aos bons costumes no artigo 153, § 8º. Essa proibição tem como objetivo principal proteger a instituição da família, preservar seus valores éticos e garantir a formação saudável e digna da juventude.

Tais medidas se tornam necessárias, pois, nos anos anteriores ao decreto, teria havido um aumento significativo na disseminação de conteúdo que desafiava abertamente esses princípios éticos e morais. Revistas, canais de televisão e até mesmo livros estavam se envolvendo em publicações consideradas obscenas e contrárias aos padrões morais tradicionais, e essa tendência preocupante, de acordo com o Ministro da Justiça, estava se espalhando pela sociedade

Com efeito, esta inquietação se reflete na constatação de que tais publicações e manifestações estão incentivando comportamentos licenciosos, sugerindo a aceitação do amor livre e representando uma ameaça à erosão dos valores fundamentais para a sociedade brasileira. Ademais, existiriam *indícios* de que a utilização desses meios de comunicação poderia estar associada a um plano subversivo que colocava em risco a segurança nacional. Isso corrobora o que Carneiro (2013) coloca: que fazia parte do imaginário anticomunista a “associação entre a ideia de conspiração e as práticas subterrâneas adotadas pelos comunistas infiltrados nos mais diversos ambientes.

Assim, para enfrentar essa questão, o Artigo 1º estabelece, de maneira clara e categórica, a proibição de publicações ou manifestações contrárias à moral e aos bons costumes, independentemente do meio de comunicação utilizado. Essa medida é de suma importância para preservar os valores éticos da sociedade. O Artigo 2º, por sua vez, atribui ao Ministério da Justiça, por meio do Departamento de Polícia Federal, a responsabilidade de verificar antecipadamente a existência de conteúdo que viole essa proibição antes da divulgação de livros e periódicos. Nesse sentido, o Ministro da Justiça é incumbido de emitir portarias que detalharão os procedimentos para essa verificação, garantindo assim a transparência e a eficácia do processo.

Dessa forma, o Artigo 3º estabelece as medidas a serem adotadas se for constatada a presença de conteúdo que viole a moral e os bons costumes. O Ministro da Justiça deverá proibir a divulgação da publicação em questão e ordenar a busca e apreensão de todos os exemplares, garantindo que materiais prejudiciais não cheguem ao público. Em seguida, o Artigo subsequente amplia o alcance dessas medidas ao abranger as publicações originárias do exterior e destinadas à distribuição ou venda no Brasil, garantindo que os mesmos padrões éticos se apliquem a publicações estrangeiras.

No que se refere às penalidades relacionadas à distribuição, venda ou exposição de livros e periódicos proibidos, o Artigo 5º estipula multas substanciais e a perda de todos os exemplares, que serão incinerados às custas do infrator. Essas sanções desempenham um papel crucial na dissuasão da disseminação de conteúdo prejudicial. Além disso, o Artigo 6º esclarece que as medidas previstas neste decreto não excluem a competência dos Juízes de Direito, que podem adotar outras providências conforme estabelecido na Lei número 5.250 de 1967, quando necessário.

Ampliando ainda mais sua abrangência, o Artigo 7º incorpora às proibições estabelecidas pelo Artigo 1º as diversões e espetáculos públicos, bem como a programação das emissoras de rádio e televisão. Órgãos competentes, como o Conselho Superior de Censura, o Departamento de Polícia Federal e os juizados de Menores, serão responsáveis por assegurar o cumprimento dessa proibição em suas respectivas áreas de atuação.

Por último, o Artigo 8º determina que o decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogando qualquer disposição anterior em contrário. Essa medida garante que o decreto seja aplicado de forma imediata e eficaz.

Segundo a historiadora Ana Marília Carneiro (2013), a criação da Delegacia de Costumes e Diversões Públicas tinha como justificativa principal a defesa da moral e dos bons costumes. No entanto, ao longo do tempo, esse órgão expandiu suas atribuições e passou a lidar com questões relacionadas ao âmbito político e ideológico. Essa relação entre os aspectos moralistas e políticos foi formalizada pelo decreto-lei 1.077/70, conforme descrito anteriormente.

Logo, pode-se imaginar que a reação contrária de escritores, editores, intelectuais e associações foi ampla, pois, os limites que definem se um texto ou livro destaca ou não temas relacionados a moralidade pública ou “bons costumes” são voláteis. E essa oscilação, que variava de acordo com o olhar do censor, permitiu que importantes obras teóricas, ficcionais ou conceituais, fossem alvo de grandes inspeções (Reimão, 2011).

É óbvio que a censura não se deu por obedecida em sua plenitude, os escritores Jorge Amado e Érico Veríssimo, por exemplo, destacaram-se como força opositora. Ambos eram líderes de vendagem e afirmaram veementemente preferir publicar no exterior a submeter os seus livros à vistoria da censura prévia (Reimão, 2014). Esse episódio ilustra o fato de que as relações entre os desmandos do regime e os intelectuais e escritores foram marcadas por tensões.

Sem falar nos prejuízos econômicos que esta ação provocava, afinal, editoras e jornais sofreram grande impacto ao terem seus materiais recolhidos, incinerados e proibidos, além dos

custos financeiros que atingiam os escritores, editores e jornais ao enviar previamente o seu material à Brasília (Soares, 1989).

A exemplo temos o caso do editor Ênio Silveira e o episódio que se sucedeu na sede do jornal de veiculação impressa *Correio da Manhã*, onde a proprietária Niomar Bittencourt anunciou que por conta do boicote dos anúncios do setor público, que representavam 36% dos seus investimentos, via-se obrigada a interromper suas atividades. Por consequência destes ocorridos, reações contrárias a censura prévia para publicações em geral, fez o governo recuar e

a publicar uma nova Instrução para a Portaria 11-B, a Instrução número 1-70 de 24 de fevereiro de 1970 que explicita que “estão isentas de verificação prévia as publicações e exteriorizações de caráter estritamente filosófico, científico, técnico e didático, bem como as que não versarem sobre temas referentes ao sexo, moralidade pública e bons costumes” (REIMÃO, 2014, p. 78).

Porém, antes desse recuo é importante ressaltar que a censura prévia para todos os livros era absolutamente inviável, pois exigiria um número muito grande de censores. Segundo a pesquisa de Sandra Reimão, em 1970, o Brasil ultrapassou o quantitativo de um livro por habitante ao ano. Beatriz Kushnir (2001) também reitera que o volume de livros era muito grande para o pequeno número de censores disponíveis. Havia, então, assincronia entre os caminhos desejados para o serviço de censura e a sua atuação na prática. Mas, de forma geral, não se pode dissociar a dimensão política da dimensão moral ao estudarmos a censura e seus desdobramentos.

Por isso, vale a pena compreender que, como escreve Gizele Zanotto (2010), o conservador acredita que em tudo há um sentido demonstrado em vias de um impulso fundamentado em uma ordem de evolução mental e espiritual. Dado em desenvolvimento orgânico que origina e lapida as criações humanas, materiais ou imateriais. Para os cristãos envolvidos nos movimentos aqui descritos e para o autor da carta analisada, a manifestação de Deus se dá no cumprimento dos planos divinos nas ações humanas, na interpelação da ordem de uma sociedade harmônica. Por isso, desconsiderar o caráter moral ou político da censura, pode nos “levar a uma visão simplificada do fenômeno” (MARCELINO, 2006, p. 281).

1.3 Copacabana Posto 6 – A madrastra (1965)

A historiografia experimentou, ao longo do século passado, uma ampliação de perspectivas teóricas e temas interdisciplinares e, dentro desse movimento, apresenta-se com

relevância, temáticas que focam em aspectos como a sexualidade e gênero, afirmando seus lugares na História.

No Brasil, no que diz respeito ao período que compreende a ditadura civil-militar, encontramos recentes estudos desenvolvidos com a ambição de visibilizar sujeitos a partir dessas temáticas, a exemplo das contribuições de Trevisan e o seu livro *Devassos no Paraíso: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade* (2018); a dissertação de mestrado de Douglas A. Marcelino intitulada *Salvando a Pátria da pornografia e da subversão: a censura a livros e diversões públicas nos anos 1970* (2006); e também de parte do 2º volume do Relatório da Comissão Nacional da Verdade (2014) dedicado a esses temas.

A preferência pelo uso da categoria gênero no lugar da categoria sexo remete à ação de rejeitar a imposição do determinismo biológico sobre o que seria “ser homem” e “ser mulher”. Uma vez que a categoria sexo internaliza características definidas sobre os papéis que homens e mulheres cumprem na sociedade. Camila Gomes (2018, p 68) escreve que “gênero seria um conceito, uma categoria de análise” ao que tende reinterpretar as formas de saber e poder que nos são impostos pelo sistema que estamos inseridos e é fundamental para um estudo que se pretenda expansivo.

Para Joan Scott (1995), na gramática, o conceito de gênero é entendido como uma maneira de classificar fenômenos linguísticos, representando um sistema de distinções socialmente acordado, em vez de uma descrição objetiva de características inerentes. Além disso, as classificações sugerem uma relação entre categorias, viabilizando distinções ou agrupamentos distintos. Nas relações sociais humanas, por sua vez, o gênero desempenha um papel crucial, moldando a forma como as pessoas interagem, são percebidas e se relacionam com o conhecimento histórico.

O uso do termo “gênero” não apenas substitui o termo “mulheres”, mas também sugere que qualquer informação sobre as mulheres está intrinsecamente ligada aos homens (Scott, 1995). Isso implica que o estudo de um gênero necessariamente implica o estudo do outro, reconhecendo a interconexão das experiências, papéis e relações entre homens e mulheres na sociedade. Essa abordagem destaca a importância de analisar as dinâmicas de gênero, reconhecendo as interações complexas e muitas vezes interdependentes entre as identidades de gênero, para além do sexo biológico. Pois, “o termo ‘gênero’ torna-se uma forma de indicar ‘construções culturais’” (SCOTT, 1995, p. 75).

Cabe explicar que a preocupação teórica com o gênero como uma categoria analítica, segundo Joan Scott, tornou-se mais proeminente no final do século XX. Isto é, nas principais abordagens de teoria social formuladas desde o século XVIII até o início do século XX, o gênero

não era considerado uma categoria central de análise. Em vez disso, as teorias sociais anteriores muitas vezes se concentravam em categorias como classe social, raça e, em certa medida, sexo biológico.

Ao longo da maior parte da história da teoria social, as questões de gênero eram frequentemente subalternizadas ou consideradas em relação às estruturas sociais mais amplas. No entanto, com o desenvolvimento do feminismo e a influência crescente de movimentos pelos direitos das mulheres no século XX, houve uma crescente conscientização sobre a necessidade de incluir o gênero como uma categoria analítica central nas análises sociais. A virada para a teoria de gênero ganhou força principalmente nas décadas de 1960 e 1970, quando o feminismo começou a influenciar significativamente a academia (Pedro, 2011). A teoria feminista contribuiu para a emergência de uma compreensão mais profunda das dinâmicas de poder, identidade e relações sociais, com base nas experiências específicas de mulheres.

Segundo as historiadoras Soihet e Pedro em *A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero* (2007), as mudanças na abordagem histórica, catalisadas pela ascensão do feminismo a partir do final da década de 1960, desempenharam um papel crucial no processo que elevou as mulheres a uma posição de destaque como objetos e sujeitos na narrativa histórica.

A partir daí, a teoria de gênero continuou a se desenvolver, incorporando perspectivas interseccionais que consideram a interação complexa entre gênero, raça, classe e outras categorias sociais. Essa abordagem mais inclusiva permitiu uma compreensão mais completa das diversas formas de desigualdade e opressão. Assim, enquanto o gênero não foi central nas principais abordagens de teoria social até o final do século XX, a crescente influência do feminismo e o reconhecimento da importância da análise de gênero transformaram a paisagem teórica nas últimas décadas.

A emergência do termo gênero como categoria de análise surge, segundo Andrade, da “necessidade de inserir mulheres enquanto protagonistas dos processos históricos” (ANDRADE, 2009, p. 1). Indo além do rígido binarismo homem/mulher, investindo esforços contra a lógica essencialista que o binarismo determina, impondo a sua desconstrução. Nesse âmbito, discutir a censura à Cassandra Rios na academia é compreender a dimensão política da categoria gênero que provoca uma bifurcação entre as esferas públicas e privadas.

Partindo da lógica cristã e colonizadora, a divisão entre os sexos parece fazer parte da ordem das coisas. O mundo social constrói o corpo e dele a divisão sexualizante que define o que é ser homem e o que é ser mulher na sociedade. Abrigados em discursos religiosos e médicos, a homossexualidade é vista como uma transgressão à ordem, por isso, temida e, por

muito tempo, passível de tratamento médico: foi somente na década de 1990 que a OMS (Organização Mundial da Saúde) retirou a homossexualidade da classificação internacional de doenças e problemas relacionados à saúde (CID) (Welle, 2021).

Paralelamente, quanto à posição da Igreja Católica, o Vaticano ainda não autoriza que seus líderes aprovem a união entre pessoas homoafetivas, argumentando que “não é lícito abençoar uma relação ou parceria, ainda que estável, que envolve atividade sexual fora do casamento, como é o caso de união entre pessoas do mesmo sexo” (IGREJA CATÓLICA, 2021), sinalizando que não é favorável a integração de gays dentro da Igreja.

À vista disso, a definição da organização da sociedade pela oposição dos órgãos sexuais é um produto, como escreve o sociólogo francês Bourdieu (2012, p. 23), “de uma construção efetuada à custa de uma série de escolhas orientadas, ou melhor, através da acentuação de certas diferenças” ou da exclusão de certas semelhanças. Em outras palavras, “inscrita nas coisas, a ordem masculina se inscreve também nos corpos através de injunções tácitas, implícitas nas rotinas da divisão do trabalho ou dos rituais coletivos e privados” (BOURDIEU, 2012, p. 34).

Com esse enfoque, as divisões e as combinações binárias como belo/feio, bom/ruim, esquerda/direita, dominado/dominador ajudam a situar a existência e as diferenças imbricadas no binarismo homem/mulher nas sociedades, bem como a evidenciar que as relações humanas são permeadas de construções sociais.

Desse modo, quando o Dr. Lacerda Nicoletti escreve ao ministro dizendo que “escritores destenape, como também o são Adelaide Carraro (Carniça é um livro escandaloso), Cassandra Rios, Brigitte Bijon e outros, devem sofrer vigilância adequada” ele está a defender quais papéis os gêneros devem cumprir e estão a ser corrompidos pelos livros dos citados escritores.

A saber, Adelaide Carraro (1936-1992) foi uma escritora paulista também conhecida por escrever romances polêmicos sobre sexualidade e política. Faleceu aos 55 anos, vítima de câncer e com cerca de 46 livros publicados. Segundo Piovesan (2005), Carraro tem uma variada obra, cujo tema principal é a denúncia. Seu livro mais relevante foi *Eu e o Governador*, de 1963, sobre uma moça com tuberculose que se envolve com políticos para conseguir um emprego público. Referia-se ao governador de São Paulo e, na época, Presidente da República, Jânio Quadros. Brigitte Bijou, por sua vez, era pseudônimo do ator e escritor Paulo Silvino (1939-1917) quando este se dedicava à escrita de livros eróticos em meados da década de 60.

Na carta, para o Dr. Lacerda o “meio juvenil que deveria ser sobretudo protegido e orientado neste sentido”, sugerindo a crença em uma juventude inocente, colocando os escritores na posição de vilões. Em “*Um verdadeiro bacanal, uma coisa estúpida*”: *anticomunismo, sexualidade e juventude no tempo da ditadura*, Brito escreve que a

juventude aparece como uma noção genérica associada a fases da vida construídas socialmente — por vezes sinônimo de adolescente — e/ou a faixa etária (15 a 25 anos) com alguma identidade sócio-cultural e conteúdo de classe. Ao que parece, a preocupação maior destes anticomunistas residia nos jovens da classe média urbana, brancos, estudantes, universitários, intelectualizados, críticos dos padrões culturais, com dedicação exclusiva para o estudo e “tempo livre” para engajamento político-cultural, moradores dos grandes centros e capacidade de consumo de produtos culturais. (BRITO, 2019, p. 6)

Portanto, ratifica-se o receio que a naturalização de comportamentos “desviantes” como a homossexualidade e a liberdade sexual fazia parte de uma disputa política, travada não somente no âmbito do governo, mas também pela população. Por essa perspectiva, conservadores leram o mundo e politizaram a sexualidade, culminando na agenda moral dos defensores do regime.

Encontramos em outra carta igualmente endereçada ao Ministério da Justiça, referências a Cassandra Rios, dessa vez o remetente é Moacyr Coelho, identificado como Diretor-geral da DPF, Polícia Federal, como podemos ler a seguir:

Brasília, DF., 06 de novembro de 1975.

Senhor Ministro:

Submeto à elevada consideração de Vossa Excelência um exemplar do livro “COPACABANA POSTO 6” A MADRASTA, de autoria de Cassandra Rios, que por conter matéria ofensiva à moral e aos bons costumes, conforme ressalta o parecer anexo, está sujeito à medida prevista no artigo 3º do Decreto - lei nº 1.077, de 1970. 2. Nesta hora em que o Governo está empenhado em reprimir, como urge, a disseminação de literatura que ameaça destruir valores morais da sociedade brasileira, parece-me oportuno e necessário que além da apreensão dos exemplares não liberados sejam os editores responsabilizados criminalmente, de acordo com o que preceitua o artigo 5º do Decreto-lei nº 1.077, de 1970, único meio de conter o crescente surgimento de obras desse gênero.

3. É o que tenho a honra de propor a Vossa Excelência, que se dignará, entretanto, de resolver como julgar mais acertado.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência meus protestos de elevada estima e distinta consideração. (Ofício nº 1.447/75-DCDP. Brasília, DF., 06 de novembro de 1975. **Arquivo Nacional.** Documento nº: br_dfanbsb_ns_agr_cof_cso_0579_d0001de0001)

Neste trecho, o remetente faz menção ao 5º artigo do Decreto-Lei 1.077/70, que previa censura a temas que atentassem à moral e aos bons costumes

Art. 5º A distribuição, venda ou exposição de livros e periódicos que não hajam sido liberados ou que tenham sido proibidos, após a verificação prevista neste Decreto-lei, sujeita os infratores, independentemente da responsabilidade criminal:

I - A multa no valor igual ao do preço de venda da publicação com o mínimo de NCr\$ 10,00 (dez cruzeiros novos). (DECRETO-LEI Nº 1.077, DE 26 DE JANEIRO DE 1970. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988/del1077.htm Acesso em: 16/082/022)

Sobre como a censura funcionava e como atuava o referido decreto, são necessárias algumas explicações. Segundo o historiador Carlos Fico, não houve apenas uma única censura no decorrer da ditadura civil-militar, mas sim duas: a censura à imprensa e a censura às diversões públicas que atingia peças de teatro, filmes e livros. Elas se distinguiam entre si e enfrentavam problemas e contradições (Fico, 2004). Por um lado, a proibição à imprensa acompanhou o auge da repressão que, para Fico, se verifica entre os anos finais da década de 60 e início dos anos 70, enquanto a censura de diversões públicas teve seu auge quando já se aspirava uma certa “abertura” do regime, no final dos anos 70. No entanto, averigua-se que a essência das duas se origina na “longa tradição brasileira de pensamento autoritário” (FICO, 2004, p. 38), que antecede a ditadura civil-militar.

Em consonância, a historiadora Sandra Reimão (2015) assinala que houve um crescimento do mercado editorial nos anos 1970, como efeito da queda da taxa de analfabetismo e aumento no número de universitários no país. Segundo ela, a censura à cultura entre as décadas de 60 e 70 articulou-se de duas formas, por vezes correlacionadas e muitas vezes integradas: no enfrentamento à propaganda subversiva e no combate às obras atentatórias à moral e aos bons costumes. Percebe-se, então, que as duas cartas apresentadas foram escritas nesse período, em 1976 e em 1975, respectivamente.

Cabe explicar que as duas cartas foram endereçadas ao Ministro da Justiça Armando Falcão, em que, segundo Marcelino, foi o período que mais publicações foram censuradas por questões morais (Marcelino, 2006). O historiador Carlos Fico confirma essa assertiva, pois para ele foi durante a gestão de Falcão que a carga de trabalho dos censores foi maior e examinavam desde ensaios gerais, a trailers e sinopses de capítulos de novelas em busca, sobretudo, de pornografia. Assim, “os livros tidos como pornográficos eram incinerados na Companhia Municipal de Limpeza Urbana do Rio de Janeiro” (FICO, 2002, p. 266).

Nesse sentido, Reimão (2011) pondera que foi ao fim do regime que a censura mais se empenhou em trabalhar e levanta três plausíveis hipóteses para justificar essa diferença: a primeira delas seria que a censura de diversões públicas teria uma intenção mais “moralística” que a censura de imprensa e, por isso, obedecia a esses critérios. A segunda hipótese gira em torno da suposição de que, ao perceber o enfraquecimento do regime, mais este se empenhou em mostrar sua força de trabalho, exibindo-se como necessária ao sistema e à sociedade.

A terceira possível justificativa, por fim, é que durante os chamados “anos de chumbo”, artistas, escritores e intelectuais estivessem cientes do rigor da atividade censória que era realizada no decorrer do governo Médici e desempenhavam uma “autocensura”, a fim de evitar

produzir algo que pudesse ser censurado. Afinal, o país era governado por militares da chamada “linha dura” (Reimão, 2011) e as consequências acarretaria prejuízos financeiros, visto a proibição do material pronto conforme lemos no texto do decreto-lei nº1.077/77.

Armando Falcão foi sucessor de Alfredo Buzaid no Ministério da Justiça no governo Ernesto Geisel (1974-1979) e ficou conhecido como “guardião da moral e dos bons costumes”. Como ministro, recebera muitas missivas garantindo apoio, colaboração e exigindo maior rigor da censura, a exemplo das cartas aqui anexadas. Nelas, nota-se a “tentativa de utilizar um ‘bem público’ (a censura) para resolver um caso da esfera privada (como a educação ética e moral dos filhos)” (MARCELINO, 2006, p. 209). Constata-se que as pessoas, nas correspondências, assimilam a população como ingênua, incapaz de se orientar sobre o que deveria ser lido ou não, havendo a necessidade de tutela pelas autoridades.

Isto posto, sob o estigma de pervertida, Cassandra Rios ia à contramão da “nação ideal”, na qual não caberia aquilo que fosse uma ameaça à ordem. No romance *Copacabana Posto 6 - A madrasta* (1969), em que o autor da carta acima interpela por maior atenção das autoridades, a autora escreveu a história de Laura, que vive um conflito devido a sua “condição homossexual” (MANTOVANI, 2019, p. 7). Em *Copacabana Posto 6 – A Madrasta*, Laura é uma jovem desajustada e com relações familiares conflituosas. Ela e seu irmão Sidney foram criados pela tia Mafalda, após a morte da mãe, a quem Laura trata com indiferença e desprezo. Na trama, Rios expõe uma família desequilibrada pela morte da mãe e a ausência do pai viúvo, que vai para a Europa após a perda da esposa, deixando os filhos aos cuidados da cunhada, a Tia Mafalda.

Em casa, Laura

já tivera inúmeras provas de que o irmão mais novo era mais benquisto, mais estimado. Por quais razões? Devido ao comportamento dela e, mais do que tudo, por causa do seu tipo. Que culpa teria se a natureza a fizera assim, magra, máscula, diferente, a final! Com que direito então não admitiam que ela vivesse como desejava? Sempre admoestavam-na, criticando-a, promovendo brigas onde não conseguiam dobrá-la nem fazer dela uma jovem de cinturinha estreita e delicada. (RIOS, 1969, p. 15-16)

Os desentendimentos que faziam parte da rotina entre os irmãos e a tia Mafalda aumentam com a chegada do Dr. Egberto e sua nova esposa, Jeanne-Marrie. Com a chegada do casal, Tia Mafalda decide deixar a casa alegando que já fez sua parte em educar os sobrinhos e Sidney e Laura são obrigados a viverem com o pai – como não faziam há anos – e a madrasta francesa, descrita como mais jovem que o Dr. Egberto e muito bonita:

Elegante, bonita, esguia, muito jovem e vistosa. Dessas mulheres que parecem ter à volta uma auréola de magnetismo. Que atraem por estranho fascínio ao mesmo tempo conservando-se a distância. Cabelos ruivos, longos, ondulados e sedosos, emolduravam o rosto de linhas puras e perfeitas. [...] Era uma dessas mulheres por quem homens perdem a cabeça. E Egberto, evidentemente, estava num irremissível transe de amor. (RIOS, 1969, p. 70)

A chegada do casal à rotina da personagem principal da trama traz diversos conflitos, principalmente pelo “choque” em relação à sua homossexualidade. Em uma determinada cena, Jeanne-Marie flagra com muito espanto um beijo entre Laura e outra moça:

Jamais pudera supor que iria deparar com tal cena! O que acabara de presenciar! Era indescritível! Impossível que aquilo estivesse acontecendo naquele quarto, cuja porta estava apenas encostada. O coração de Jeanne-Marie pulava como um potro selvagem. As mãos tremiam e os lábios ficaram doloridos, quando ela os mordiscou novamente. Laura estava com uma outra jovem, e beijavam-se na boca. (RIOS, 1969, p. 93)

No entanto, apesar do choque, o contato entre Jeanne-Marie e a enteada torna-se mais próximo com o passar dos capítulos do romance, embora não sem conflitos, e as duas começam a se entender. As relações turbulentas entre Laura, o pai e o irmão costumam ser comentadas entre a jovem e suas amigas, outras jovens que, como ela, também são lésbicas e entendem seus dramas pessoais. Contudo, no desenrolar da história, Laura desenvolve uma paixão até então não correspondida pela madrastra, e Rios escreve um romance proibido, não somente por ser lésbico, mas por narrar uma história de amor entre a enteada e a madrastra. Laura,

Estendeu a mão para o câmbio, num gesto deliberado, com descuido. Foi apenas um estratagemma para tocá-la. Ela juntou os joelhos, afastando-se com receio de tê-la atrapalhado. O que estava acontecendo era absurdo. Aquêlê sentimento condicionava-a, vigiava, policiava. Estava presa, tomando nota de todos os gestos de Jeanne-Marie, cuidando de oportunidades para um contato, por mais insignificante e rápido que fôsse. Aquêlê breve resvalar de sua mão no joelho dela, causara -lhe o mais arrebatado e inconfessável prazer. (RIOS, 1969, p. 227)

Segundo Piovesan (2005), a centralidade do amor como elemento fundamental na narrativa é notável, particularmente no que diz respeito à história de Laura, uma mulher abertamente lésbica. Sua conexão emocional com sua madrastra, que culmina com a reciprocidade desse sentimento no final do livro, é retratada nas obras de Cassandra Rios como um capricho imprevisível do destino. Em *O pensamento hétero e outros ensaios*, a filósofa norte-americana Monique Wittig escreve que “lésbicas não são mulheres” (2022, p. 54), pois Wittig argumenta que as lésbicas em suas identidades e relações sexuais não se encaixam no modelo heteronormativo.

Ao afirmar que lésbicas não são mulheres, Wittig (2022) está questionando a ideia de que a identidade das mulheres deve ser definida em relação aos homens e à heterossexualidade. Ela busca desvincular a identidade das mulheres das estruturas de poder que sustentam a subordinação das mulheres aos homens na sociedade. Essa abordagem visa desconstruir as normas de gênero e desafiar a visão binária tradicional que fundamenta as relações sociais baseadas no sexo.

Para Laura, que nunca se viu compelida a esconder suas inclinações afetivas, mesmo enfrentando o preconceito que, como qualquer pessoa em “sua condição”, encararia naquele contexto, seu romance com Jeane-Marie se transforma na personificação de uma impossibilidade de aceitação do seu homoerotismo pela sociedade. Na cena do primeiro beijo entre as duas, Rios escreve abertamente sobre o desejo entre duas mulheres, característica principal de seus livros:

Num impulso de arrebatamento e loucura [Laura] estendeu os braços e puxou-a num abraço, grudando o corpo dela contra o seu com tãda força. A bôca desvaiada avançou na vertiginosa procura dos lábios que se esmagaram fervorosos, quentes, sôfregos, no beijo estravagante que sonhara tantas vêzes ter roubado! O corpo de Jeanne-Marie tremia. Espremeu-a, vibrante de emoção, nervos retezados, embrutecida de amor e paixão. Era paixão! Das que dementavam! A bôca sorvia-lhe o beijo numa sêde de febre. Sentia os seios dela contra o peito. Sentia-a tãda, a respiração, o bater do coração em tumulto. (RIOS, 1969, p. 243, grifo nosso)

O trecho acima exemplifica porque consideramos a obra de Cassandra Rios importante para a construção das subjetividades femininas, sobretudo, lésbicas. Porque, para nós, analisá-la sob a ótica da escritora pornográfica, temida e perigosa para a juventude brasileira é simplificá-la, o seu texto descomplicado denota como as paixões homossexuais são, na realidade, normais. Ponderar os personagens de Cassandra em suas complexidades implicar lê-los sob o contexto da marginalidade imposta aos homossexuais pela sociedade brasileira.

Em determinado trecho, por exemplo, retratando personagens homossexuais habitando espaços comuns, fora do “gueto”, Rios escreve o seguinte diálogo entre Laura e sua amiga chamada Gina enquanto se divertiam em um bar:

- Tem razão. Você consegue até fazer com que eu a ouça. Isso ajuda. Continue falando. Vamos dançar. Juntas, bem agarradas. Se acharem ruim, continuaremos, se vier a polícia – disse numa brincadeira – você se importaria de ir prêsa comigo? Duas mulheres dançando juntas em um lugar público, é algo atentatório à moralidade pública, sabia?
Gina riu, achando graça. (RIOS, 1969, p. 161)

Evidencia-se na narrativa, também, que um dos cenários mais frequentados por Laura é uma “boate” em Copacabana. Este bairro, conforme apontado por Piovesan (2005), foi o pioneiro como grande bairro à beira-mar ao sul da Baía de Guanabara, com a maior densidade populacional de toda a cidade do Rio de Janeiro. Além disso, desenvolveu um comércio turístico internacional e uma vida noturna diversificada, oferecendo, entre as décadas de 60 e 70, uma alternativa mais refinada à vida “gay” que, até então, era mais movimentada no centro histórico da cidade.

Em Copacabana, a Galeria Alaska se destacou como um dos locais mais emblemáticos para o florescimento das subculturas “gays”. A própria praia também se tornou um ponto de encontro para a sociabilidade homoerótica, graças à presença de um quiosque “gay”. É sob a influência dessa realidade que a obra de Cassandra Rios, *Copacabana Posto 6 - A Madrasta*, surgiu em 1965, prestando homenagem ao bairro que permitia a livre sociabilidade lésbica.

Rios nos permite pensar, através da história de Laura, como a sua sexualidade considerada como desvio, é tida como indesejada, pois vai à contramão do que é aceitável pela sociedade moldada por princípios judaico-cristãos. Como vemos, em outro momento, Laura e seu irmão Sidney conversam sobre a homossexualidade e a Bíblia, nos transportando a reflexões que ultrapassam sua existência:

Hoje se discute a pílula anticoncepcional! As leis bíblicas, conforme vê, são ultrapassadas por diversos fatores. Não se pode segui-la criteriosamente. O que aprendi de sexo e amor me abate. Teologicamente, entendi que nada fica impune. O Cobrador tarda mas não seixa de vir! [...]
Apertou o livro [a bíblia] contra o peito e inclinou a cabeça num gesto de desânimo e tristeza:
- Ésse livro me condena! A Bíblia me amaldiçoa e acusa! (grifos nossos) (RIOS, 1969, p. 208)

Dr. Egberto, pai da protagonista, em uma atitude de desespero, ameaça a filha de pô-la no manicômio como última tentativa de curá-la ou, afastá-la de suas amigas, exibindo o quanto o seu preconceito, machismo e desconhecimento a acerca do lesbianismo interferia na relação entre eles dois: “- Eu não estava enganado! Seu lugar é num Hospital de Loucos! Tinha sérios propósitos de interná-la!” (RIOS, 1969, p. 276). Evidenciando, então, que o *homossexualismo* da filha precisava ser controlado. Para Trevisan (2018), a partir do século XIX, após o amplo estudo da loucura pelo campo da psiquiatria, parte dos desvios à norma passaram a serem vistos como doenças, incluindo-se aí a homossexualidade.

Por fim, no clímax da história, Laura descobre que a sua mãe na verdade é a tia Mafalda, irmã de sua mãe – a quem sempre lhe devotou desprezo – com o seu pai, Dr. Egberto e esse

drama a deixa ainda mais confusa e revoltada com a sua família. Paralelamente, sem conseguir esconder ou controlar, acaba por seduzir a madrastra, que cede a essa complicada relação entre duas mulheres.

Após uma grande discussão com o seu pai, a jovem Laura sai com a sua amada para um passeio de carro e, entre declarações e juras de amor, o veículo acaba por cair em um precipício, deixando no ar se a ira que Laura nutria pelo pai e o amor entre as duas foi motivo para o acidente ou, se para além do acidente, as duas sabiam que não conseguiriam ser felizes diante do caos que era o amor entre elas e decidiram enfrentar o abismo, a morte.

A morte trágica, demarcando o fim do romance, pode indicar também uma saída contra a moralidade e a perseguição que viviam em casa. Para Adriane Piovesan (2005, p. 95), “como um discurso de subversão à ordem hétero-patriarcal era impossível que o romance de Laura e Jeanne-Marie fosse aceito, e a morte aparece como única alternativa para as duas que se suicidam”. Nessa perspectiva, o fim das personagens está entre a moralidade e a fuga e, como resultado, a morte.

A literatura de Cassandra Rios destacou como as mulheres homossexuais daquele período não estavam imunes ao preconceito e ao sofrimento. No entanto, o enfoque da autora ao criar personagens inseridas nessa temática foi retratá-las como seres humanos, desafiando estereótipos e mostrando sua humanidade, em vez de retratá-las como aberrações.

Cassandra Rios foi condenada por moralistas, perseguida pela censura e rejeitada pela crítica literária devido o estilo de sua escrita e por trazer o lesbianismo como plano central nos seus romances. Sem desistir, Rios lutou contra as proibições e vetos em um período que a homossexualidade era estigmatizada e marginalizada, por isso, a importância desta pesquisa em resgatar o nome da escritora maldita – como foi identificada na capa de alguns de seus livros – uma vez que os preconceitos do período ditatorial são repetidos até hoje.

A História do Tempo Presente nos permite perceber como as continuidades de discursos do passado são incorporados no presente. Uma vez que a História é construída por processos, nada se coloca como rigidamente circunscrito no tempo, assim, o anticomunismo, a censura e a homofobia não foram superadas.

Pela lei, a censura foi abolida após a promulgação da Constituição Federal de 1988 “no artigo 220, que estabelece a ausência de restrições à manifestação de pensamento, criação, expressão e informação, sob qualquer forma, processo ou veículo” (RIDENTI, 2018, p. 95). Contudo, ocorreram proibições posteriores à Constituição, como a proibição de tocar nas rádios a canção *Tô feliz (matei o presidente)* do rapper Gabriel O Pensador nos idos anos 90, pelo então presidente Fernando Collor de Mello (Campos, 2017). Anos depois, mais precisamente

em 2019, uma HQ foi censurada pelo prefeito Marcelo Crivella (PSB/RJ) na XIX Bienal Internacional do Livro sob a justificativa de ser inadequada à leitura por conter a imagem de um beijo gay (Ker, 2019).

Cabe ressaltar que os estereótipos à imagem da população LGBTQIA + no Brasil não foram criados e personificados no contexto da ditadura civil-militar, tampouco os episódios de violência e censura estão restritos ao passado. Em suma, esse tema e as variadas discussões daí decorrentes a respeito de gênero não estão esgotadas. Reminiscências e continuidades da repressão à sexualidade feminina e do período ditatorial em seus diversos aspectos ainda são sensíveis de tatear.

“Para Cassandra Rios parece não haver meio termo. Ou ela é violentamente atacada ou defendida com unhas e dentes. Chegando, seus admiradores a classificá-la de corajosa e realista por focalizar na sua obra a alma feminina [...]”. Diário da Tarde (PR), 03/11/1975

2 CASSANDRA RIOS, A AUTORA MAIS PORNOGRÁFICA DO BRASIL: O MEDO DA LESBIANIDADE EM NOTÍCIAS DE JORNAIS

Como vimos, cartas foram enviadas ao Ministro da Justiça Armando Falcão pedindo censura à escritora Cassandra Rios, por ofender a moral e os bons costumes dos leitores com os seus “polêmicos livros”, sendo estas importantes fontes para compreender como a população apoiava a atividade censória. Nos jornais, por outro lado, a censura operou de várias formas para conter as notícias que se referissem ao governo de forma a prejudicá-lo (Kushnir, 2001) e, também, se tornava presente como notícia.

Havia a censura a livros, programas televisivos, peças teatrais, composições musicais e filmes, isto é, estabeleceu-se a censura a diversões públicas que visava censurar o que fosse relacionado ao entretenimento (Kushnir, 2001). Por outro lado, houve a censura aos meios de comunicação com o fim de cercear o que fosse divulgado pelos jornais impressos, seja as críticas ao governo ditatorial, seja sobre a sua atuação em qualquer seara, com o objetivo de desinformar a população e ocultar suas atividades governamentais.

A censura aos jornais não funcionava somente nos bastidores das redações pelo Brasil afora – sobretudo no sudeste do país, pois aí se concentravam os grandes conglomerados dos meios de comunicação no período (Chammas, 2012), mas também foi notícia. Eram comuns os boletins a informar quais os livros foram proibidos pela censura na semana (dados expedidos pelo Diário Oficial da União na época), ou ainda, quais livreiros e livrarias corriam o risco de sofrer com as punições impostas pelo governo. Dessa forma, as notícias de jornais coletadas nos mostram um interessante panorama do ponto de vista historiográfico.

Nesse contexto, a escritora Cassandra Rios foi pioneira em literatura de ficção sobre a lesbianidade. Escrevia os livros mais vendidos, chegando a atingir, segundo Fernandes (2021, p. 127) a expressiva “marca de trezentos mil exemplares de cada livro novo publicado”. Rios escreveu e publicou aproximadamente 50 títulos, acumulando com tal feito, 26 anos de perseguições judiciais.

Durante o governo de Getúlio Vargas (1951-1954), Cassandra Rios enfrentou intensa oposição à sua obra *Eudemônia*¹⁵. Dezesesseis processos foram abertos apenas para esse livro. Sob a acusação do artigo 234 do Código Penal, que trata do crime de escritos ou objetos

¹⁵ Publicado em 1952, este romance conta a história de Eudemônia Forbes, filha de um magnata da alta sociedade paulistana. Eudemônia vive seu amor por outras mulheres sem restrições, desafiando as normas da época (SILVA; BORGES, 2020). Lutando contra o estigma de ser considerada doente, Eudemônia enfrenta a sociedade para provar que seu amor é válido, apesar das expectativas de que ela deveria amar um homem, chegando ao ponto de ser internada em uma clínica psiquiátrica por tal.

obscenos, Cassandra foi repetidamente intimada como ré (Carneiro, 2018). Este artigo prevê pena de detenção de 6 meses a 2 anos, ou multa, para quem produzir, adquirir ou possuir para fins de comércio, distribuição ou exposição pública, escritos ou objetos obscenos. A situação chegou ao ponto, relata Carneiro (2018), de Cassandra ser condenada a um ano de prisão. No entanto, esse processo correu à revelia, resultando em sua pena nunca sendo cumprida.

As denúncias contra Cassandra partiam do pressuposto de que, com os seus livros, ela seria capaz de aliciar e corromper a juventude brasileira para a homossexualidade. Tida como ameaça à moral e aos bons costumes, Rios comentou que

Até bofetada de delegado, na cara, levei. O que mais temiam? Já não estava eu proibida? Hoje entendo. Ruminavam que eu precisava ser algemada, amordaçada, enxovalhada de todas as humilhações, desacreditada na minha conduta moral, para denegrirem meu talento e consagrarem suas aleivasas pessoas! Verdade que, na época, assim diziam, só eu vendia! (Rios, 2000 *apud* Piovesan, 2005, p. 25).

Em outra ocasião, um delegado, diante dos olhos da própria autora, ameaçou picar um exemplar de *Nicoleta Ninfeta*¹⁶ e repetir a mesma ação com seus outros livros (Fernandes, 2021). Em outras palavras, foi sob a vigência do regime militar que Cassandra Rios conheceu pessoalmente as dependências das delegacias, onde foi submetida a vários interrogatórios, sofrendo diversas ameaças verbais e agressões físicas (Carneiro, 2018).

Cassandra Rios, considerada pervertida e atentatória à moral e aos bons costumes, esteve presente em diversas notícias ao lado dos títulos de alguns dos seus livros. Por vezes, seu codinome esteve estampado entre os nomes de autores mais vendidos, em outros, Odete figurava entre os títulos proibidos pela censura. De qualquer forma, essas notícias denotam a popularidade da autora estudada e fornecem chaves de compreensão do que ocorria no período da ditadura civil-militar no Brasil. Dentro das fontes jornalísticas encontradas, uma em especial antecede ao golpe de Estado empregado pelos militares em 1964, como podemos ler a seguir:

Começo a ficar um tanto apreensivo com a onda de perseguições a livros, entre nós. Primeiro, com o máximo de aparato foi apreendida a edição de certo manual de guerrilhas. Depois caçaram nas livrarias “Minha Luta”, de Hitler. Fizeram o mesmo com umas novelas de Cassandra Rios, puxadas ao afrodisiaco. E agora há o pior: querem dar fim a um velho romance, um clássico dos idos do naturalismo — “A Carne”, de Júlio Ribeiro. Como se vê, parece estar sendo armada a arapuca de uma inquisição, em plena estação democrática, que só pode, aliás, manter-se e sobreviver se garantidas, a pleno, às liberdades fundamentais do homem. Essas coisas quando começam ninguém sabe quando nem onde vão parar. Se hoje metem no fogo obras

¹⁶ Segundo Dias (2012), *Nicoleta Ninfeta* foi publicado por Cassandra Rios em 1973. Romance que conta a história de Adriana, mulher de 37 anos que se apaixona por Nicoleta, de 18 anos. Adriana é uma mulher experiente, casada há alguns anos com Elisa, e possui uma editora. Na pesquisa de Dias, Cassandra foi questionada algumas vezes se a sua personagem Adriana era um alterego seu. Rios negou qualquer comparação com a personagem nesse sentido.

tidas por subversivas, perigosas ou imorais, no conceito de um censor, de um chefe de Polícia ou de um juiz de menores amanhã é possível que estejam no index livros da mais alta qualidade literária, artística ou científica que nada tenham de imorais, perigosos ou subversivos e cuja condenação constitua — como o que ora acontece já constitui — um atestado à cultura. Fiquem as letras brasileiras sujeitas ao arbítrio de certas autoridades — que não o são, nunca, no campo da literatura, da arte ou da ciência, e cujo pronunciamento se faz ao sabor de seus políticos ou religiosos ou de seu pudor — é o que não se pode mais conceber, sobretudo na hora que vivemos. Não nos esqueçamos do perigo: nas fogueiras inquisitoriais primeiro jogam os livros e depois os respectivos autores; quando as chamas ameaçam baixar ou extinguir-se, atiram dentro, indiferentemente, livros e qualquer autores, mesmo os que não tenham nada a ver com o peixe. (Correio Braziliense, DF, n° 592, 10/02/1962)

Podemos observar, a partir do excerto acima, que mesmo antes da chegada dos militares ao poder, havia um clima de apreensão e perseguição a livros, onde o colunista Valdemar Cavalcanti¹⁷ nos dá pistas do que acontecia naquele momento, mais precisamente, sobre quais livros eram retirados das prateleiras. Na preocupação que se esboça quando escreve que “com o máximo aparato foi apreendida a edição de um certo manual de guerrilhas”, o autor infere que há algo maior vindo por parte da polícia. Preocupação esta que se confirma, quando se dá a “caça” aos exemplares de *Minha Luta* de Hitler e, sobretudo, às obras de Cassandra Rios, cujas novelas são “puxadas ao afrodisiaco” e o clássico naturalista de Júlio Ribeiro.

Anos antes, Adolf Hitler governava a Alemanha com autoritarismo. O título “*Mein Kampf*” (Minha Luta), foi censurado no Brasil durante várias décadas. O livro foi publicado originalmente em alemão entre 1925 e 1926 e contém os ideais e crenças políticas de Hitler, que posteriormente serviram como base para o nazismo e os eventos trágicos da Segunda Guerra Mundial (1939-1945). No Brasil, o livro foi banido após a Segunda Guerra devido ao seu conteúdo extremamente controverso e ligado ao regime nazista. A censura, então, visava evitar a disseminação de ideias perigosas e prejudiciais que poderiam incitar o ódio, a discriminação e a violência¹⁸.

¹⁷ Conforme Ticianeli (2016), também conhecido como Vavá, Valdemar Cavalcanti (1912-1982) foi jornalista, crítico literário e funcionário público no IBGE. Inaugurou uma nova abordagem como crítico literário, pioneiro em se tornar colunista diário no cenário do jornalismo impresso através do veículo “O Jornal”, sob a liderança de Assis Chateaubriand. Por um período de duas décadas, ele conduziu a coluna intitulada “Jornal Literário”.

¹⁸ Segundo Paz (2015), *Minha Luta*, chegou ao mercado nacional através da Editora Globo, com sede em Porto Alegre, em 1934. Entretanto, durante a ditadura Vargas, em 1942, quando o Brasil ingressou ao lado dos Aliados na Segunda Guerra Mundial, a totalidade da impressão realizada pela Editora Globo foi destruída sob as ordens do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). Apenas em 1962, *Minha Luta* voltou a ser impressa, pela editora paulistana Mestre Jou. Contudo, a edição foi confiscada pouco depois da promulgação da Portaria de 26 de julho de 1962. Com o advento da ditadura militar em 1964, a circulação permaneceu proibida. Em desafio a essa interdição, em 1983, a obra foi publicada pela Editora Moraes em São Paulo. Ainda em 1987, a Editora Pensamento, também sediada em São Paulo, lançou sua própria versão, baseada na edição original da Globo de 1934. Em 1990, a Editora Revisão, localizada no Rio Grande do Sul, seguiu o exemplo com seu próprio lançamento. Uma nova edição emergiu em 2001, pela Editora Moraes, renomeada como Editora Centauro, e posteriormente reimpressa em 2004 e 2005. Porém, novas reimpressões foram suspensas após uma série de processos judiciais nos quais os proprietários da Centauro foram acusados de práticas racistas.

“Puxadas ao afrodisíaco”, as novelas de Cassandra Rios foram perseguidas no mesmo contexto que os exemplares de *Minha Luta* de Hitler, porém, com justificativa implicitamente diferente. Neste trecho, o colunista deixa subentendido que os livros de Rios foram recolhidos por uma questão relativa à sexo ou sensualidade, pois “afrodisíaco” se refere à alimentos, substâncias ou produtos capazes de aumentar o desejo ou a excitação sexual.

No mesmo sentido houve a perseguição aos exemplares de *A Carne*, de Júlio Ribeiro (Sabará, 1845 — Santos, 1890). Escritor naturalista brasileiro, Ribeiro causou grande alvoroço quando o livro *A carne* foi publicado em 1888, que além de ter sido considerado pornográfico, foi, inclusive, listado no *Index* português¹⁹ em meados da década de 1930.

Em *A carne*, Júlio Ribeiro escreveu a história de Lenita, jovem que perdeu a mãe muito cedo e foi criada pelo pai. Ao perder o progenitor, Lenita é convidada a morar na fazenda de um amigo da família, sendo obrigada a habituar-se à vida no campo. A personagem, então, tem contato com o trabalho escravo de perto, com a rotina da fazenda, com os costumes e acaba por conhecer o filho do amigo de seu pai, chamado Manuel Barbosa, recém chegado da Europa e divorciado. Em Manuel, Lenita encontra companhia para suas leituras e passeios e, embora tente, a jovem não consegue resistir e se apaixona por ele. Contudo, ambos sabem que o romance é proibido pois não há possibilidade de casamento, dado que Manuel é divorciado, e sofrem com o dilema de ceder ou não à carne.

Embora alguns críticos se referissem ao livro como “ridículo” e “inverossímil”, o romance alçou grande sucesso popular, em uma época que crescia o número de leitores no país, alcançando, sobretudo, leitores jovens. Era um livro lido às escondidas, como um livro de educação sexual e formação moral (Ferreira, 2009), contendo cenas de sexo sem maiores rodeios.

Entretanto, ambos estão localizados em períodos diferentes e sofreram com políticas de repressão distintas, sem mencionar as temáticas discrepantes sobre as quais os autores escreviam: Ribeiro escrevia – nas entrelinhas – sobre seus ideais abolicionistas e republicanos, sendo também a favor do divórcio; conquanto Rios, compunha romances lésbicos, e a censura que sofreu assume, nesse sentido, o viés da violência de gênero e das representações de tais signos.

¹⁹ Fonte: O *Índex*, *Index Librorum Prohibitorum* ou Índice dos Livros Proibidos data de 1571 e era uma relação formal das obras interditas àqueles que professavam a fé católica, sendo vedada a leitura, tradução, detenção, empréstimo ou venda dos mesmos, pois eram considerados prejudiciais aos costumes cristãos e à fé. **Infopédia**, Dicionários Porto Editora. Disponível: [https://www.infopedia.pt/\\$index](https://www.infopedia.pt/$index). Acesso em: 10/11/2020.

Voltando à coluna do *Correio Braziliense*, encontramos os arquivos do Diário Oficial da União de 1962 informando a apreensão dos exemplares do *Minha Luta* de Adolf Hitler²⁰, porém, não encontramos a determinação de recolhimentos dos exemplares de Cassandra Rios e Júlio Ribeiro. Ou seja, sobre a determinação da apreensão não temos à disposição a fonte do Diário Oficial relatando tal censura, somente a coluna assinada por Valdemar Cavalcanti, que não precisa ser descredibilizada por isso.

Kushnir (2001, p. 79) escreve que havia “preocupação dos governos pós-1964 em legalizar suas medidas arbitrárias. Cada ato de exceção, cada norma proibitiva, cada cassação de direitos civis era publicada em Diário Oficial”. Ao passo que, o texto acima, foi publicado antes do golpe de Estado de 1964, onde o colunista alagoano Valdemar Cavalcanti chama a atenção do leitor com a afirmação que “parece estar sendo armada a arapuca de uma inquisição, em plena estação democrática”, no sentido de alertar que a liberdade de expressão está ameaçada no país, pois, “essas coisas quando começam ninguém sabe quando nem onde vão parar”, em consonância com o que escreve Ire (et. al. 2019, p. 193), que Cassandra Rios foi censurada “antes mesmo do golpe militar em 1964”.

Cavalcanti ressalta também o perigo que é estar nas mãos de um censor, polícia ou juiz de menores a decisão de permitir ou não quais livros podem estar nas prateleiras das livrarias, visto que, com o tempo “é possível que estejam no *index*, livros da mais alta qualidade literária, artística ou científica que nada tenham de imorais, perigosos ou subversivos e cuja condenação constitua”. O colunista alagoano mostra profunda inquietação quando afirma que “nas fogueiras inquisitoriais primeiro jogam os livros e depois os respectivos autores”. Por fim, o receio nesta coluna do *Correio Braziliense* em 1962 é latente, como um aviso do que estava por vir.

2.1 O jornal impresso nos anos de ditadura civil-militar

A escolha da imprensa escrita como fonte nesta pesquisa está relacionada ao fato de que os órgãos de comunicação, são também órgãos de poder (Chammas, 2012). Linhas editoriais, jornais, revistas, têm por essência viés político. Os discursos produzidos, conforme Foucault (1996) argumenta, em qualquer manifestação de discurso, há uma interação de processos que simultaneamente exercem controle, seleção, organização e redistribuição.

É importante ressaltar que “[...] a imprensa periódica seleciona, ordena, estrutura e narra, de uma determinada forma, aquilo que elegeram como digno de chegar até o público” (LUCA,

²⁰ Documento JUsBrasil.27-07-1962, disponibilizado no site JusBrasil.

2008, p. 139) e isso pressupõe uma certa Hierarquização de conteúdos, ligados a uma linha editorial, que possui conexões financeiras e políticas. Esses procedimentos desempenham o papel de afastar tanto o potencial de influência quanto os riscos inerentes ao discurso. O conceito de discurso e a imprensa escrita estão intrinsecamente relacionados por meio da maneira como as ideias são comunicadas e disseminadas na sociedade.

O discurso refere-se à forma como a linguagem é usada para expressar ideias, perspectivas e conhecimento dentro de um contexto social. Pode ser tanto falado quanto escrito e é influenciado pelas normas culturais, valores e poder. Conforme podemos ler em *A ordem do discurso* do teórico Michel Foucault (1996), o discurso não apenas transmite informações, mas também molda percepções, influencia opiniões e sustenta relações de poder.

Por outro lado, a imprensa escrita é um dos meios mais proeminentes para a disseminação do discurso. Através de jornais, revistas e outras publicações, a imprensa escrita tem o poder de amplificar vozes, informar o público e influenciar a opinião pública. Ela oferece uma plataforma para diferentes discursos (Chammas, 2012), permitindo que diversos pontos de vista sejam compartilhados em grande escala. Por outro lado, segundo Moreira (2011), as análises discursivas da censura realizada proporcionam uma compreensão de que o ato de silenciar e a resistência estão interligados, gerando diversas tensões no discurso.

No entanto, a relação entre discurso e imprensa escrita também é marcada por dinâmicas complexas. A imprensa pode exercer controle sobre quais discursos são amplificados e quais são suprimidos. Segundo Cruz e Peixoto (2007), a seleção editorial, viés ideológico e fatores comerciais podem moldar o conteúdo divulgado, afetando a diversidade de discursos disponíveis ao público. Discurso e imprensa escrita estão interligados, porque a imprensa desempenha um papel vital na disseminação e influência dos discursos na sociedade, enquanto os discursos moldam a natureza e a direção da cobertura jornalística e do conteúdo da imprensa.

Os jornais são publicações periódicas que contêm notícias, informações, análises e opiniões sobre uma variedade de assuntos, como política, economia, cultura, esportes e entretenimento. Eles são impressos em papel e distribuídos fisicamente para os leitores. São também uma forma tradicional de mídia que tem sido usada por séculos para comunicar informações e conectar as pessoas com o que está acontecendo no mundo (Darnton, 2016). Eles geralmente têm diferentes seções para cobrir várias áreas de interesse e podem incluir artigos de jornalistas, colunas de opinião, anúncios e ilustrações.

A preferência pela mídia impressa na seleção das fontes deste trabalho se deu pela potência do material encontrado digitalizado na *Hemeroteca Digital*²¹. Ao filtrar as notícias pela combinação de letras que formam o nome da autora “Cassandra Rios”, nos colocamos diante de várias perguntas e hipóteses que perpassam as questões da popularidade da escritora, bem como a notícia dos livros que foram proibidos, recolhidos das prateleiras e mostram como o governo militar mostrava a sua atuação quando a temática era a preservação da moral e dos bons costumes da população. Ao passo que Cassandra Rios foi tema de notícias pelo Brasil a fora, podemos perceber que os seus leitores extrapolavam os limites do eixo Rio-São Paulo – região com o maior número de leitores do país (Chammas, 2012), maior número de editoras e que era a residência também dos maiores grupos midiáticos na época estudada.

A fundação do *Correio Braziliense*, onde lemos a coluna de Cavalcanti em 1962, remonta a 1808 e é creditada a Hipólito da Costa. Este jornal surgiu apenas alguns meses antes da Gazeta do Rio de Janeiro, tornando-se, portanto, o primeiro periódico brasileiro da imprensa nacional. De acordo com Morelli (2002, p. 42), o *Correio Braziliense* era editado em Londres e chegava ao Brasil de forma clandestina, contrabandeado nos navios ingleses que aportavam no país, uma vez que o Reino de Portugal censurava qualquer publicação impressa no Brasil Colônia. Naquela época, conforme aponta a pesquisadora, o *Correio Braziliense* tinha uma ênfase mais ideológica do que informativa. Hipólito da Costa utilizava o jornal para promover ideias como a liberdade de imprensa, a monarquia constitucional, a defesa da imigração, a criação do júri popular, a instituição de universidades, a abolição da escravatura e a independência do Brasil.

Hipólito da Costa era brasileiro, nascido na província de Sacramento, que corresponde ao atual Rio Grande do Sul. Maçom, bacharel leis e filosofia, tendo ocupado diversos cargos públicos em Portugal. Sua mudança para a Inglaterra ocorreu devido à sua participação na Maçonaria, organização que era alvo de perseguição naquela época. Ao chegar lá, mantendo sua fervorosa defesa pela liberdade de imprensa, Hipólito da Costa decidiu criar um jornal independente para seus compatriotas no Brasil, a quem ele chamava de “brasilienses” (Morelli,

²¹ A Hemeroteca Digital Brasileira é um portal dedicado a periódicos nacionais, oferecendo uma plataforma abrangente de acesso online a jornais, revistas, anuários, boletins e outras publicações seriadas. O acesso é gratuito e permite aos pesquisadores de qualquer parte do mundo, consultar e até imprimir as páginas de sua escolha. Através da Hemeroteca Digital é possível explorar títulos que abrangem a totalidade da história do país, desde o início dos jornais brasileiros, como o *Correio Braziliense* e a Gazeta do Rio de Janeiro, fundados em 1808, até publicações extintas durante o século XX, como o Diário Carioca e o Correio da Manhã. Além disso, o acervo abrange jornais que não circulam mais em formato impresso, como é o caso do Jornal do Brasil. Para acessar, basta acessar o site oficial do portal, <https://bndigital.bn.br/hemeroteca-digital/>.

2002). No entanto, o jornal logo enfrentou problemas e acabou sendo cancelado, levando ao fim da circulação do *Correio Braziliense* em 1822.

Posteriormente, o nome do jornal foi resgatado pelo criador do novo *Correio*, Assis Chateaubriand, dono do grupo *Diários Associados*, ao qual o *Correio Braziliense* é vinculado. Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Mello, nasceu em Umbuzeiro, na Paraíba, em 14 de janeiro de 1892. Desde o seu início no jornalismo foi atraído pelas polêmicas, característica, segundo Morelli (2002), dos jornais do início do século, e foram elas que lhe abriram as portas do sucesso no ramo.

Chatô, como ficou conhecido, adquiriu seu primeiro veículo, *O Jornal*, aos 32 anos e sua reputação foi forjada ao longo de sua vida por meio de campanhas e polêmicas, quer fossem contrárias ou favoráveis a figuras ou eventos de relevância nacional. De acordo com Morelli, durante mais de quatro décadas, ele incessantemente publicou artigos nos jornais pertencentes à sua vasta rede de comunicações, frequentemente abalando o cenário político do Brasil. “O império jornalístico de Chatô foi construído sob inspiração da personalidade do seu fundador: visionária, centralizadora, autoritária, vingativa, magnética e modernizadora” (Morelli, 2002, p. 44).

E ao contrário dos periódicos tradicionais do eixo Rio-São Paulo, o *Correio Braziliense* estabeleceu sua própria marca dentro do panorama dos jornais brasileiros, mantendo uma identificação singular com a cidade. A orientação editorial do jornal variou ao longo do tempo, oscilando entre o apoio ao governo local e o embate contra essa mesma administração. Recentemente, a estrutura editorial passou por uma profunda reformulação, acompanhada da apresentação explícita e transparente de sua nova diretriz editorial aos leitores.

Cabe ressaltar que a trajetória do *Correio Braziliense* coincide com a chegada da imprensa no Brasil e com a inauguração da cidade de Brasília como nova capital do país, dois importantes acontecimentos para a História nacional. Assim, a imprensa e a comunicação social independente do veículo a ser considerado são campos interessantes e interdisciplinarmente estratégicos para o entendimento da vida contemporânea.

Encontrar notícias sobre Cassandra Rios entre o espectro das décadas de 1960 e 1980 permite analisar o nosso objeto de pesquisa do ponto de vista da perseguição autoritária do período da ditadura civil-militar e também como a censura era notícia nos jornais impressos. Uma vez que os próprios jornais enfrentavam a censura e viviam limitados entre o que poderia ser veiculado ou não, como vimos no capítulo anterior.

Segundo Cruz e Peixoto (2007), é possível incorporar a imprensa como documento de pesquisa e material didático. Ler a imprensa escrita como fonte histórica é abrir margem para

uma compreensão além da neutralidade, pois são suporte de prática social. Isto é, “fala de um lugar social e de um determinado tempo, sendo articulado pela/ na intencionalidade histórica que o constitui” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 258).

Mesmo assim, as autoras defendem que não basta apenas observar que a imprensa e as mídias possuem uma opinião, pois sua influência vai além ao estabelecer limites, definir assuntos, engajar perspectivas e formar alianças e consensos. Pois os diversos produtos da Imprensa não foram materializados para que cientistas sociais e historiadores façam pesquisa. “Transformar um jornal ou revista em fonte histórica é uma operação de escolha e seleção feita pelo historiador” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 258), pois os produtos humanos estão inseridos no seu tempo.

Além disso, na coluna “Ponto de Vista” do impresso *Última Hora* no Paraná, publicada em 1963 podemos ler outra vez sobre a perseguição à Cassandra Rios e outros livros tidos como subversivos:

Faz dias (os jornais não noticiaram), a polícia de Adhemar andou apreendendo livros de suposto caráter explosivo. Foram de cambulhada publicações dos Cadernos e da Universidade do Povo, poemas deste cronista e romances da sra. Cassandra Rios. Quanto a esta ultima, quem apreendeu segredou a alguém que precisava aumentar a sua coleção. Seja como for, a confusão entre o erotico e o político, o sussurro da alcova e o panfleto incendiario, não recomenda o discernimento das autoridades policiais. Mesmo no plano estritamente politico, a confusão é plena. Levaram tudo o que havia sobre Cuba. Mal, sabiam que Fidel Castro apresenta hoje dois tipos de interpretação, a de Havana e a de Miami, o que, se reflete na ambivalencia da bibliografia relativa. Aprenderam os livros fidelistas. Mas os livros que atacavam Fidel não tiveram outro destino. Livros laboriosamente editados pelo IBAD e o Acordo do Trigo, distribuidos pelas livrarias e amarelecendo nas estantes e nas vitrinas e vem, agora a policia como mais um fator a colaborar no processo do encalhe! Decididamente, a Reação não esta com sorte. Vê-se que a Gestapo adema cartista é muito frouxa. Falta-lhe o Himmler e o Goebbels, ou mais perto de nós, o Antonio Ferro e o Filinto Muller que equacionem melhor a luta contra a cultura, à cultura considerada crime por muitos pró-homens do pensamento nazi-fascista. (Última Hora, PR, nº 677, 08/08/1963)

Escrita por Jamil Almansur Haddad²², a coluna aponta algumas questões muito particulares. Primeiramente, o colunista fala sobre a apreensão de “livros de suposto caráter subversivo”, sem mencionar o lugar onde ocorreu a apreensão, se foi em uma livraria, banca de jornais ou mesmo a cidade onde teria ocorrido o recolhimento. O que prejudica a pesquisa no

²² Segundo a pesquisa de Christina de Queiroz (2017), o poeta, jornalista, médico e pensador Jamil Almansur Haddad (1914-1988) teve um papel fundamental no cenário intelectual do Brasil entre as décadas de 1930 e 1980. Especificamente em São Paulo, ele se destacou ao ter suas obras publicadas por importantes editoras e ao realizar um trabalho incansável de tradução, abrangendo desde clássicos até o poeta francês Charles Baudelaire. Além disso, atuou como professor na USP e, embora tenha ocupado essa posição destacada, acabou sendo praticamente relegado ao anonimato na história da literatura.

sentido de apontar quem são os sujeitos presentes no texto, como por exemplo, quem foi Adhemar e porque a “sua” polícia estaria a busca de livros de “suposto” caráter subversivo.

Por outro lado, o uso da palavra “suposto” denota que algo é considerado provável ou possível, algo que não foi confirmado, mas que há indícios. Como a subversão presente nos *Cadernos da Universidade do Povo* e os romances de Cassandra Rios. Quanto à Rios, o colunista dá a entender que havia a curiosidade por parte de quem apreendeu os seus romances, a fim de aumentar a sua coleção pessoal. Certamente aí, Haddad falou de forma jocosa do policial, visto que os romances de Cassandra já eram tidos como “afrodisíacos” antes do Golpe de 1964.

A coluna remonta a agosto de 1963 e relata que tudo o que fazia referência à Revolução Cubana (1959) foi confiscado. Isso se deve ao contexto da Guerra Fria, no qual qualquer menção à Revolução Cubana era considerada subversiva, conforme destacado por Motta (2007). Nesse período, a elite brasileira, alinhada aos interesses norte-americanos, temia que uma revolução semelhante à que ocorreu em Cuba se espalhasse para outras partes do continente americano.

Foram recolhidos os romances de Cassandra Rios e os *Cadernos da Universidade do Povo*, certamente em referência à coleção de livros chamada de *Cadernos do Povo Brasileiro*, da editora *Civilização Brasileira*. O dono da editora, Ênio Silveira (São Paulo, 1925 – Rio de Janeiro, 1996), era conhecido por suas publicações progressistas durante a metade do século passado, conforme mencionado em Maria (2016). A coleção consiste em 24 livretos que abordam tópicos relacionados à economia, sociedade e política brasileira, e foi disponibilizada ao público entre os anos de 1962 e 1964, fruto de uma parceria entre a *Civilização Brasileira*, o ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiro) e o Centro Popular de Cultura da UNE (União Nacional dos Estudantes).

Por isso, Jamil Haddad fala sobre “a confusão entre o erótico e o político”, pois ambas as temáticas foram perseguidas pela polícia do Adhemar. Isto é, com o mesmo rigor, foram retirados das prateleiras os livros de Rios e tudo o que mencionasse Cuba e Fidel Castro, mesmo o material que falasse coisas negativas sobre o político cubano foram apreendidos, dando a entender que não havia critério, ou como escreveu o colunista, “se reflete na ambivalência da bibliografia relativa”.

Ao fim da nota, o autor comenta que a “Gestapo ademacartista é muito frouxa. Falta-lhe o Himmler e o Goebbels” e completa “o Antonio Ferro e o Filinto Muller”, demarcando que eles “lutam contra a cultura” e finaliza com “à cultura considerada crime por muitos pró-homens

do pensamento nazi-fascista”. Ácido, Haddad se refere à polícia política da Alemanha nazista, responsável por proteger o regime de seus inimigos raciais e políticos²³.

Cabe explicar que Himmler e Goebbels foram Chefes da SS e Ministro da Propaganda do governo Hitler, respectivamente. António Ferro, por sua vez, foi um político e jornalista associado ao Estado Novo português²⁴, enquanto Filinto Müller participou da Revolta Paulista de 1924, no período em que prestava serviço militar como primeiro-tenente do Exército no Quartel de Quitaúna, em São Paulo. Após transferir-se para o Rio de Janeiro, então capital do país, atuou como chefe da polícia política do governo de Getúlio Vargas e teve seu nome associado a episódios de tortura. O caso de maior repercussão de sua carreira foi a detenção e deportação de Olga Benário, companheira do militante comunista brasileiro, Luís Carlos Prestes (Xavier, 2018). Isto é, na mesma nota, Jamil Haddad citou nomes de personalidades importantes relacionadas a regimes autoritários europeus e também nacional, para ratificar a sua opinião no jornal *Última Hora*, de que a apreensão de livros é uma ameaça à cultura.

Por outro lado, “títulos e subtítulos funcionam como ‘manchetes’, primeiros enunciados por meio das quais uma publicação procura anunciar a natureza de sua intervenção e suas pretensões” (CRUZ; PEIXOTO, 2007, p. 261). Logo, o título da coluna chamada “Ponto de Vista” expressa que ali está contida a opinião de quem escreve, neste caso, Jamil Almansur Haddad.

A saber, conforme a pesquisa de doutorado em Comunicação de Marta Passos (2009), o *Última Hora* teve início quando o seu proprietário Samuel Weiner se despede do grupo *Diários Associados* de Assis Chateaubriand e inaugura para si o jornal impresso nitidamente getulista, no então Estado da Guanabara. Para Chammas (2012), entre os jornais populares nas décadas de 1950 e 1960, dois se destacam por seu viés marcadamente político: a *Tribuna da Imprensa* de Carlos Lacerda²⁵ e *Última Hora* de Samuel Weiner.

²³ O nome *Gestapo* é uma abreviação de seu nome oficial em alemão, “*Geheime Staatspolizei*”. A tradução direta em português seria “polícia secreta estatal”. A Gestapo não foi a primeira polícia política da história alemã e para compreender melhor o seu funcionamento e atuação, sugerimos a leitura de GESTAPO: visão geral. **Holocaust Encyclopedia**. Washington, DC. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/gestapo> Acesso em: 31/08/2023.

²⁴ Segundo Gori (2017), António Ferro é uma das figuras mais interessantes dos primeiros anos do Estado Novo português: escritor, jornalista e poeta, ele navegou com facilidade entre os cafés literários do bairro de Chiado, em Lisboa, e as cadeiras do poder como diretor do Secretariado de Propaganda. Admirador do teatro, cinema e música de vanguarda europeia e americana, Ferro foi um animador da vida cultural e intelectual de Lisboa durante os anos entre a Primeira Guerra e a Segunda Guerra Mundial. Tornando-se uma das figuras-chave do regime português, ele dedicou a maior parte das décadas de 1930 e 1940 a construir o consenso, tanto em casa quanto no exterior, a favor da ditadura portuguesa.

²⁵ Carlos Frederico Wemeck de Lacerda, nascido em 1914 no Rio de Janeiro, destacou-se como jornalista e político brasileiro no século XX. Fundador do jornal *Tribuna da Imprensa* em 1949, Lacerda tornou-se um símbolo do antigetulismo nos anos 50, com o jornal exercendo pressão para a renúncia de Getúlio Vargas no Estado Novo.

Opostos, segundo Eduardo Chammas (2012), *A Tribuna da Imprensa* de Lacerda era claramente antigetulista, enquanto o *Última Hora* de Weiner se aproximava de Getúlio Vargas, além de ter sido um jornal de grande circulação, sobretudo, entre os trabalhadores. Passos (2009) explica que, com o tempo, o jornal se expandiu para outros estados, como São Paulo, Pernambuco, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraná. Assim, notícias das grandes cidades sudestinas chegavam aos leitores dos outros estados, a exemplo da apreensão de livros de Cassandra Rios, como podemos ver na notícia a seguir:

CASSANDRA RIOS FOI PROIBIDA EM MINAS

A Delegacia de Costumes e Diversões de Belo Horizonte, deverá desfechar, dentro de dias, violenta campanha de repressão aos livros imorais, entre os quais incluem “A Verdade Sobre Dorian Grey”, atribuído a Oscar Wilde, mas de autor anônimo, “Lia, Léa e Cia.”, “Marlene”, “Elza”, “Brinquedo Perigoso”, “Artes de Cupido” e outras obras obscenas, uma de autoria de Cassandra Rios — “Tara” — outra de Marcílio Alves. A campanha não prevê a aplicação de sanções penais-contras os proprietários de livrarias que expõem à venda as obras condenadas. Contudo, medidas enérgicas serão adotadas se a venda de publicações desse tipo continuar após as apreensões. A “blitz” deverá atingir todas as cidades do Estado, “onde a venda de publicações imorais se processa quase que livremente”, e será iniciada tão logo a DCD mineira receba uma lista de obras pornográficas que está sendo preparada pela congênera em São Paulo. Diversos livreiros ouvidos por ULTIMA HORA se mostraram contrários, e até mesmo protestaram contra a campanha, que baixará a venda de publicações sobre sexo. No entender deles, deveria apenas impedir-se que tais livros caíssem nas mãos de menores. (Última Hora, PR, nº 650, 08/07/1963)

A notícia anterior revela que, além de *Tara* de Cassandra Rios, outros livros foram proibidos pela Delegacia de Costumes e Diversões de Belo Horizonte, Minas Gerais, em 1963. A notícia presente no impresso do *Última Hora* no Paraná ilustra como as informações eram disseminadas através dos grandes grupos de comunicação da época, como explicamos anteriormente. Quanto ao comunicado, a apreensão “não prevê a aplicação de sanções penais contra os proprietários de livrarias”, mas planeja impor medidas mais rigorosas, caso a venda de livros deste tipo, isto é, de “obras obscenas” continue em Belo Horizonte e em outras cidades de Minas Gerais, “onde a venda de publicações imorais se processa quase livremente”.

Segundo Pereira (2019), A Delegacia de Costumes foi estabelecida em Belo Horizonte durante meados da década de 1920, como parte de um movimento nacional que testemunhou a criação de delegacias de costumes em todo o Brasil naquele período. A criação dessas delegacias regionais foi uma resposta à falta de legislação regulatória da prostituição no país naquela época. Em Minas Gerais, mais especificamente, a Delegacia de Costumes foi

Segundo Pinho (2022), a morte de Vargas em 1954 pode ter sido influenciada pelos ataques constantes do jornal Lacerda faleceu em 1977, aos 63 anos, oficialmente devido a complicações por gripe, embora haja controvérsias, pois há suspeitas de um possível assassinato a mando da ditadura militar.

concebida, legitimada e finalmente inaugurada no final da década de 1920, desempenhando um papel crucial na regulamentação temporária da prática da prostituição na capital mineira e em todo o estado.

De acordo com o mesmo autor, o aumento do poder discricionário dos delegados de costumes estava ligado ao crescimento de uma perspectiva de policiamento que enfatizava o papel civilizador das forças policiais. Embora não haja uma conexão direta mencionada entre a Delegacia de Costumes e o serviço de censura durante a ditadura militar ou em anos anteriores (como no caso da notícia mencionada anteriormente), é possível inferir que ambas as instituições compartilhavam uma visão moralizante e civilizatória em relação a práticas consideradas imorais ou prejudiciais à sociedade. Isso porque ambas tinham uma perspectiva semelhante em relação a práticas que eram consideradas moralmente questionáveis, como o romance *Tara* de Cassandra Rios.

A Delegacia de Costumes de Minas Gerais, foi estabelecida com o propósito de prevenir e reprimir atentados à moral e aos bons costumes. Seu ponto de partida foi a publicação de uma portaria que estabeleceu medidas para restringir e regular o comportamento das meretrizes no espaço público. Além disso, a Delegacia de Costumes também exercia vigilância sobre jogos, atividades de magia e a prostituição na capital mineira e embora essas atividades não estejam diretamente relacionadas à censura, é plausível considerar que a Delegacia de Costumes desempenhou um papel na restrição ou controle da circulação de informações ou práticas consideradas imorais ou perigosas para a sociedade, como deixa claro a notícia do *Última Hora* em 1963.

O trecho que menciona “e será iniciada tão logo a DCD mineira receba uma lista de obras pornográficas que está sendo preparada pela congênere em São Paulo” está relacionado ao fato de Edgard Franzen de Lima, chefe da Delegacia de Costumes em 1928, ter buscado fortalecer os laços de colaboração com a delegacia de São Paulo (Pereira, 2019). Ele realizou uma visita que parece ter durado cerca de um mês a São Paulo com o objetivo de estabelecer essa parceria.

Esse detalhe mostra que há um hiato entre as informações da notícia do *Última Hora* e o funcionamento da Delegacia de Costumes de Minas Gerais, pois, segundo Pereira (2019), a Delegacia esteve em atividade entre os anos 1920 e 1930. Contudo, a notícia cita a vigilância da mesma delegacia 30 anos depois. Além dessa divergência, o autor também escreve que a Delegacia de Costumes não se dedicava especificamente à censura de livros e periódicos, mas

sim, ao controle da prostituição e meretrício na capital mineira, mas, é possível que tenha se dedicado à atividade censória por conta do seu caráter moralizante, conservador e civilizador.²⁶

Por fim, a notícia evidencia a oposição dos livreiros à campanha de proibição das "obras obscenas". Eles argumentam que essa proibição prejudicaria suas vendas e sugerem que impedir que tais livros cheguem às mãos de menores de idade seria uma solução para evitar, ao mesmo tempo, prejuízos financeiros e problemas com a polícia.

Em resumo, o discurso em defesa da moral e dos bons costumes não pode ser interpretado apenas como um pretexto dos censores, mas sim como uma crença enraizada em uma "tradição claramente influenciada por valores cristãos" (CARNEIRO, 2013, p. 12), que buscava padronizar e restringir formas de sexualidade que não estivessem de acordo seus parâmetros.

2.2 Volúpia do Pecado (1948)

Certamente, através dos periódicos, é possível desvendar aspectos sociais, políticos e econômicos de um período específico de estudo, além de compreender o papel dos agentes envolvidos no processo social. Além disso, os periódicos desempenham um papel significativo na construção dos imaginários coletivos e na preservação das memórias históricas (Kreniski; Aguiar, 2011). Nesse contexto, em 1963, outra nota parece interessante, desta vez publicada pelo *Correio da Manhã* e assinada por Fausto Cunha:

O LENHADOR DE LIVROS

[...] Enquanto *Volúpia do Pecado*, de Cassandra Rios, foi desde a primeira edição ignorado pela crítica e pelos noticiários, subliteratura que era. Penso que em todo este país somente eu teria coragem de arriscar a minha reputação de crítico sério afirmando que é um bom romance, bem escrito e bem urdido. (*Correio da Manhã*, RJ, nº 21456, 16/03/1963)

Cunha expressa a ideia de que este romance, desde a sua primeira edição, foi amplamente ignorado e considerado como "subliteratura" pela crítica e pelos jornalistas. "Subliteratura" é um termo usado para descrever obras literárias que são consideradas de qualidade inferior ou que não atendem aos padrões literários convencionais (Piovesan, 2005). No entanto, o autor afirma que ele é uma exceção a essa tendência e que ele é corajoso o suficiente para afirmar que *Volúpia do Pecado* é, na sua opinião, um bom romance, bem escrito

²⁶ A incongruência entre a data da notícia e a atividade da Delegacia de Costumes de Minas Gerais não foi superada, a lacuna permanecerá na pesquisa.

e bem estruturado. Ele parece estar defendendo a qualidade literária da obra e indicando que, apesar do desprezo da crítica e dos jornalistas, ele acredita que o romance merece reconhecimento como uma obra literária de mérito.

Volúpia do Pecado foi o primeiro livro publicado de Cassandra Rios, quando a autora tinha apenas 16 anos, em 1948. Segundo Silva (2020b), pode ser considerado como a primeira obra nacional que dá protagonismo à temática lésbica. Cassandra Rios inicia, então, a sua carreira literária desafiando o paradigma temático.

Para Silva (2020b, p. 47), “seu primeiro livro tratava de temas que por si só poderiam ser considerados subversivos – como a emancipação feminina e o acesso da mulher à educação”. Assim, seu romance evidenciava a realidade feminina dos anos 1940, além de retratar a vida de mulheres lésbicas e suas experiências amorosas.

Fausto Cunha²⁷, embora elogie o romance de Cassandra Rios em seu suplemento de literatura do *Correio da Manhã*, reforça que *Volúpia do Pecado* foi ignorado pela crítica, “subliteratura que era”, deixando implícita a indicação de juízo de valor sobre o romance. E por fim, sim, emite sua opinião com “coragem de arriscar” a sua reputação, admite ser um romance “bem urdido e bem escrito”.

A saber, o impresso *Correio da Manhã* surgiu em 1901 e possuía um discurso combativo à República (Chammas, 2012). Apresentava-se como novo jornal, criticava as práticas de corrupção e trocas de favores com o governo. Mantinha-se firme em suas decisões quando fez “oposição a Hermes da Fonseca na época da Revolta da Chibata” (CHAMMAS, 2012, p. 28), décadas mais tarde, apoiou Vargas na eleição contra Prestes. E, nas edições dos dias 31 de março e 1º de abril de 1964, eles expressaram com ênfase o apoio à saída de João Goulart da presidência²⁸.

Em *Volúpia do Pecado*, Rios escreveu a história da jovem Lyeth Gimenez, filha de espanhóis, bela e feminina como suas irmãs Nadja e Dolores. Lyeth saía de casa somente acompanhada para preservar sua moral e de sua família, sonhava em ser poetisa e, na adolescência, naturalmente, começou a viver seus primeiros romances (Silva, 2020b). Teve seu primeiro beijo aos 15 anos e, ao contrário do que imaginava, “não gostara nem um pouco

²⁷ Fausto Fernandes da Cunha Filho, nascido em Recife em 1924 e falecido no Rio de Janeiro em 2004, destacou-se como um eminente jornalista, crítico literário e escritor brasileiro. Sua influente coluna no suplemento literário do jornal *Correio da Manhã* o solidificou como um dos principais críticos literários do país. Além disso, como escritor, contribuiu com obras notáveis no gênero de ficção científica e desempenhou um papel significativo como editor desse gênero no Brasil. Vide: FAUSTO Cunha. **UFRN SISBI** – Sistema de Bibliotecas. Disponível em: <https://acervo.ufrn.br/Author/Home?author=Cunha%2C+Fausto%2C> Acesso em: 01/09/2023.

²⁸ De acordo com Eduardo Chammas (2012), o *Correio da Manhã*, matutino carioca, após sofrer pressão dos militares, foi vendido em 1969 e deixou de funcionar em 1974.

daquele beijo a força mascarado de demonstração de afeto” (SILVA, 2020b, p. 49). Lyeth vive outras experiências heterossexuais, mas, igualmente sem entusiasmo.

A personagem Irez surge despretensiosamente épica na narrativa, quando salva Lyeth de um atropelamento, puxando-a pelo braço. O que Irez não tinha conhecimento naquele momento era que, de alguma forma encantadora e curiosa, Lyeth estava ansiosa para vislumbrar o rosto que se escondia por trás da exuberante cabeleira loira. Segundo Silva (2020b), Irez era uma jovem que, à época, poderia ser considerada pouco convencional. Sua singularidade começava com a mudança na grafia de seu próprio nome, substituindo o “S” pelo “Z”, acreditando que isso lhe conferia um ar imponente e misterioso.

Lyeth e Irez eram vizinhas e, com o tempo, essas duas personagens tornaram-se amigas inseparáveis, preenchendo a vida uma da outra com alegria e felicidade. Lyeth finalmente encontrou alguém com quem compartilhar a vivacidade que a juventude trazia às almas jovens. Aos poucos, os diálogos entre as duas foram se transformando em manifestações de desejo. À Irez, a relação entre as duas foi se tornando tão profunda que lhe causava dor e ciúmes, não era mais capaz de esconder que amava Lyeth. Enquanto a jovem Lyeth entendia tudo aquilo como pecado, tentação.

Envolvida, Lyeth decide buscar ajuda para compreender o que lhe acontece. Decide então contatar um médico psiquiatra amigo da sua família, o Dr. Fabiano, por quem tem apreço e confiança, para contar-lhe do seu relacionamento com a amiga Irez. Inocentemente, tal ação resulta na interdição do romance.

Incompreendidas, julgadas, medicalizadas e diagnosticadas com transtornos traumáticos e psiquiátricos, as jovens são impedidas de se relacionar. “A solução indicada é que Lyeth tenha um período de convalescência viajando, para se distrair da influência de Irez e do falatório da vizinhança” (SILVA, 2020b, p.66). Contudo, o desfecho da história apresenta uma solução comum em casos de relações homoafetivas: a jovem Lyeth comete suicídio como saída para a realidade em que era obrigada a viver sem vida.

O drama apresentado por Cassandra em *Volúpia do Pecado*, apresenta uma sociedade preconceituosa, quando a homossexualidade é tratada como transtorno e o amor lésbico era proibido, impedido de existir. O suicídio final mostra como os dramas homoafetivos, muitas vezes, não são acolhidos. Realidade do fim da década de 1940, onde até um livro que retratava a homossexualidade feminina era passível de ser recolhido por força policial. Como vemos nesta notícia do *Jornal do Brasil*:

CENSOR DO JUIZADO DENUNCIA APARECIMENTO DE LIVROS QUE EXPLORAM O LESBIANISMO

O chefe do Departamento de Censura do Juizado de Menores, Sr. Sérgio Cardoso de Castro, denunciou ontem que no Rio e em São Paulo começaram a aparecer diversos livros “com linguagem pornográfica e de terceira categoria” sobre lesbianismo, publicados por editoras-fantasmas. Somente esta semana a censura apreendeu para exame 16 livros suspeitos de conterem literatura pornográfica. O juiz de Menores está disposto a processar os distribuidores que continuarem vendendo obras já proibidas pela Censura [...]

LIVROS APREENDIDOS

Os livros apreendidos esta semana pelo Departamento de Censura e que estão sendo submetidos a estudos são os seguintes: *Amantes e Libertinos*, de William Liard, *Entre Quatro Paredes do SAM*, *A Paranóica*, *Tara e À Volúpia de Pecado*, de Cassandra Rios, *Meu Nome é Marcelo (O Homem que Vestia Saias)*, de Marcelo Lopes, *Atormentado pelo Sexo*, de Marie Therese, *Tormento do Desejo*, *A Rerolla dos Homossexuais*, *À Vida Tal Como Ela É*, *As Duas Faces de uma Secretária*, *Uma Mulher Diferente*, *Atos Maníacos*, *História de uma Prostituta*, *Sexo em Delírio e LSD*, *Dossiê do Vielo*, A maioria não tem os nomes dos autores. (Jornal do Brasil, RJ, nº 106, 08/08/70)

A notícia trata de informar que livros “com linguagem pornográfica e de terceira categoria” sobre lesbianismo, lançados por editoras-fantasmas, estão circulando no Rio de Janeiro e em São Paulo. A denúncia parte do Departamento de Censura do Juizado de Menores e atrai atenção para o fato do Chefe deste departamento, o Sro. Sérgio Cardoso de Castro, se dedicou, também, a fiscalização de livrarias. 16 livros considerados suspeitos foram levados para análise, sob a justificativa de “conterem literatura pornográfica”. Indicando que a população era despreparada, ou até mesmo ingênua, para lidar com tal literatura, havendo, como escreve Marcelino (2006 p. 216) “a necessidade de uma atitude tutelar por parte das autoridades”.

Sobre “os livros apreendidos esta semana pelo Departamento de Censura” mostra como o controle ao que circulavam nas livrarias era recorrente, periódico. Entre os títulos presentes na lista, conferimos *A Paranóica*, *Tara* e *Volúpia do Pecado* de autoria de Cassandra Rios. No entanto, *Uma mulher diferente* também é da autora, porém, na notícia consta como sem identificação. Títulos como *Tormento de um desejo*, *História de uma prostituta*, *Sexo em delírio* e *A rerolla dos homossexuais* mostram como a polícia se dedicava a perseguir livros cujos títulos evidenciem algo relativo a sexo, sexualidade e homossexualidade.

Em parte, a prerrogativa de “livros sobre lesbianismo serem publicados por editoras-fantasmas” e o título *Uma mulher diferente* não ter a autoria de Rios podem estar relacionados e indicar uma outra questão: Cassandra, por muitas vezes chegou a publicar os livros sem apoio de editoras, sendo também comum, publicar livros sem a autoria indicada no livro, como forma

de burlar a atividade censória. Piovesan (2005) explica que Rios foi, por vezes, foi a própria editora e distribuidora de seus livros. O que denota dificuldade para publicar, dado que as editoras poderiam perder toda a remessa impressa caso a censura embargasse os livros.

O *Jornal do Brasil* tem uma história interessante, como explicado na pesquisa de mestrado de Eduardo Chammas *A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968* (2012). O jornal foi fundado em 1891 pelo diplomata e político do Império Joaquim Nabuco como um periódico monarquista. No entanto, apenas dois anos depois, o jornal adotou uma postura republicana, mas continuou a fazer oposição à ditadura de Floriano Peixoto, período em que Rui Barbosa desempenhou um papel importante como diretor e redator do jornal. Com o tempo, o *Jornal do Brasil* passou por uma transformação, deixando de ser doutrinário e adotando uma abordagem mais informativa.

Em 1918, sob a propriedade de Ernesto Pereira Carneiro, o *Jornal do Brasil* passou por uma mudança estratégica ao focar-se principalmente em anúncios classificados, como uma maneira de superar uma séria crise financeira. Segundo Chammas (2012), esta mudança foi bem-sucedida, uma vez que o jornal se tornou o único a atender a esse mercado específico. No entanto, essa transição levou o *Jornal do Brasil* a perder sua relevância como veículo de notícias.

Nesse mesmo período, o Conde Pereira Carneiro estava se consolidando como um empresário influente. Ele possuía a empresa Cruzeiro do Sul de Aviação, um estaleiro naval e, a partir de 1935, a *Rádio Jornal do Brasil*. Todavia, com a morte de Pereira Carneiro em 1954, sua esposa, conhecida como Condessa Pereira Carneiro, e seu genro Nascimento Brito assumiram o controle do jornal. Eles lideraram uma reformulação do *Jornal do Brasil* e conseguiram restaurar sua posição como um dos principais jornais do Rio de Janeiro.

A importância do *Jornal do Brasil* para a pesquisa histórica do período ditatorial reside no fato de ser reconhecido por muitos como um pioneiro no processo de modernização da imprensa no Brasil. Além disso, o jornal é conhecido por suas edições que buscavam contornar a censura ao criticar o governo militar que estava no poder, conforme apontado por Chammas (2012).

Cruz e Peixoto (2007) observam que o título “Jornal do Brasil” sugeria que o periódico se via como um articulador de questões nacionais e um porta-voz da sociedade civil. No entanto, Eduardo Chammas (2012) argumenta que considerar o discurso jornalístico como uma representação fiel da realidade confere aos jornais legitimidade e um poder simbólico de traduzir o mundo para o leitor, o que nem sempre corresponde à realidade. A exemplo da

história do *Jornal do Brasil*, que desde sua fundação, revela a presença de interesses políticos no periódico.

Retomando o tema de Cassandra Rios e sua relação com a imprensa escrita como fonte histórica, é notável como ela foi frequentemente rotulada como imprópria, inadequada e pornográfica. Essa caracterização se reflete mais uma vez em um anúncio que encontramos, desta vez na seção de classificados do periódico *O Jornal*:

OS ÚLTIMOS LANÇAMENTOS DA DISTRIBUIDORA RECORD

“Tara” é mais um livro de Cassandra Rios, editado pela Distribuidora Record. (Rio de Janeiro. 214 páginas. Cr\$ 22,00). O livro escandalizou, há alguns anos, por tratar abertamente, sem preconceitos e tabus, de um problema que nenhum escritor nacional ousara atacar com abertura: do homossexualismo feminino. Tudo claro, com aquele jeito de Cassandra Rios. Sem véus, todo mundo nu. Jogo aberto. A verdade, somente a verdade, e nada mais que a verdade. Em vez de ficar mastigando livros e “best-sellers” estrangeiros, é preferível digerir as aberrações de Cassandra Rios, um produto nacional. (*O Jornal*, RJ, nº 15914, 18/08/1973)

O autor (ou autora, não há indicação de autoria na página do jornal) deixa claro algumas percepções acerca do romance *Tara* de Cassandra Rios. Primeiramente, diz-se que o livro causou escândalo quando foi lançado por tratar abertamente de um “problema”, que é o “homossexualismo feminino”. Inferindo que no conteúdo do livro há uma contrariedade, uma anormalidade que tomava como referência a heterossexualidade como norma biológica e moral (Carrara, 2015). Pois, Rios descreve com clareza, “sem véus, todo mundo nu. Jogo aberto. A verdade, somente a verdade, e nada mais que a verdade”. E conclui: “é preferível digerir as aberrações de Cassandra Rios” a consumir livros estrangeiros.

Sendo Cassandra criticada nos veículos de comunicação e constantemente perseguida, podemos ver que Cavalcanti estava certo em sua previsão em 1962 e anos mais tarde o mesmo *Correio Braziliense* publicou a seguinte nota informativa:

FALCÃO CENSURA MAIS SETE

O Ministro de Justiça, Armando Falcão, proibiu, ontem, a circulação em todo o território nacional de sete livros, determinando também a apreensão de todos os exemplares postos à venda. Os atos ministeriais tomaram por base ofensa à moral e os bons costumes. São as seguintes as obras censuradas: “*Cartas Eróticas de Marilyn*”, de Marilyn Whitney, da Luzero Editora Ltda. de São Paulo; “*Como Aumentar a Satisfação Sexual*”, de David Reuben, da Distribuidora Record do Rio de Janeiro e São Paulo; “*Tara*”, de Cassandra Rios, da Distribuidora Record; “*Guia das Carícias*”, de Pierre Valinief. da Editora Artenova S.A. do Rio de Janeiro; “*A Possuída*”, de Charles Runyon, da Nova Época Editoria Ltda. de São Paulo; “*As Bruxas Estão Soltas*”, de G. Pop, da L. Oren e Distribuidora de Livros Ltda. de São Paulo, e “*Férias em Mar del Plata*”, de Al. Trebla, publicado pela Montanha Editora de São Paulo. (*Correio Braziliense*, DF, nº 4736, 1975)

Com base na defesa da moral e dos bons costumes, o Ministro da Justiça Armando Falcão proíbe em todo o país sete títulos que, ao seu olhar, são perigosos. A notícia mostra como a censura inviabilizava a produção literária que tivesse qualquer relação com sexo e sexualidade. Além de mostrar como a Justiça se valia de temas morais para exhibir sua atuação a favor de interesses lidos como importantes para a nação, como o romance intitulado *Tara*, de Cassandra Rios, da Distribuidora Record.

Segundo Douglas Marcelino (2006), foi enquanto Armando Falcão atuou como Ministro da Justiça que o maior número de livros foi censurado por questões morais. Assim, o nome Cassandra Rios foi apresentado como imoral nos jornais impressos do período ditatorial, obedecendo aos mandos da Justiça que publicava no Diário Oficial da União, com autoritarismo, o que poderia circular nas livrarias. Para Carneiro (2013), o ápice do exercício de censura nas atividades de entretenimento ocorreu nos anos 1970, especialmente durante o governo de Geisel, em vias de abertura do regime militar.

A notícia de jornal nos permite perceber como os argumentos eram mobilizados e como o Ministério da Justiça se valem deles para garantir legitimidade e significado à prática censória. Em contextos onde a liberdade de expressão é limitada, questões como a homofobia podem ser perpetuadas ou exacerbadas pelo Estado, já que críticas construtivas, debates abertos e ações de conscientização podem ser sufocados. Isso resulta em uma falta de diálogo e na propagação de ideias preconceituosas, contribuindo para um ambiente hostil para pessoas da minoria LGBTQIA +, afinal, onde há livros proibidos, há dignidades cerceadas.

2.3 Uma mulher diferente (1969)

Ainda sob o olhar atento da censura e dos noticiários, Cassandra Rios persistia em suas publicações. Conforme indicado pela pesquisa de Kyara Vieira (2014), mais de 50 livros foram lançados por ela, sendo que aproximadamente 30 desses títulos foram sujeitos à censura. Enfrentando críticas e restrições alinhadas à normalização heterossexual, suas obras se insurgiram contra os padrões convencionais de mulher, família e sexualidade.

De acordo com Wittig (2022, p. 54), a heterossexualidade é identificada como um “sistema social fundado na opressão”. Nesse contexto, desafiar e desconstruir a heterossexualidade torna-se crucial para alcançar uma mudança significativa. Esse processo implica em questionar a estrutura social que, ao longo da história, tem perpetuado a opressão

das mulheres pelos homens. Isso também envolve desafiar a doutrina que utiliza a diferenciação entre os sexos como justificativa para essa opressão.

No contexto da atividade censória empregada pelo Estado autoritário da ditadura civil-militar, segundo Silva (2021), não podemos inferir que o embate à imoralidade nas diversões públicas, isto é, no entretenimento nacional, foi criado com o objetivo de frear a entrada do comunismo no Brasil, mas sim, servia ao conservadorismo da população.

FALCÃO TIRA MAIS 3 LIVROS DE CIRCULAÇÃO

Brasília - O Ministro de Justiça, Sr. Armando Falcão, juntou mais três livros à lista dos até ontem 131 mandados apreender por atentarem à moral pública e aos bons costumes. O Ministro de Justiça indeferiu também pedido de reconsideração, confirmando a apreensão de *Contos Eróticos* da Editora Royal. Os que ontem aumentaram a lista foram *Uma mulher diferente*, de Cassandra Rios, *Minha vida com Xaviera*, de Larry e *Em busca de Aventuras*, de Brigitte Bijou. (Jornal do Brasil, RJ, nº 242, 06/12/1975)

Nesta notícia veiculada pelo *Jornal do Brasil*, vemos que mais três títulos retirados de circulação pelo Ministério da Justiça, somando então, 134, “por atentarem à moral pública”. A saber, a obra *Uma mulher diferente* foi publicada em 1965 e, 10 anos mais tarde foi proibido enquanto Armando Falcão ocupava o Ministério da Justiça, após atender ao pedido de veto e assinar o parecer 1755/75 com o objetivo de embargar a circulação do livro²⁹.

Em *Uma Mulher Diferente* (1980), a trama se desenrola em meio à alta sociedade, com a investigação do assassinato de Ana Maria, cujo corpo foi descoberto sem vida nas águas do rio Pinheiros, apresentando um profundo corte na cabeça. O repórter policial Dalton Levi, conhecido como “Grandão”, toma a decisão de investigar o caso, e a narrativa avança à medida que detalhes sobre a vida da vítima vão sendo revelados.

O Grandão, um homem robusto e ex-atleta que agora atua como detetive particular e repórter investigativo, toma a iniciativa de investigar o corpo de uma “belíssima loira” encontrado às margens do Rio Pinheiros antes que a notícia chegue aos jornais na manhã seguinte. O cadáver exibia um profundo corte na testa, causado por uma garrafa de vidro.

Logo, o detetive descobre que a moça era relativamente conhecida na cidade, chamada Ana Maria e trabalhava em uma casa noturna. No estabelecimento, ele anota o endereço da vítima e parte em busca de pistas, dando início à trama. Ana Maria vivia em uma casa luxuosa e desfrutava de um alto padrão de vida. Na residência, o detetive encontra fotografias que

²⁹ Para mais detalhes quanto ao parecer 1755/75, sugerimos a leitura de SILVA, Francisca A. C. da. Pedido de Veto: o parecer 1755/75 e a censura de *Uma mulher diferente*, de Cassandra Rios (1970-1975). *Aedós*, Porto Alegre, v. 13, nº 28, 2021, p. 160-201.

levantam suspeitas sobre a integridade da vítima. Inicialmente, supõe-se que ela poderia ser uma prostituta que chantageava seus amantes com correspondências e fotografias indecentes tiradas em sua companhia.

Após sair da casa, Grandão encontra Tilica, uma idosa catadora de lixo pela qual Ana Maria tinha uma verdadeira devoção, ajudando-a diariamente com leite, pão e roupas. Tilica fala com Grandão sobre uma desavença entre o padeiro e o leiteiro, ambos supostamente interessados em manter algum tipo de relacionamento com a vítima.

Conforme o segundo capítulo se aproxima do fim, fica claro que Ana Maria era uma mulher diferente. Segundo Silva (2021), Ana Maria é uma travesti e as pessoas que conviviam com ela não percebiam. Essa informação deixa a velha senhora completamente perplexa, já que ela nunca havia percebido isso. O *verdadeiro nome* de Ana Maria era Sergus Wallerstein.

O primeiro suspeito na investigação do assassinato é um homem chamado Antônio Pereira, um português que era dono do bar de onde partiu a ligação para a delegacia, denunciando o corpo encontrado às margens do rio. Por coincidência, ele conhecia Ana Maria. Antônio relata como se envolveu com Ana Maria, inicialmente sem perceber sua verdadeira identidade como uma “mulher diferente”, e a autora novamente incorpora elementos eróticos que caracterizam suas histórias:

- Olhe para fora do balcão, seu Antônio... disfarça!
Ele obedeceu. E ficou doido. Nunca supusera aquilo. Era uma loucura! Uma tarada! Uma doida, que ali chegara de madrugada para fazer uma coisa tão inominável! Ficou sem voz. Incapaz de proferir palavra. Sentindo as pernas bambas. Os olhos esbugalhados. Quase não acreditando no que acontecia. E quando chegou ao ápice, viu-a soerguer-se sorrindo, como se tivesse consumado o maior prazer, o maior deleite, a maior satisfação (RIOS, 1980, p. 55).

Após esse episódio, o casal continuou se encontrando com frequência até que o português descobriu que Ana na verdade era um homem, e que, portanto, sua amada o havia enganado. Confuso e desapontado, ele tentou reprimir seus sentimentos pelo que ele chamava de “pederasta” – um termo que Seu Antônio usava repetidamente para se referir a Ana Maria. No entanto, ele não conseguiu mais resistir à atração que sentia e acabou admitindo que estava apaixonado. Eles continuaram mantendo um relacionamento até que Ana Maria se envolveu com Loirinho, um homem de reputação duvidosa, usuário de drogas injetáveis e violento.

Outro homem que possuía fotografias de Ana Maria era o Dr. Barbosa, um membro da alta sociedade que estava infeliz e com um casamento frustrado – sua esposa mantinha um relacionamento com outra mulher chamada Pedrinho. Ele também consumia álcool em excesso e fazia uso de drogas injetáveis. Dr. Barbosa conheceu Ana Maria por meio de sua esposa, e

assim como aconteceu com Seu Antônio, só descobriu *a verdade sobre a identidade* de Ana após se envolver com ela. Para ele, Ana era uma pessoa descontrolada que enganava os homens. Ele compartilhou com Grandão detalhes sobre seu relacionamento com a vítima:

- Ana Maria era assim, imprevista, aloucada, mórbida. Gostava de atçar. Fazia-me percorrer os mais estranhos e retirados lugares, como mediações da represa, rios e estradas desertas. Encenava que estava sendo assaltada ou perseguida por um tarado, pondo-se a correr para que eu fosse ao encalço dela, que parecia uma gazela assustada. Extravagâncias que me deixavam sem saber se, além de ser homossexual irrecuperável com doentia fixação, era doida ou vivia mais baratinada do que eu. As atitudes dela eram disparatadas e absurdas (RIOS, 1980, p. 130).

Com efeito, quando Barbosa descobriu que Ana o estava enganando sobre sua sexualidade, reagiu com violência, agredindo-a e proferindo insultos, revelando assim seu caráter duvidoso. Além desse episódio de violência, sua esposa também foi alvo de agressões em outro momento da narrativa durante uma discussão conjugal.

Enquanto Grandão buscava desvendar o assassino, ele partiu em busca do leiteiro, um homem simples que admirava Ana Maria de longe. Ela estava sempre bem vestida e perfumada, ostentando luxo, roupas elegantes e um carro novo. O leiteiro observava como Ana Maria se exibia para ele da mesma forma que fazia com seus outros amantes. Quando surgiu a oportunidade de consumir um encontro, ele percebeu que ela era, na verdade, um homem. Movido pelo impulso, atirou uma garrafa de leite em sua cabeça, resultando em sua morte. Finalmente, o caso foi esclarecido.

Nesse contexto, ao analisar este romance, destacam-se várias reflexões importantes. Primeiramente, observamos que o caráter de Ana Maria se revela notavelmente mais benevolente do que o de outros personagens na trama, independentemente de sua classe social. Além disso, é interessante notar que todos os suspeitos no caso afirmam ser inocentes, alegando terem sido enganados pela personagem principal. No entanto, essa aparente inocência pode ser atribuída à atração física que sentiram por Ana Maria, o que gerou posterior repulsa.

O romance também aborda a objetificação do corpo feminino e a complexa problematização da sexualidade das mulheres, seja através das curvas da protagonista ou na subtrama envolvendo o Dr. Barbosa e sua esposa. Além disso, o comportamento de Grandão, que não mantém uma imparcialidade cordial, é revelador. Ele baseia seus julgamentos sobre os suspeitos em seus próprios preceitos morais, ignorando seus sentimentos ao interrogá-los. Surpreendentemente, ele também demonstra indiferença ao tomar conhecimento da violência cometida por Barbosa contra Ana e sua própria esposa.

Concordando com as análises da socióloga Heleieth Saffioti (2015), podemos observar que a sociedade muitas vezes aceita como normal que os homens maltratem suas parceiras, um consentimento social que permite que a agressividade masculina se transforme em agressão, prejudicando não apenas as mulheres, mas também os filhos da relação e até mesmo os próprios homens.

Saffioti destaca que a organização social de gênero, centrada na virilidade, na força e na dominação, cria um desencontro amoroso entre homens e mulheres. Para ela, “é muito frequente que homens poderosos extravasem seus desejos para além dos limites do poder que o cargo lhes confere” (SAFFIOTI, 1987, p. 17). Nesse sentido, a história dos personagens Dr. Barbosa e sua esposa são um exemplo marcante desse paradigma.

Além de questionar o que significa ser uma “mulher diferente”, o romance também explora outros elementos que compõem a narrativa. No pano de fundo, encontramos nuances da sociedade brasileira da década de 1960, que refletem as práticas sociais comuns da época. Isso inclui a presença das drogas injetáveis, a memória da vítima recontada por aqueles que tiveram contato com ela durante sua vida, bem como o uso de veículos de comunicação como documentos (tais como as correspondências de Ana Maria, as fotografias encontradas em sua casa e as notícias de jornais).

Em outro aspecto, o romance também aborda pressupostos comportamentais, como a masculinidade simbolizada pelo nome de Grandão, que é retratado como o detentor da verdade na história. Também é evidente a abordagem da violência contra as mulheres, a homofobia e a aceitação natural desses temas pelos outros personagens diante das circunstâncias. Em concordância com o que escreve Saffioti (1987, p. 50), “pode-se concluir que o patriarcado não se resume a um sistema de dominação, modelado pela ideologia machista. Mais do que isto, é um sistema de exploração”. Exploração visível em *Uma mulher diferente* quando observamos a disparidade entre homens e mulheres no romance, dado a importância aos personagens masculinos e seus relatos quanto a vida de Ana Maria.

Compreendendo como as discussões de gênero estão presentes nas notícias de jornais e na censura dos livros de Cassandra Rios, que foi lida e comentada pelos jornais impressos do Brasil durante da ditadura civil-militar, podemos levantar importantes reflexões sobre como a escritora objeto da nossa pesquisa constitui esse paradigma. A complexidade dos seus livros, pioneiros em retratar romances lésbico-afetivos ou ainda, em contar a história de *Uma Mulher Diferente* mostram como a realidade pode se transpor para a literatura e ser objeto de estudo do historiador.

Ademais, se Cassandra foi a escritora mais censurada do Brasil, porque ela não é relembrada como tal, porque não faz parte da memória nacional? Até que ponto a censura ao nome de Cassandra pode ter sido político? E se o apagamento ao seu nome foi fruto da censura perpetrada durante o regime ditatorial, porque quase não vemos seu nome sendo comentado por outros artistas que conviveram e produziram durante o mesmo período?

O esquecimento de um autor pode ser político quando é resultado de censura, perseguição política, ou uma tentativa deliberada de apagar a contribuição deste para o debate público e cultural (Almeida, 2019). Isso pode ocorrer em regimes autoritários, ditatoriais ou em contextos nos quais o trabalho do autor é considerado subversivo ou contrário aos interesses do poder estabelecido. Nos termos do Johann Michel (2010, p. 14):

A construção de uma narrativa coletiva feita pelos poderes públicos é parte integrante desse modo de ação pública. Essas narrativas se orientam a supostamente unir membros de uma sociedade ao redor de uma história comum, mesmo se essas configurações narrativas dizem mais sobre a maneira pela qual o poder se coloca em cena e seus valores do que propriamente sobre a memória coletiva sobre a qual supostamente se apoiaria.

Isto é, as narrativas coletivas construídas pelos poderes públicos nem sempre refletem com precisão a memória coletiva. Em vez disso, essas narrativas muitas vezes servem aos interesses e valores das autoridades no poder. O autor destaca que essas narrativas podem ser usadas como uma forma de consolidar o controle social e promover uma história que se alinhe com os objetivos do governo ou da elite dominante.

Portanto, o pesquisador aponta para a tendência de que as narrativas construídas pelo poder público frequentemente servem a fins políticos e ideológicos, em vez de representar fielmente a memória coletiva da sociedade.

No caso da nossa pesquisa, arguimos que o esquecimento político de um autor pode ser uma estratégia para limitar o acesso às suas ideias e influência sobre a sociedade. Isso pode incluir a proibição da publicação de suas obras, a remoção de seu nome de registros históricos e bibliotecas, ou a desvalorização de seu legado intelectual. Em resumo, o esquecimento ocorre quando suas ideias são suprimidas ou apagadas deliberadamente como parte de uma agenda política para controlar a narrativa e a memória coletiva (Guimarães, 2021) e a Cassandra Rios faz parte dessa estratégia política.

“Há anos Cassandra Rios enfrenta a censura. Mas segue escrevendo os livros eróticos de maior sucesso no Brasil. Com a mudança de Governo e abrandamento da censura, os seus livros voltam a circular. Ler Cassandra Rios é sentir prazer.” Repóter (RJ), nº 29, 05/1980

3 CASSANDRA RIOS, A AUTORA MAIS PROIBIDA DO BRASIL: O ESQUECIMENTO COMO POLÍTICA

O mundo fictício criado por Cassandra Rios reside no fato de que nele, os indivíduos homossexuais não são retratados simplesmente como vítimas (Piovesan, 2005). Todos eles procuram de alguma maneira confrontar a diferença que os separa da norma social. As estratégias e conflitos que esses personagens enfrentam para resistir à repressão institucionalizada também demonstram a diversidade de papéis que podem desempenhar dentro dessa construção identitária promovida pela autora.

A decisão de adotar o discurso do opressor e utilizar técnicas sensacionalistas certamente teve impactos positivos. Por um lado, permitiu que suas obras driblassem temporariamente a censura, e por outro lado, conquistou uma audiência significativa em um país com um número crescente de leitores à época (Marcelino, 2006). Por meio de seus livros, escritos em uma linguagem popular e folhetinesca, que divergia dos padrões estéticos tradicionais do cânone, Cassandra Rios conquistava uma ampla base de leitores em um país onde o analfabetismo era prevalente. Isso a tornava alvo da atenção da imprensa, dos críticos literários, das autoridades de censura e do sistema judicial (Vieira, 2014).

De acordo com Piovesan (2005), ao analisar a literatura lésbica contemporânea, há a tendência de desconsiderar o papel pioneiro de Cassandra Rios na formação da literatura com temática lésbica no Brasil. Existem duas abordagens notáveis nesse contexto: a primeira é aquela que simplesmente ignora a contribuição da autora, rotulando-a como pornográfica; enquanto a segunda vertente de estudo critica a forma como Cassandra Rios retrata as mulheres e seus relacionamentos homoafetivos, classificando essa representação como negativa, anormal ou estereotipada. Isso sugere uma discussão em torno da recepção crítica e da análise de obras de temática lésbica, destacando a necessidade de considerar a importância histórica e o contexto social ao avaliar o trabalho de Cassandra Rios nesse gênero específico.

Para citar Michel Foucault (2001, p. 269), “a escrita se desenrola como um jogo que vai infalivelmente além de suas regras, e passa assim para fora”. Podemos inferir, portanto, que a escritora criou sua obra dentro e fora dos limites dessas regras estabelecidas, desafiando convenções, estereótipos e a própria crítica.

Em seu nome, na mitologia grega, Cassandra e seu irmão gêmeo, Heleno, foram ao Templo de Apolo quando eram crianças e acabaram ficando lá até tarde, sendo forçados a passar a noite no templo. Na manhã seguinte, foram encontrados dormindo com serpentes lambendo suas orelhas, um evento assustador que não os machucou fisicamente, mas lhes concedeu a

habilidade de ouvir as vozes dos deuses (Vieira, 2014). Cassandra cresceu e se tornou uma bela jovem, dedicada ao serviço do deus Apolo. Apolo se apaixonou por ela e lhe ensinou os segredos da profecia. Cassandra se tornou uma profetisa, mas quando recusou avanços amorosos de Apolo, ele a amaldiçoou, fazendo com que ninguém acreditasse em suas palavras. Isso a levou a ser considerada louca ao tentar alertar o povo troiano sobre desastres iminentes e tragédias.

Nesse contexto, é interessante observar como Odete escolheu adotar o nome da profeta amaldiçoada, Cassandra, como parte de sua identidade literária (Piovesan, 2005). Essa escolha parece ter sido feita para garantir que sua voz fosse ouvida, apesar da maldição que a acompanha, e isso adquire um significado simbólico profundo diante da mensagem deixada nas publicações de Cassandra Rios.

Quando consideramos as categorias que rotulam as produções literárias lésbicas contemporâneas, percebemos que Odete Rios ocupa um espaço singular, criando personagens que desafiam os padrões estereotipados comuns em outras obras. Se entendermos que a crítica feroz à sua obra é muitas vezes motivada por um viés heteronormativo que categoriza o lesbianismo como algo impróprio e inadequado, podemos reconhecer a tentativa de construção de uma identidade para a comunidade LGBTQIA +.

É importante lembrar que, como destacado por Margareth Rago (2013), a expressão da singularidade feminina na escrita é complexa, pois as formas tradicionais de criação literária muitas vezes são moldadas pela perspectiva masculina. Essa complexidade ressalta os desafios enfrentados por Odete Rios ao escrever suas obras e o contexto em que suas narrativas desafiadoras ganham vida.

Neste ângulo é possível observar como a censura e a crítica literária são atravessadas pelas questões de gênero. Uma vez que a censura aos livros de Rios é justificada por ir contra os princípios da constituição de família cristã, formada por um homem e uma mulher e dos filhos gerados dessa união. Quanto à crítica literária, essa revisão pode seguir outros caminhos.

Por um lado, havia a desqualificação quanto ao estilo de escrita de Rios, tida pelo cânone, conforme a pesquisa de Rick Santos (2003), como subliteratura. Por outro lado, segundo Almeida (2019), Cassandra Rios enfrentou discriminação não apenas por ser mulher, mas também por ser uma mulher lésbica, o que resultou em seu projeto literário sendo excluído, tanto no passado como ainda nos dias de hoje, do rol de autores e obras considerados significativos no cânone literário brasileiro, bem como o desconhecimento na memória nacional em relação ao nome de Cassandra Rios como escritora mais censurada durante a ditadura civil-militar.

Conforme Foucault (2001), o atributo de autoria desempenha um papel fundamental na definição da natureza de um discurso. Ele afirma que quando podemos dizer “isso foi escrito por tal pessoa” ou “tal pessoa é o autor disso”, isso indica que esse discurso transcende a esfera da linguagem cotidiana e não é alheio ao nosso dia a dia.

No caso de Rios, ela escreveu a partir da perspectiva de quem vivenciava sua identidade lésbica, como destacado por Piovesan (2005). Esse fato inevitavelmente levou à comparação entre sua própria vida e a vida das personagens em seus romances. Surpreendentemente, mesmo ao publicar romances que exploravam relacionamentos heterossexuais, as críticas à sua obra foram severas, mesmo que suas narrativas fossem inteiramente fictícias. Um exemplo curioso foi o questionamento de um delegado sobre a identidade de uma personagem de um de seus romances heterossexuais intitulado *O bruxo espanhol*, publicado em 1974.

A terceira e última sessão desta dissertação se dedica a investigar como a marginalidade na obra de Cassandra Rios, bem como a questão de gênero que atravessa a completude de sua obra geraram como resultado o *esquecimento* de seu nome como “artista mais censurada deste país durante a ditadura militar” (BRASIL, 2014, p. 294). Tomando como análise recortes de jornais como fonte principal, observamos que estes conceitos se mesclam diante dos paradigmas presentes dentro dos romances lésbicos escritos no período de ditadura civil-militar. Assim, silenciada como a Cassandra grega, a paulista Cassandra Rios também foi condenada ao silenciamento e, porque não, ao esquecimento de sua obra e contribuição à literatura brasileira.

3.1 Marginalidade

Podemos especular que a obra de Cassandra Rios foi submetida a um duplo processo de silenciamento: primeiro, pela censura das autoridades leigas militares, devido ao preconceito em relação ao seu tema; e segundo, pela crítica acadêmica, que a relegou ao rótulo de subliteratura (Almeida, 2019).

Conforme a pesquisa de Sherry Almeida (2019), Cassandra Rios não apenas enfrentou discriminação por ser mulher, mas também por ser uma mulher lésbica. Isso a colocou, e ainda a coloca, à margem da consideração para a importância no cânone literário brasileiro. Em concordância com o que defende Oliveira (2017), que explorar o tema da lesbianidade é uma empreitada desafiadora. Para a pesquisadora, a História, em grande parte, foi moldada pela perspectiva patriarcal, deixando de registrar a contribuição das mulheres lésbicas em suas páginas.

Contudo, “a autora mais proibida do Brasil” foi também a escritora mais lida nos anos 70 no Brasil, segundo Almeida (2019). E podemos ler este anúncio de venda em Manaus, capital do Amazonas, que denota a popularidade de Cassandra Rios em território nacional:

VENDE-SE — Vende-se uma coleção de livros, ROMANCES REALISTAS, autora Cassandra Rios, Volume 1 A volúpia do pecado; 2 Minha metempsicose; 3 Carne em delírio; 4 A paranoica; 5 O gamo e gazela; 6 A breve historia de Fábria; 7 A noite tem mais luzes; 8 A borboleta branca. (Jornal do Comércio, AM, nº 20539, 30/10/1970)

Chama a atenção o termo “romances realistas” em que o *Jornal do Comércio* adjetiva os livros de Rios à venda. O uso desse adjetivo para descrever os livros de Cassandra Rios pode ser irônico ou ambíguo, considerando que a maioria de suas obras é conhecida por seu caráter sensual e erótico, em vez de um realismo estrito, ou realismo como escola literária.

É possível que o termo “realista” seja usado de maneira irônica para sugerir que, apesar da natureza sensual e fantasiosa das histórias, a autora aborda temas e situações de maneira franca e direta, buscando representar aspectos da vida cotidiana que muitas vezes são omitidos ou tabus em outras narrativas literárias. Portanto, o uso desse adjetivo pode ser uma escolha deliberada para destacar a abordagem única de Cassandra Rios em seus romances, que transcende os limites convencionais do realismo literário ao explorar temas ousados e eróticos.

Na lista de livros à venda em Manaus consta o título *A volúpia do pecado*, o primeiro romance publicado por Rios, em 1948. Conforme a pesquisa de Vieira (2014), *Minha Metempsicose* foi publicado em 1954 e se trata de um livro de aforismos, enquanto *Carne em Delírio* é um dos títulos publicados pela autora que retratam um romance homossexual³⁰. Os demais romances possuem histórias lésbicas como enredo principal.

Cabe explicar que o *Jornal do Comércio*, é um veículo de imprensa com um século de existência (Souza, 2000), fez sua estreia nas ruas de Manaus em janeiro de 1904. Naquele mesmo ano, outros 17 jornais surgiram na cidade, marcando um período fértil na criação de publicações impressas, marcando também um período de efervescência na imprensa brasileira. Sua redação e instalações, situadas em um edifício próprio, ocupavam uma localização central em Manaus e mantinham uma orientação conservadora em suas publicações.

Alguns meses mais tarde, o mesmo jornal comenta o anúncio publicado no *Jornal do Comércio* em Manaus:

³⁰ De acordo com a pesquisa realizada por Kyara Vieira (2014), os romances escritos por Rios que abordam a temática homossexual são: *Carne em Delírio* (1948), *O Bruxo Espanhol* (1952), *A Lua Escondida* (1952), *A Sarjeta* (1952), *As Mulheres do Cabelo de Metal* (1971), *A Santa Vaca* (1978/79), *O Gigolô* (1979), *A Piranha Sagrada* (sem data).

CASSANDRA — A DIVINA. Outro dia no JORNAL DO COMÉRCIO, alguém, residente à Av. Beiro Mar, oferecia dezesseis volumes de autoria de escritora paulista Cassandra Rios, a quinze cruzeiros, ou seja, em linguagem internacional, três dólares cada volume. É possível que tenham sido comprados no mesmo dia. Os livros desta autora, aqui em Manaus, não têm tempo de se cobrirem de poeira. E nós vivemos num mundão de poeira. O primeiro livro que li da discutida e invejada escritora, trouxe-m'o do Rio uma culta senhora nascida no Amazonas. Queria minha opinião, para depois fazer seu juízo. Nestas circunstâncias se opina, de acôrdo com o desejo manifesto do solicitador. Gostam de entregoza a vitória do seu juízo antecipadamente concebido. Contrariá-los seria fazer circular moedas de centauros. Mas Cassandra Rios já mão pode pilada por obscuras opiniões provincianas. Se ela é uma serpente, já criou asas o está maior do que a montanha. Possui mais obras que o número de seus aniversários. Eu quero trazer para o coração de "PALAVRAS..." os conselhos fulgurantes do atrevido e admirável Fernando Jorge, execrado no Prefácio do romance "VENENO". O escritor um dia foi arguido por uma plumitativa e respondeu altivamente, altitroante como gigante sonolento e ressecado: — "Minha filha, você precisa ler todos os livros da Cassandra Rios para prender a escrever. Alguns escritores brasileiros deviam seguir este meu conselho. [...] Depois trás os nomes de Proust, o creador atlântico do alabirintado "Em Busca de Tempo Perdido", de Gide, o frio amigo de Wilde, da brava Colette, dà Jean Genet e o da intrépida Simone de Beauvoir para coroar o consagrado nome de Cassandra Rios. E conclui as palavras preambulares de romance "Veneno", assim: "não foi à toa que o célebre escritor inglês Richard Liewelind, autor do famoso "Como era verde o meu vale", impressionou-se tanto com as obras de Cassandra Rios que declarou ser ela uma injustiçada, pois é de fato uma grande escritora, capaz de ombrear-se com uma Edna Ferber e uma Dorothy Parker". Divulgo estas palavras do Escritor Fernando Jorge, já várias vêzes aqui mencionado, por alertar que Grieco, "o diabo jovial" já possui sucessor. (Jornal do Comércio, AM, nº 20571, 08/12/1970)

Salienta-se, nessa nota, o destaque à popularidade e à importância de Cassandra Rios em Manaus, mencionando que seus livros são rapidamente vendidos, em comparação a outros autores, sem sequer "se cobrirem de poeira" nas estantes. O autor relata sua própria experiência ao ler um livro de Cassandra Rios e como algumas pessoas pedem opiniões sobre a autora. Ele também menciona a influência de Cassandra Rios na literatura brasileira, citando o escritor Fernando Jorge³¹, que a elogia e a coloca no mesmo nível que escritores franceses como Marcel Proust (1871-1922), André Gide (1861-1951), Colette (1873-1954), Jean Genet (1930-2018) e Simone de Beauvoir (1908-1986).

A citação de Richard Liewelind (1906-1939), famoso escritor galês, elogiando Cassandra Rios e considerando-a uma grande escritora, também é destacada como um

³¹ Escritor e intelectual fluminense de 95 anos. Possui um amplo conjunto de habilidades, incluindo escrita, história, biografia, crítica literária, lexicografia (dicionário), enciclopédia, e jornalismo. Estudou Direito na Universidade de São Paulo e também se formou em Biblioteconomia, tendo trabalhado como diretor da Divisão Técnica de Biblioteca da Assembleia Legislativa de São Paulo. Além disso, é jornalista credenciado pela Associação Brasileira de Imprensa de São Paulo. Segundo informações do seu próprio site, Fernando Jorge é uma figura controversa e admirada, conhecida por seus livros premiados que geram debates e estimulam reflexões críticas importantes. Ele é elogiado por sua pesquisa detalhada e documentação rigorosa. Um de seus pontos altos na carreira ocorreu em 1987 com o lançamento de *Cale a Boca, jornalista!?*, uma obra contundente e minuciosa que relata as torturas sofridas por jornalistas brasileiros durante o período militar pós-1964. Por conta dessa postura, Jorge foi processado quatro vezes por ser "subversivo".

testemunho de seu talento literário³². Em resumo, enfatiza-se a importância e o reconhecimento da obra de Cassandra Rios, bem como sua influência na literatura brasileira e internacional. Conforme a coluna acima, podemos questionar sobre a marginalização do nome de Cassandra Rios, especialmente em relação às instituições e aos instrumentos que formam seu cânone.

O termo *marginal* e sua relação com a produção literária contemporânea no Brasil, abrange uma gama significativa de interpretações que precisam ser esclarecidas para uma melhor compreensão das questões envolvidas (Oliveira, 2011). Em um sentido estritamente artístico, as obras consideradas “marginais” são aquelas que desafiam o cânone estabelecido, rompendo com as normas e os paradigmas estéticos predominantes.

De acordo com Oliveira (2011), quando se fala do sentido *marginal* no contexto estético e cultural, ele possui uma aplicação específica na história da literatura brasileira, referindo-se ao movimento da década de 70 do século XX – período em que Rios esteve as escritoras mais lidas no país. Esse movimento se opunha às formas comerciais de produção e distribuição literária, as quais eram controladas pelas grandes editoras. Como resultado, surgiram obras, principalmente poéticas, que eram produzidas de forma artesanal e baseadas em um registro espontâneo da linguagem. Essas obras eram frequentemente distribuídas diretamente pelos próprios autores em locais como bares, portas de museus, teatros e cinemas.

A literatura marginal dos anos 70 no Brasil foi protagonizada por um grupo de artistas e intelectuais pertencentes à classe média, escreveu Rejane Oliveira no seu artigo “Literatura marginal: questionamentos à teoria literária” (2011), embora tivessem amplo acesso à cultura letrada, eles não dispunham dos recursos econômicos para promover uma “revolução” estética nos moldes modernistas. Portanto, essa literatura marginal se desenvolveu *à margem* do sistema social e cultural predominante na época.

Essa abordagem literária marginal não apenas desafiou as normas estéticas e as estruturas tradicionais da literatura, mas também buscou dar voz a experiências e perspectivas que estavam ausentes ou *sub-representadas* na literatura aceita pelo cânone. Como resultado, conforme aponta Oliveira (2011), essa produção literária desempenhou um papel importante na diversificação e democratização da literatura brasileira contemporânea.

Um exemplo notável disso é Cassandra Rios, que se sobressai como uma escritora cujos livros não causam prejuízo em nenhuma das livrarias. Pelo contrário, tudo o que é relacionado a ela tem alta demanda e é rapidamente vendido. Isso é especialmente notável entre o público jovem (Marcelino, 2006), como vemos na notícia a seguir:

³² Segundo Kyara Vieira (2014), Richard Liewelind prometeu ainda publicar Cassandra Rios na Inglaterra. A promessa não foi cumprida, mas apontam o apreço do escritor galês à obra de Rios.

Aliás, Cassandra Rios é a única escritora que não dá prejuízo em nenhuma das nossas livrarias. Tudo dela que se mande buscar, vende logo. Explicou o balconista. O seu público é na maioria de jovens. Especialmente moças. (Jornal do Comércio, AM, nº 22117, 1976)

Esse panorama indica que os romances de Rios ressoam de maneira significativa com o período em que foram escritos e oferecem uma perspectiva única na literatura brasileira. Para Oliveira (2011), esse tipo de aceitação e popularidade entre o público demonstra como a literatura marginal pode ter um impacto profundo e duradouro na cultura literária de um país.

Por trás do incômodo da crítica literária em relação à obra de Cassandra Rios e como essa crítica pode ter relegado sua obra ao esquecimento, Almeida (2019) especula que o desconforto possa estar enraizado na representação de figuras marginalizadas na sociedade, especialmente lésbicas, em sua obra. Esse desconforto pode ter levado a argumentos que se concentram apenas em questões estéticas, ignorando a multiplicidade de aspectos que legitimam o literário.

Além disso, Sherry Almeida em *De Cassandra Rios ou da censura pelo cânone brasileiro* (2019) sugere que a obra de Cassandra e a própria autora foram colocadas em um lugar de silenciamento, um lugar que historicamente tem sido imposto às mulheres. Que reflete, com efeito, em uma história de apagamento da voz das mulheres, que muitas vezes são percebidas como insignificantes e contribui para a destruição dos registros de suas experiências e perspectivas, como se pode constatar abaixo:

Eu sou uma lésbica, de Cassandra Rios (Editora Record) é um dos piores momentos da ficção brasileira de todos os tempos. Esta autora, apontada por Jorge Amado como um dos expoentes da nossa literatura, não passa de uma medíocre narradora que tem a faculdade incrível de se repetir a cada livro. Para compensar, a mesma editora nos brindou recentemente com o livro do grande Fernando Sabino: *A Falta que Ela Me Faz*. (Diário de Pernambuco, PE, nº 240, 04/09/1981)

Podemos ler que se trata de uma severa crítica ao livro *Eu sou uma lésbica* no que diz respeito à comparação negativa entre a obra de Cassandra Rios com o livro de Fernando Sabino, sugerindo que o livro deste último é superior. Segundo Werneck (2018), Fernando Sabino (1923-2004), foi um renomado escritor, jornalista e editor brasileiro nascido em Minas Gerais, conhecido por receber vários prêmios literários, incluindo o Prêmio Jabuti³³ por seu livro *O*

³³ Segundo a página online da premiação, o Prêmio Jabuti teve sua origem por volta de 1958, em um cenário desafiador para o mercado editorial, caracterizado por recursos escassos e uma frágil articulação no setor, conforme indicado pela página online do prêmio. Mesmo diante das adversidades, os dirigentes da Câmara

Grande Mentecapto e o Prêmio Machado de Assis, concedido pela Academia Brasileira de Letras. Além disso, Fernando Sabino foi condecorado com a Ordem do Rio Branco, no grau de Grã-Cruz, pelo governo brasileiro, em reconhecimento por suas contribuições à literatura e à cultura do país. Ao contrário de Cassandra Rios, que não foi premiada por nenhum dos seus títulos publicados (Santos, 2003).

A coluna acima cita que o escritor baiano Jorge Amado (1912-2001) se referiu a Rios “como um dos expoentes da nossa literatura”. Cabe explicar a importância dessa menção, pois o escritor teve grande sucesso junto ao público leitor, sendo o autor brasileiro mais vendido no Brasil e no exterior por mais de cinquenta anos³⁴. Conforme a pesquisa da historiadora Marisa Mello (2012), sua carreira literária de 71 anos incluiu romances, livros de memórias e contos. Foi militante do Partido Comunista até a década de 1950 e foi eleito deputado federal em 1945. Após deixar a militância política em 1956, concentrou-se exclusivamente na literatura. Em 1961, tornou-se membro da Academia Brasileira de Letras. Durante décadas, seus livros de ficção, como *Capitães da Areia* (1937) e *Gabriela, Cravo e Canela* (1958), estiveram entre os mais vendidos. Muitos de seus trabalhos foram adaptados para outras mídias, apesar de algumas críticas à qualidade literária de sua obra. No entanto, Jorge Amado foi um dos poucos escritores brasileiros a poder viver exclusivamente dos direitos autorais de seus livros.

A ocasião da menção de Jorge Amado revela em algum ponto a popularidade de Cassandra e o conhecimento desta entre outros escritores que escreveram e publicaram no mesmo período, como podemos ler a seguir os nomes dos dois escritores entre os mais vendidos em uma livraria no Paraná em 1959:

LIVROS, MAIS VENDIDOS NAS LIVRARIAS DO POVO E ORIONONE:
NACIONAIS: 1 — O gamo e a gazela — CASSANDRA RIOS 4 — Gabriela, cravo e canela — JORGE AMADO 3 — A cidade, o amor e as serras — organização de ERNANI DA SILVA BRUNO. ESTRANGEIROS: 1 — Terra — Nosso Planeta — American Scientific 2 — O livro da natureza — FRITZ KHAN 2 — Lolita — NABOKOV (Diário da Tarde, PR, n° 20151, 18/09/1959)

A lista dos livros mais vendidos nas livrarias do Paraná oferece uma visão dos livros populares no fim da década de 50 do século passado, revelando o interesse dos leitores naquela época. Ou ainda nesta outra, do ano seguinte, no *Correio Brasiliense*, onde Cassandra Rios e

Brasileira do Livro manifestavam notável entusiasmo. A iniciativa para a criação do prêmio foi conduzida pelo então presidente da entidade, Edgar Cavalheiro, e pelo secretário Mário da Silva Brito, ambos intelectuais e estudiosos da literatura brasileira. Além deles, outros membros da diretoria do biênio 1955-1957 estiveram envolvidos, todos com o interesse em reconhecer anualmente autores, ilustradores, livreiros, editoras e gráficas que alcançarem destaque.

³⁴ Marca superada pelo escritor Paulo Coelho (Mello, 2012).

Rachel de Queiroz somam a mesma quantidade de votos em uma votação feita nas *Livrarias Francisco Alves e Brasiliense* em São Paulo:

LITERATURA RIO — Foi feita a segunda apuração do inquérito popular que as livrarias Francisco Alves e Brasiliense, de São Paulo, estão realizando, a título de pesquisa de opinião, para um balanço de tendências e predileções literárias. Esta segunda apuração refere-se às manifestações e votos da freguesia de maio: 3.072 pescas, no todo. Vale a pena focalizar, de raspão, as respostas ao primeiro quesito: qual o melhor escritor brasileiro de todos os tempos? 2.460 compradores de livros responderam (certo) Machado de Assis. Seguem-se pela ordem de votação, Alencar (568), Lobato (522), Jorge Amado (218), Euclides (408), Veríssimo (215), Rui (108), Humberto de Campos (105), Graciliano (68) e Aluísio de Azevedo (45). Estes os “10 mais”. A relação dos votados, porém, é longa. A refletir aqui e ali como é natural em inquéritos dessa natureza, verdadeiros disparates: vamos encontrar um Raul Pompéia com apenas 3 votos, um Drummond com 18, um José Lins ombro a ombro com Lima Barreto, com 15, um Guimarães Rosa com 13, um Gilberto Freyre, com 9, uma Raquel de Queirós em pé de igualdade com Cassandra Rios e um Josué Montello ao lado de Antônio Trajano, todos com 2 sômente. Um único leitor se lembrou de Gilberto Amado, tendo havido votos até para Rocha Pombo e Catulo de Paixão o Cearense, o que é, de fato, uma extravagância. Enquanto isso, outros se lembraram de alguns esoldados desconhecidos da literatura, como por exemplo, Francisco Xavier e J. Pereira. Sem falar nos escritores eventuais ou de circunstâncias que também ganharam votos. (O Jomal, RJ, n° 12199, 14/06/1960)

O inquérito noticiado acima³⁵ tinha como objetivo avaliar as tendências e preferências literárias da população. O primeiro quesito perguntou sobre o melhor escritor brasileiro de todos os tempos, com Machado de Assis (1839-1908) liderando a votação com 2.460 votos. Os dez primeiros colocados incluem outros escritores notáveis, como José de Alencar (1829-1877), Monteiro Lobato (1882-1948), Euclides da Cunha (1866-1909), entre outros. No entanto, houve votos para escritores menos conhecidos e algumas escolhas incomuns, destacando a diversidade de preferências literárias da população. Cassandra Rios acumulou poucos votos, somente 9, a mesma quantidade de Rachel de Queiroz.

A cearense Rachel de Queiroz nasceu em 1910 e faleceu em 2003, tendo uma carreira literária que durou 75 anos. Rachel era conhecida por sua especialização em crônicas para a imprensa, publicadas em revistas e jornais de 1945 a 2003 (Mello, 2012), o que resultou em diversos livros compilando mais de 3 mil textos. Além disso, o romance *O galo de ouro* foi publicado em forma de folhetim em 1950.

Rachel de Queiroz escreveu sete romances ao longo de sua carreira, com destaque para *O Quinze* (1930) e *Memorial de Maria Moura* (1992). Ela também se destacou como tradutora, trazendo mais de quarenta romances para o português. Rachel foi eleita a primeira mulher a

³⁵ A coluna foi escrita pelo colunista alagoano Valdemar Cavalcanti para *O Jornal*, que pertencia ao já mencionado grupo *Diários Associados* de Assis Chateaubriand (MORELLI, 2002).

fazer parte da Academia Brasileira de Letras, em 1977, simbolizando a consagração de seu trabalho. Embora tenha sido do Partido Comunista em sua juventude (Mello, 2012), ela adotou posições políticas cada vez mais conservadoras ao longo de sua vida, inclusive colaborando com o governo militar, tanto como jornalista quanto como membro do Conselho Federal de Cultura de 1967 a 1989. Sua história como mulher e sua trajetória literária são aspectos interessantes e complexos de sua vida e carreira.

Em contrapartida, quando se trata da recepção no cânone literário, comparar Rachel de Queiroz e Cassandra Rios é injusto, dado o reconhecimento que a escritora cearense recebeu ao ser a primeira mulher a ocupar um assento na Academia Brasileira de Letras, pela sua contribuição à literatura nacional. Além disso, comparar a popularidade de ambas usando o inquérito popular realizado em livrarias em São Paulo pode levar a conclusões equivocadas. Essa pesquisa foi conduzida com 2.460 compradores e teve um caráter estritamente popular, visando identificar os autores mais vendidos. Logo, em nenhum momento se busca diminuir a contribuição literária de Rachel de Queiroz, autora de *O Quinze*.

No entanto, Cassandra foi a escritora que mais vendia e a única que vivia de direitos autorais, comparando-se apenas a Jorge Amado e Érico Veríssimo, foi uma figura excepcional no cenário literário brasileiro. Sua capacidade de alcançar um público amplo e sua dependência dos direitos autorais a destacam como uma das autoras mais bem-sucedidas do país (Vieira, 2014). Essa análise destaca como a literatura pode ser uma ferramenta importante na compreensão das questões de marginalização e silenciamento, bem como na promoção da diversidade de vozes e perspectivas na sociedade. Mostra também como a crítica literária pode desempenhar um papel fundamental na interpretação e valorização dessas vozes silenciadas.

Diante das fontes encontradas, do juízo de valor incutido nas notícias, notas, colunas e anúncios de venda publicados nos jornais impressos em anos diferentes e cidades diversas no país a fora, torna-se necessário compreender as diferenças entre os espaços que ocupam o cânone literário e a literatura marginal. Nesse sentido, encontramos na pesquisa da historiadora Marisa Mello (2012), intitulada *Como se faz um clássico da literatura brasileira? Análise da consagração literária de Érico Veríssimo, Graciliano Ramos, Jorge Amado e Rachel de Queiroz (1930-2012)*, reflexões interessantes sobre o tema.

Segundo a pesquisadora, os defensores do cânone literário acreditam que os debates sobre literatura devem se concentrar principalmente em questões relacionadas à forma literária e envolver aqueles com conhecimento especializado na área. No entanto, Marisa Mello (2012) também traz a discussão o argumento que a teoria literária foi negativamente influenciada por

fatores externos, como a análise do contexto em que as obras são produzidas ou as influências econômicas da sociedade em que estão inseridas.

A palavra *cânone* tem origem na palavra grega *kanón* e refere-se a um modelo, regra ou padrão representado por artistas e suas obras (Mello, 2012). Esse processo de hierarquização da arte muitas vezes leva a uma supervalorização da crítica especializada, que passa a definir, cada vez mais com base em critérios estéticos, que são subjetivos, o que merece ou não ser amplamente reconhecido e difundido.

O conceito de cânone, por outro lado, tem uma abordagem elitista, já que a seleção é geralmente feita por um grupo de especialistas em vez de refletir as preferências do público em geral (Mello, 2012). Essa perspectiva tende a favorecer estilos literários específicos e escolhas formais, em vez de abranger uma visão mais abrangente da literatura, que consideraria principalmente o contexto social em que a obra se insere e sua conexão com os leitores.

Em contrapartida, segundo Rejane Oliveira (2011), o termo “marginal” é, de fato, complexo e multifacetado, abrangendo várias dimensões, incluindo representações estéticas, políticas e sociais. Ele é frequentemente associado a lugares onde vivem e se expressam as *minorias* e as pessoas marginalizadas pela sociedade. Essa complexidade torna o termo *marginal* uma categoria literária rica, que engloba uma variedade de vozes e perspectivas que muitas vezes não têm espaço nas correntes literárias tradicionais.

Portanto, a palavra “marginal” não é apenas uma categoria estreita, mas representa um espaço literário onde as experiências e as vozes de grupos marginalizados podem ser expressas (Oliveira, 2011). Isso reflete a riqueza e a vitalidade da literatura contemporânea, à medida que ela se adapta e evolui para abraçar uma ampla gama de experiências e realidades.

É importante observar que essas diferenças não implicam que a literatura marginal seja inferior à literatura canônica. Ambos os tipos de literatura têm seu valor e podem atender a diferentes necessidades e gostos de leitores. A esse debate, vale a leitura da coluna abaixo:

A CRÍTICA AJUDA OU NÃO AJUDA A VENDER LIVROS

[...] — E claro que há livros que não vendem mesmo, de jeito nenhum. É um mistério. Livros premiados, comentados, estudados, traduzidos até, ficam lamentavelmente amarelando nas livrarias e nos depósitos. Outros, pelos quais ninguém se interessa ou, quando se interessa, é para meter a lenha, esgotam silenciosamente duas, três, quatro edições. Um exemplo: Cassandra Rios, que sozinha vende mais do que tôdas as escritoras brasileiras Juntas. Sômente agora, com Muros Altos, a crítica despertou para ela. Inclusive com um artigo entusiástico de Lago Burnett. Há autores que têm caveira de burro enterrada nas suas obras: para êsses, nem ministro. (Correio da Manhã, RJ, nº 22784, 15/07/1967)

A fonte acima, assinada por Gasparino Damata (1918-1982)³⁶, indica que a questão da crítica literária e sua influência nas vendas de livros é uma questão complexa e variável. Alguns livros, mesmo quando bem recebidos pela crítica, podem não vender bem, enquanto outros, que não agradam à crítica, podem ter grande sucesso comercial.

Gasparino Damata (1918-1982), jornalista e escritor pernambucano, desempenhou um papel importante na promoção da literatura homoerótica no Brasil durante os anos 1960, apesar das restrições sociais e da censura da época. Ele publicou obras como *Queda em Ascensão* (1951), *A Sombra do Mar* (1953), e *Os Solteirões* (1975), além de organizar várias antologias literárias. Nos anos 1960, Damata teve a visão de criar duas antologias corajosas e pioneiras na expressão literária homoerótica (Nascimento, 2019). Elas foram intituladas *Histórias do Amor Maldito* (1967) e *Poemas do Amor Maldito* (1969). O uso do termo *maldito* refletia a ousadia do momento, considerando as pesadas censuras e o estigma da homossexualidade na sociedade daquela época. Embora essas iniciativas fossem tímidas em relação à liberdade gay devido às condições sociais e culturais restritivas, elas representaram um passo corajoso em direção à aceitação da literatura homoerótica no Brasil e à promoção da diversidade sexual na literatura e na sociedade como um todo.

Conforme a pesquisa de Vieira (2014), Damata era um escritor no mesmo ano da reportagem em 1967. Ano em que ele organizou uma coletânea de contos homossexuais, o livro *Histórias do Amor Proibido*. Mais tarde, ele também atuou como um dos editores do primeiro jornal brasileiro de circulação nacional voltado para o público homossexual, o *Lampião da Esquina*³⁷. Segundo a pesquisadora Vieira (2014), o escritor Gasparino Damata, Além de reconhecer e destacar o grande sucesso de Cassandra Rios, mesmo sem propaganda, a reportagem apontou o descaso da crítica em relação à autora. Observando que as narrativas em

³⁶ Gasparino Damata (1918-1982), jornalista e escritor pernambucano, desempenhou um papel importante na promoção da literatura homoerótica no Brasil durante os anos 1960, apesar das restrições sociais e da censura da época. Ele publicou obras como *Queda em Ascensão* (1951), *A Sombra do Mar* (1953), e *Os Solteirões* (1975), além de organizar várias antologias literárias. Nos anos 1960, Damata teve a visão de criar duas antologias corajosas e pioneiras na expressão literária homoerótica. Elas foram intituladas *Histórias do Amor Maldito* (1967) e *Poemas do Amor Maldito* (1969). O uso do termo “maldito” refletia a ousadia do momento, considerando as pesadas censuras e o estigma da homossexualidade na sociedade daquela época. Embora essas iniciativas fossem tímidas em relação à liberdade gay devido às condições sociais e culturais restritivas, elas representaram um passo corajoso em direção à aceitação da literatura homoerótica no Brasil e à promoção da diversidade sexual na literatura e na sociedade como um todo. Damata desempenhou um papel significativo nesse movimento. Para saber mais, sugerimos a leitura de NASCIMENTO, Dorinaldo dos Santos. **Configurações do corpo-prostituto**: Gasparino Damata, Marco Lacerda e Marcelino Freire. Tese (Doutorado – Pós-graduação em Estudos Literários) - Universidade Federal de Uberlândia, 2019.

³⁷ O jornal *Lampião da Esquina* foi fundado ao término da década de 1970, por um grupo de intelectuais que se identificava abertamente como gay, aproveitando o enfraquecimento da repressão política no Brasil. Conforme Rodrigues (2021), o *Lampião* é considerado o primeiro veículo de ampla circulação destinado ao público homossexual.

torno de sua obra ou do nome “Cassandra”, em grande parte, eram negativas e destinadas a criticá-la.

Na nota acima, Cassandra é destacada como uma escritora que vende muito bem, mesmo que a crítica literária tenha ignorado ou criticado suas obras. Isso demonstra que a relação entre a crítica e as vendas de livros nem sempre é direta. Às vezes, a popularidade de um autor ou autora pode ser impulsionada por outros fatores, como a curiosidade do público, a reputação da obra ou até mesmo a controvérsia que a cerca.

No entanto, é importante notar que a crítica literária ainda desempenha um papel significativo na promoção e na legitimação de obras literárias. Críticas positivas podem chamar a atenção do público, ajudando a criar interesse em determinados livros. Além disso, a crítica literária contribui para o debate cultural e intelectual, enriquecendo a discussão em torno da literatura. Portanto, enquanto a crítica nem sempre é o único fator determinante nas vendas de livros, ela ainda tem um impacto importante na forma como as obras literárias são percebidas e discutidas pela sociedade e, conforme a nota de Gasparino Damata no *Correio da Manhã* em 1967, “sômente agora, com Muros Altos, a crítica despertou para ela. Inclusive com um artigo entusiástico de Lago Burnett.”

Sobre o artigo do maranhense Lago Burnett (1929-1995), Vieira escreve o seguinte:

O artigo ao qual se refere DaMata foi publicado na seção Literatura, do *Jornal do Brasil*, em 26 de janeiro de 1967 (Caderno B, p. 2), intitulado “Os Muros da Solidão”. Nesse artigo, Lago Burnett (1929-1995) faz alusão ao lançamento do romance “*Muros Altos*” pela editora Lidoar. O autor não deixa de dar destaque ao fato de Cassandra Rios negligenciar a forma, e “use tão mal as vírgulas, cometa lapsos frequentes (que a revisão da editora poderia ter evitado) e escreve erradamente mesmo em muitos casos.” Todavia, em vários trechos do artigo, o que sobressai são elogios e o reconhecimento da grandeza do romance em questão (VIEIRA, Kyara, 2014, p. 74)

A pesquisadora salienta ainda que se dá “destaque à qualidade material do livro pelo fato de ter sido publicado por uma editora de categoria” (VIEIRA, Kyara, 2014, p. 75), em oposição aos livros de Rios que geralmente eram publicados pela *Distribuidora Record*.

Em outro sentido, para Piovesan (2005), Rios pode não ter se destacado por seu estilo literário sofisticado, pois sua narrativa era conhecida por ser direta e linear. No entanto, sua importância residia na temática ousada que explorava, particularmente no contexto de sua época. Sua abordagem de questões relacionadas à sexualidade, em especial à lesbianidade, era notável por ser pioneira e desafiadora, como é salientado na notícia abaixo:

Está com tudo a romancista Cassandra Rios, com os seus livros no rol dos sucessos, lançados pela Distribuidora Record. Depois de *Came em Delírio* e *Muros Altos*, A

noite tem mais luzes, e em 3ª edição, *A serpente e a Flor*. Romances que são de arrepiar o público porque a autora topa todas as paradas na hora de contar fatos e episódios da vida cotidiana, sem o menor constrangimento ou siga convencionalismos no curso de suas narrativas de cunho erótico. (*O Jornal*, RJ, nº 15634, 20/09/1972)

Escrita por Valdemar Cavalcanti em 1972 para *O Jornal*, a coluna relata que Cassandra Rios estava em alta, com seus livros de grande sucesso publicados pela *Distribuidora Record*. Entre essas obras, destacavam-se *Carne em Delírio* (1948), *Muros Altos* (1965), *A Noite Tem Mais Luzes* (1962) – em sua terceira edição – e *A Serpente e a Flor* (1965)³⁸.

Segundo Cavalcanti, estes romances causaram grande impacto no público devido à abordagem destemida de eventos e situações da vida cotidiana, sem nenhum constrangimento ou preocupação com convenções sociais em suas narrativas. Nos termos do colunista, Rios escrevia “sem o menor constrangimento”, demonstrando que a escritora não hesitava em escrever sobre temas polêmicos e, neste caso, não havia inibição em retratar romances lésbicos e eróticos. Nesse sentido, podemos ler:

MARCELLA

Para Cassandra Rios parece não haver meio termo. Ou ela é violentamente atacada ou defendida com unhas e dentes. Chegando, seus admiradores, a classificá-la de corajosa e realista por focalizar na sua obra a alma feminina, os sentimentos da mulher absorvida pelo amor de outra mulher, seus dramas e conflitos íntimos. E por falar de situações que existem e sempre existiram embora a sociedade fizesse descer sobre elas um espesso véu. Seu último livro é *Marcella*, a história de uma mulher que se apaixona desesperadamente por uma jovem inacessível. (*Diário da Tarde*, PR, nº 22679, 03/11/1975)

A notícia descreve como Cassandra Rios é frequentemente alvo de críticas e defesas extremas³⁹. Ela é elogiada por seus admiradores por abordar a experiência feminina e os relacionamentos entre mulheres, explorando seus sentimentos e conflitos íntimos. Protagonizando uma dualidade de opiniões. Essa abordagem é vista como corajosa e realista, já que trata de situações que existem na sociedade, mas muitas vezes são negligenciadas. O trecho também menciona seu último livro, *Marcella*, que narra a história de uma mulher que se apaixona intensamente por uma jovem inatingível.

³⁸ A informação sobre os anos de publicação dos romances citados foi obtida a partir da pesquisa de catalogação realizada por Kyara Vieira (2014).

³⁹ Segundo Rubini (2011), o *Diário da Tarde* do Paraná era sediado em Curitiba, foi publicado de forma independente de 1899 a 1951, e continuou circulando até o seu encerramento em 1975.

3.2 Marcella (1975)

Segundo a pesquisa de Kyara Vieira (2014), *Marcella* foi publicado em 1975 – ano em que foi publicada a notícia acima. Nesse romance, Rios escreveu a história de Anastácia que se apaixona perdidamente por sua colega de trabalho Marcella. Misteriosa, Marcella esbanja beleza e luxos que não condizem com o salário ganho na firma em que Anastácia e ela trabalham. Além dos bens de consumo ostentados por Marcella, outra coisa aguça a curiosidade de Anastácia: os sucessivos telefonemas que a colega recebe no trabalho. Tudo isso para Anastácia se torna, aos poucos, além da curiosidade, obsessão.

O romance é escrito em primeira pessoa, na voz de Anastácia, onde podemos acessar seus pensamentos, devaneios, intenções e sentimentos. Como podemos ler logo na primeira página do romance: “Sou Anastácia Marques, simples funcionária de medíocre firma. Tenho 26 anos, mas sempre me sinto como se estivesse 18 e às vezes quatro aninhos. Sou morena. Um metro e sessenta e seis de altura. Magra. Esguia. Pacata.” (Rios, 1975, p. 7).

Este trecho inicial da narrativa apresenta a personagem Anastácia Marques, fornecendo informações sobre sua idade, aparência física e características pessoais. Anastácia descreve a si mesma como uma funcionária simples de uma empresa medíocre, indicando que ela trabalha em um emprego comum e que a empresa onde trabalha não é notável.

A menção que ela tem 26 anos, mas muitas vezes se sente como se tivesse 18 ou até mesmo 4 anos, o que sugere uma complexidade em sua percepção da idade e da maturidade. Essa é uma característica interessante de sua personalidade que é explorada ao longo da narrativa. Além dessa característica psicológica da personagem, a descrição física de Anastácia a retrata como morena, magra e esguia, com uma altura de um metro e sessenta e seis centímetros, ajuda os leitores a visualizar a personagem e criar uma imagem mental dela.

Anastácia foi criada pelo pai, recém falecido, deixando a jovem desamparada financeiramente. Jovem lésbica assumida, a personagem principal coleciona romances e frequenta lugares de sociabilidade lésbica. De sua escrivaninha no trabalho, é possível ter acesso visual à mesa de Marcella, bem como os seus sapatos de salto alto, suas roupas sempre combinando, a maquiagem impecável (Rios, 1975). E, além disso, a personalidade da personagem principal guarda características conflituosas em seus sentimentos e na forma como sente prazer, como podemos ler no trecho a seguir:

É, acho que sou isso mesmo, uma aberração do próprio homossexualismo senão como explicar minhas atitudes. Sou consciente do sadismo que me caracteriza: o prazer para mim está amarrado no sofrimento e na dor física e o que me assusta é a ambiguidade,

o masoquismo, o medo de sofrer simultâneo à necessidade de sentir que me ferem, que me machucam. (RIOS, 1975, p. 45)

O fragmento acima reflete um estado emocional e psicológico complexo, descrevendo uma interação entre o sadismo e o masoquismo em relação ao prazer e à dor da personagem. Evidenciando que neste romance Cassandra explora aspectos sombrios e complexos da psicologia humana, e os personagens fictícios podem ter características ou comportamentos que não são necessariamente representativos da realidade.

Diferente de outras narrativas já estudados aqui, neste romance de Cassandra Rios a personagem principal não somente busca o prazer de forma em sentir dor e provocar dor em suas parceiras, mas, aos poucos, Anastácia se mostra assassina. Somos envolvidos na trama que nos faz temer pelas mulheres das quais a personagem principal se aproxima:

Eu afirmei que não sou uma degenerada do vício nem uma libertina lúbrica? O que sou então se o meu gozo, o meu prazer sexual só é alcançado entre lágrimas de desespero e pelos atos de crueldade capazes de matar? E se eu recorresse a tratamentos que acabassem com essas crises de uma vez? Mas serão crises ou esta é a minha natureza? (RIOS, 1975, P. 55)

Nota-se que os tratamentos ou “crises” a qual se refere Anastácia em seus devaneios se referem a uma possibilidade de medicalização e cura por meio de condutas médicas, pois é consciente que é capaz de provocar dor nas suas namoradas. Retrata uma experiência pessoal de conflito e confusão em relação ao prazer sexual, que parece estar ligada a sentimentos de dor e sofrimento.

Em *História da Sexualidade: a vontade de saber* (1988), o filósofo Michel Foucault aborda a relação entre a sexualidade e a medicina no século XIX, examinando como a sexualidade foi historicamente construída e medicalizada ao longo do tempo. Para o autor, no século XIX, houve uma proliferação de diagnósticos médicos e categorias patológicas relacionadas à sexualidade. Isso significava que muitas condições médicas, doenças ou distúrbios passaram a ser interpretados e explicados em termos de sua etiologia sexual. A sexualidade se tornou um campo de investigação e diagnóstico médico, levando a uma ampla gama de teorias e explicações que vinculavam questões de saúde a comportamentos e desvios sexuais.

Essa ideia faz parte do argumento mais amplo de Foucault de que a sexualidade é uma construção cultural e histórica que foi sujeita a diferentes regimes de poder e conhecimento ao longo da história. Ele examina como a sociedade moderna regulamentou e medicalizou a

sexualidade, tornando-a um campo de controle e intervenção, que no excerto acima a personagem Anastácia se questiona.

Voltando ao romance de Rios, aos poucos, a admiração de Anastácia por Marcella se torna obsessão:

Era preciso riscar Marcella dos meus pensamentos, mas como? Ela existia. Estava ali. Diante de mim. Seu perfume impregnando toda a sala, sua voz ora por vez como um clarim de prata vindo acordar-me todas as inibições. Sua cor dourada, sua vitalidade animal que emana na pujança dos seus 22 anos. Talvez eu esteja superestimando Marcella. Tudo efeito da sua beleza física. Ela se molda perfeitamente aos meus desejos, possui todas as características físicas que me atraem nas mulheres, pestanas longas, talvez sejam postiças, mas considero todos os artifícios válidos e tudo que ela fizer para ficar mais bonita é natural, seus cabelos compridos sempre bem tingidos, cor de casca de cebola, anelados, sedosos, mãos de dedos longos e unhas bem manicuradas, variando sempre a cor do esmalte, [...]. Veste-se bem, sempre na última moda e as roupas que acho feias em outras mulheres nela adquirem uma beleza e *charme* especial. (RIOS, 1975, P. 61)

Nesta passagem, Anastácia transmite as profundas impressões que tem sobre Marcella, destacando sua atração física e o desejo que sente por ela. A descrição detalhada da sua amada revela a sensualidade que o personagem enxerga nela, enfatizando a atração física e a conexão emocional que ela sente. Permitindo ao leitor visualizar como essa atração se desenvolve e se influencia no enredo e nos personagens ao longo da história. Assim, Cassandra percorre os meandros da complexidade das relações humanas e a atração física é apenas uma parte disso.

Outras personagens fazem parte da trama de Marcella, entre elas Lilien, Natalie e Márcia. As três foram namoradas de Anastácia na narrativa, ocupam lugares secundários no romance, mas, vale fazer algumas pontuações sobre elas para compreender os gestos e ações de Anastácia sobre suas amantes, como no arco da história em que Anastácia mata Natalie, comparece ao velório, deixa flores e presta condolências aos familiares da vítima, acompanhada de Márcia e Lilien que não sabiam a causa da morte da jovem.

Como a deixar um enigma, Anastácia vai a uma floricultura e encomenda flores para Natalie e, “no velório as pessoas que ali estavam deveriam ter achado de muito mal gosto o remetente da coroa de flores roxas e amarelas não ter assinado o nome próprio” (Rios, 1975, p. 66). Refletindo a personalidade assustadora de Anastácia.

Com Lilien, Anastácia também inicia uma relação afetiva e sexual, em que a personagem principal não consegue resistir e faz da amiga a próxima vítima dos seus instintos. Na cena a seguir, Cassandra Rios envolve o leitor ao entregar a principal característica de seus livros, o erotismo:

Fui puxando-a devagarinho, pelas pernas, as coxas apertando-se em redor da minha cabeça, e eu apertando a cabeça dela com as minhas coxas, calcando-me contra a sua boca que me sugava.

Ela começou a ter os primeiros temores e a água já lhe atingira o queixo, percebi pelo movimento que fez, o gozo crescia, caminhava pelas suas entranhas cúmplice do último instante. Eu também tremia, convulsivamente a sensação vinha forte, numa loucura fantástica, arremessando-me numa vertigem nas dimensões incalculáveis do nada.

Estertores, convulsões, a cabeça presa pelas minhas coxas, a língua que deixava de se movimentar, o corpo debatendo-se violentamente sob o meu, a minha força redobrada prendendo-a, tensão, o espasmo, o relaxamento, o final.

As mãos dela enterrando unhas nas minhas coxas. Debatí-me de dor.

Continuei a gitando-me contra a boca aberta, a garganta dela engasgando. O corpo dela não se moveu mais.

Lilien morreu gozando. (RIOS, 1975, p. 75)

A descrição explícita de uma cena sexual e a descrição detalhada das ações e das sensações das personagens envolvidas são as características da escrita de Cassandra. Para a pesquisadora Adriane Piovesan (2005), a popularidade e a aceitação dos livros de Cassandra residem no desafio às normas e tabus sociais em suas obras, abordando abertamente temas relacionados ao prazer feminino e às relações lésbicas em uma sociedade repressora.

Sua escrita, como lemos no fragmento acima, ousada e direta trouxe à tona questões de sexualidade, desejo e prazer feminino que eram frequentemente ignoradas ou rejeitadas por uma sociedade dominada por concepções religiosas e valores tradicionais, que encontravam abrigo nos discursos do Estado. Sua obra foi considerada marginal em uma sociedade patriarcal (Piovesan, 2005), encontrou um público que buscava representações literárias mais ousadas e abertas sobre sexualidade, como a cena acima escrita por Rios, que envolve o leitor em relação aos personagens e à trama em geral.

Mais adiante, Anastácia reflete sobre suas ações e como fazia suas vítimas, como a se deleitar por ter as levado à morte:

As minhas premeditações e cuidados haviam sempre tido resultados satisfatórios, mas considere que eu não era muito imaginativa pela repetição dos métodos. Uma agulha enferrujada no útero de Tânia, um pedacinho de gilete para Sheyla, a mesma coisa para Eneida e Laura, daí a certeza e a expectativa da morte de Marita. Nenhuma delas escapara. O único método diferente fora o salsichão na vagina de Natalie. Minhas paixões eróticas tinham todas as sutilezas e requintes de um culto e gozo da beleza. Com Marcella era diferente. Os meus pensamentos tenebrosos tomavam cores (RIOS, 1975, p. 104)

Em *Marcella* (1975), Rios explorou temas complexos relacionados a atos violentos e comportamento perturbador. Descreve as ações de um personagem em relação a várias mulheres, revelando um padrão de comportamento perigoso. Anastácia confessa a premeditação de seus atos, o que é uma representação sombria e inquietante da personagem.

Essas ações detalhadas no excerto acima, evoca uma resposta emocional intensa nos leitores. Portanto, a abordagem desses temas requer sensibilidade e a consideração de alguns aspectos.

Em meados do século XIX, aumenta-se a preocupação com o sexo, “o instinto sexual foi isolado como instinto biológico e psíquico autônomo” (FOUCAULT, 1988, p. 100). Isto é, referindo-se à tendência de medicalizar comportamentos e questões sociais, Foucault (1988) se aprofunda na relação entre a sexualidade humana e problemas de saúde mental, procurando soluções clínicas para o que pode ser, em muitos casos, questões complexas e multidimensionais. Isso pode ser uma crítica ao excesso de medicalização de questões comportamentais, sociais e sexuais na sociedade contemporânea analisada por Michel Foucault (1988). Rios deixa claro na personagem Anastácia a complexidade de uma personalidade que se abrigaria em discursos patológicos e criminais.

Algo desligou em mim. Desligou! Escuridão! Voz e a visão de tudo: Eu! No berço. Foi rápido e entendi. Meu pai esbravejando, enojado, esbofeteando, minha mãe chorando, e outra mulher nua tentando fugir. O riso nervoso do vulto era o dela, fria, louca, abandonando meu pai por uma mulher! Sim! Entendi tudo!
 Não era trauma, não era dor, não era loucura, era uma lembrança que vinha de repente e se apagava do mesmo jeito com palavras que iam tomando sentido devido à cena: *Um anjo inocente, dormindo, puro, mulheres como vocês deveriam morrer brutalizadas!* – E meu pai conformado, acreditando que meu mal fosse hereditário, conformado sim, bom e compreensivo, aceitara -me! (RIOS, 1975, p. 113)

Na passagem acima, a personagem principal parece ter um *insight* ou uma revelação de um evento traumático do seu passado. O que ela descreve é uma memória que surge de repente e é acompanhada por um entendimento súbito da situação. Através desta lembrança, Anastácia revisita uma cena de conflito em sua infância envolvendo seus pais e outra mulher, sugerindo a personagem estava bloqueando ou reprimindo essa memória, e agora ela a enfrenta de maneira vívida.

A memória parece estar relacionada a um evento perturbador da infância que envolveu a infidelidade de sua mãe e a reação violenta de seu pai. Essa revelação tem um impacto profundo na personagem, pois ela começa a conectar as peças de sua história e a entender a dinâmica de sua família, incluindo o ponto crucial da aceitação do pai em relação à sexualidade da jovem. Isso toca em temas de trauma e aceitação. Rios usou essa revelação como um recurso literário para explorar a profundidade da personagem e envolver o leitor no trauma, com o propósito de criar empatia entre aquele que lê e a personagem principal.

Essas memórias reprimidas e as subseqüentes revelações revividas por Anastácia a levam a refletir, posteriormente sobre seus crimes, como podemos inferir a partir do trecho abaixo:

Um dia eu ia fazer algo diferente. Teria sempre uma agulhinha enferrujada à disposição, só que dessa vez iria espetá-la num outro lugar, não na vagina, no reto, enviando-a para sua trajetória em busca do ponto vital ou seja lá qual fosse a causa que atingiria meu intento.

No Aço's Bar eu sempre teria ponto e possibilidade de encontrar alguém como Patrícia para brutalizar, afinal o anjo inocente que dormia despertara num pequenino demônio. (RIOS, 1975, p. 114)

Esses pensamentos e planos perturbadores pertencem a uma personagem complexa, que está lidando com suas próprias angústias e conflitos internos. A linguagem utilizada por Cassandra sugere uma chocante perturbação psicológica e pode ser uma representação da escuridão na psique da personagem. Essas descrições podem ser usadas para criar personagens complexos e para explorar questões de psicologia, moralidade e ética, importantes para a caracterização da personagem e o desenvolvimento da trama.

Em outro plano, Rios trouxe em *Marcella* (1975) a possibilidade da sociabilidade lésbica na década de 1970, com o detalhe para o *Aço's Bar*. A descrição trazida por Rios de um bar onde as lésbicas se encontravam, desempenha um papel crucial no romance, pois era onde a personagem Anastácia se encontrava com suas amigas e também conhecia seus afetos. O *Aço's Bar* é mencionado mais de uma vez no romance como um lugar frequentado especificamente por mulheres lésbicas.

Por isso, talvez não seja coincidência que tenha existido um bar com uma configuração semelhante na realidade. Encontramos na leitura de Marisa Fernandes (2021) a menção ao *Ferro's Bar*, localizado na Rua Martinho Prado, na cidade de São Paulo. Segundo a pesquisadora, “o lugar era frequentadíssimo por lésbicas desde a sua inauguração [...] a frequência lésbica noturna dava muitos lucros aos donos do Ferro's” (FERNANDES, 2021, p. 145). Em Rios (1975, p. 80) podemos ler: “a noite, achei conveniente ir jantar no Aço's Bar. Cheguei no horário que a frequência ferve. Oito e meia.”

A relação entre o literário e o real inferem na ideia de representação na sociedade e no processo cultural de formação de identidades. Isso envolve a relação entre o signo e o significado (Chartier, 2002), bem como a forma como as pessoas percebem e interpretam o mundo ao seu redor. Também aborda como as representações incluem atos de apreciação e reconhecimento e são influenciadas pela bagagem cultural dos agentes sociais (Pesavento, 1995).

Assim, a importância da representação nesse trabalho, vai além do local físico de convivência lésbica trazido por Rios em no seu romance, mas também em como as pessoas percebem e interpretam as questões sociais descritas pela autora. O romance de Cassandra Rios,

ao abordar tópicos perturbadores e desafiadores, pode ser visto como uma forma de representação cultural que rompe com as normas da sociedade e oferece uma perspectiva alternativa. Ambos os contextos tratam da importância de reconhecer diferentes formas de representação e considerar como essas representações contribuem para a compreensão das práticas sociais e da formação de identidades. Ambos também sugerem a necessidade de examinar as representações coletivas e as mentalidades em relação a temas complexos (Chartier, 1991), como o desejo incomum que Anastácia nutria por Marcella.

O que eu queria era Marcella. Contorcia-me de desejo. Não bastara seu sorriso, ver a pulseira que eu lhe dera no pulso, não bastara sua atenção mudar um pouco, eu é que me oferecia para buscar lanche [...]. Eu precisava fazer alguma coisa. Deixar de ser insignificante para ela (RIOS, 1975, p. 115)

A intensa atração e desejo que a personagem principal sente por Marcella, mostra como Anastácia está claramente obcecada por Marcella e deseja ser notada por ela. A menção à pulseira que a personagem deu a Marcella e sua vontade de fazer coisas para chamar sua atenção sugerem a busca desesperada da personagem por uma conexão ou reconhecimento da amada inalcançável. Os termos utilizados, como "contorcia-me de desejo" e "precisava fazer alguma coisa", enfatiza a intensidade desses sentimentos e emoções da personagem.

Em um ponto de virada na história de Anastácia, a jovem descobre que herdou uma propriedade de seu pai, o que lhe proporciona uma renda substancial que pode garantir seu sustento pelo resto da vida. Esse evento marca uma reviravolta na vida de Anastácia, proporcionando-lhe uma nova perspectiva econômica. Além disso, a personagem já descobriu que Marcella é uma garota de programa, o que a abala emocionalmente. Como resultado, Anastácia toma a decisão de comprar bens de consumo e ostentar em um esforço desesperado para chamar a atenção de Marcella, mas, sem êxito:

Agora estava dentro de um Mustang branco, esporte, descobrindo que rica ou pobre eu não era nada para Marcella. Descobrindo que nada mudava dentro de mim. Que eu continuava com aquela ideia fixa que nenhuma mulher prestava e que todas deveriam morrer brutalizadas, inclusive Marcella. Rodei sem destino e acabei estacionando numa vaga bem na porta do Açó's Bar. [...] Vi todo mundo olhar para mim assustado quando cheguei; eu, num Mustang! Mas o que adiantava? Eu continuava sem Marcella! (RIOS, 1975, p. 117)

Rios destaca acima temas relacionados ao desejo, ao status social e à busca por reconhecimento. Anastácia, em sua busca por Marcella, tenta preencher um vazio emocional ou busca de validação por meio do consumo. Esse desenvolvimento na narrativa contribui para

o desenvolvimento da personagem e a dinâmica entre os personagens na história. Enquanto a intensa frustração e desespero da personagem em relação a Marcella, Anastácia parece estar experimentando uma mistura de emoções complexas, incluindo inveja, ressentimento e autodesprezo.

A personagem está consciente de que não importa o que faça, Marcella não a reconhecerá ou a valorizará, o que a leva a sentimentos extremos. A referência à ideia de que "nenhuma mulher prestava" e à crença de que todas deveriam sofrer violência remete ao trauma vivido na infância. Essa narrativa parece estar explorando a intensidade da obsessão da personagem com Marcella e os sentimentos de inadequação e desespero que isso causa. É uma representação da complexidade das emoções humanas e da forma como os relacionamentos podem afetar profundamente as pessoas.

Na manhã seguinte parei na frente de Marcella e entreguei-lhe uma carta que eu batera assim que chegara ao escritório.

- O que é isso?

- Minha carta de demissão.

- Por quê?

- Não posso mais trabalhar aqui. Não preciso. Sou rica. Recebi uma herança de meu pai [...]. Continuei trabalhando só por um motivo, mas não adianta e não agüento mais. Não posso mais.

- Por quê?

- Porque eu amo você.

Desaba fei, não me preocupei em verificar sua expressão, virei nos calcanhares e deixei aquele escritório para sempre. No corredor, no elevador, até o estacionamento onde eu deixara meu carro eu chorei. Fui chorando pelo caminho até minha casa. (RIOS, 1975, p. 118)

Finalmente Anastácia se declara à Marcella, revelando que a razão pela qual continuou a trabalhar era seu amor por ela. Esse é um momento emocionalmente intenso na trama, em que a personagem decide tomar uma ação drástica, demitindo-se do trabalho e expressando seus sentimentos profundos por Marcella. Mas, o fato de Anastácia ter chorado ao longo do caminho até sua casa demonstra a intensidade de suas emoções e a natureza emocionalmente carregada desse momento. Esse tipo de revelação e virada dramática é comum nos livros de Cassandra Rios, para Rick Santos (2003, p. 23):

Em seus livros, Cassandra desenvolveu um estilo similar ao da crônica que reproduzia a linguagem de jomais e escritas populares. Assim, ela tornou seus livros atraentes para o leitor popular (o leitor naif), que, geralmente, não tinha o costume de ler livros. Sempre com o leitor popular em mente, Cassandra intencionalmente evitou uma linguagem "densa"; usou, ao contrário, um diálogo aparentemente simplista e uma fórmula de "constante suspense", similar à dos romances de folhetim, a fim de apresentar a seu público perguntas complexas sobre gênero, sexualidade, raça e classe e sua relação com a formação de identidades.

Essa abordagem, como podemos ler acima, tinha como objetivo cativar o público popular e envolvê-lo em suas narrativas. Apesar da aparente simplicidade da linguagem e da estrutura de suspense, por trás desses elementos estava a intenção de apresentar perguntas complexas sobre temas como gênero e sexualidade.

Anastácia passa a vigiar os movimentos de Marcella, investiga sua rotina, descobre onde ela frequenta e até mesmo seu endereço. A presença de Marcella ocupa seus pensamentos de maneira constante. Diante da inacessibilidade de Marcella, Anastácia decide fazer uma última tentativa desesperada de estabelecer contato. Ela suplica por um encontro com Marcella, que inicialmente recusa, mas acaba concordando. Durante esse encontro, Anastácia oferece a Marcella um cheque no valor de 5 mil cruzeiros em seu nome.

Rios destaca então a intensidade da obsessão de Anastácia por Marcella e a extensão a que ela está disposta a ir para chamar a atenção e estabelecer uma conexão com a pessoa que a intriga tanto. A oferta do cheque pode ser vista como um gesto extremo de sua atração e desejo por Marcella.

- Você entendeu? – perguntei.
Ela não respondeu. Não fez um gesto. Não moveu um cílio.
- Eu sei que você faz programas com homens – prossegui.
Ela continuou calada.
- Por que não faz comigo? – insisti. – Tudo o que você tem que fazer é ficar quieta. Com homem você fica quieta? Você fica? Comigo não precisa fazer nada, é só deixar eu te amar. – Minha voz estava nervosa, eu tremia, a emoção sufocava-me. – quanto eles pagam? Mais do que isso por vez? Eu pago o dobro, tudo que você quiser (RIOS, 1975, p. 132)

Ao ver o cheque, Marcella aceita: “- Você pagou, venha me usar” (RIOS, 1975, p. 133). Anastácia se aproxima de Marcella nua na sua frente sem acreditar que lhe custara caro possuí-la. Nervosa, com o coração acelerado, Anastácia consegue encostar os lábios na boca de Marcella, mas sem explicação, sai nervosa do apartamento, entra no *Aço's Bar*, pálida, sem conseguir dizer nenhuma palavra.

Sem concretizar o ato e o livro, Cassandra Rios deixa as últimas páginas de *Marcella* em branco. As dúvidas sobre o final da história de Anastácia, se chegará a concretizar o ato com Marcella ou se pagará pelos seus crimes, o leitor terá que ter acesso ao livro *Anastácia*, publicado no ano seguinte (Piovesan, 2005), ao qual não temos acesso aqui para análise.

Antonio Celso Ferreira (2009) destaca a distinção entre a literatura e outros discursos, como científico, filosófico, político e jurídico. Enquanto estes últimos buscam objetividade e comprometem-se com a veracidade da realidade externa por meio de um discurso referencial,

a literatura é caracterizada pela capacidade de representação ficcional. A literatura não se propõe a documentar o real da mesma forma que esses discursos, mas sim a explorar a complexidade de uma sociedade em determinado momento histórico, utilizando recursos estilísticos e imaginativos.

O valor da literatura é debatido em termos estéticos, sociais e linguísticos, sendo medido pela sua habilidade de capturar, através da ficção, nuances e intrincadas camadas de uma sociedade específica em um contexto histórico particular. Dessa forma, a literatura é vista como uma forma de expressão única, capaz de oferecer reflexões profundas e subjetivas sobre a condição humana e as complexidades sociais, indo além da objetividade restrita dos discursos mais referenciais.

No entanto, ressalta o pesquisador: “não há obras clássicas por si mesmas, nem obras boas e ruins. O que há são escolhas – e o poder daqueles que as fazem. Literatura não é apenas uma questão de gosto: é uma questão política” (FERREIRA, 2009, p. 71). Assim, a ideia de que a literatura é uma questão política implica que as escolhas e avaliações literárias não são neutras, mas sim moldadas por questões de poder, influência e contexto sociopolítico.

Essa perspectiva ressalta a importância de considerar o contexto social e político ao analisar obras literárias, reconhecendo que as escolhas e preferências podem refletir, reforçar ou desafiar estruturas de poder existentes. Neste último caso, Cassandra Rios foi desafiadora, pois, segundo Almeida (2019), a maneira como a crítica e o cânone literário brasileiro recebem a obra de Rios evidencia a presença de preconceitos que indicam o impacto do controle discursivo heteronormativo na cultura do Brasil, influenciando as seleções de escritores e obras que são destacadas e valorizadas.

Por outro lado, o conceito de representação desempenha um papel crucial na busca pela compreensão histórica, direcionando o olhar para a construção de significados. Chartier (1991, p. 184) destaca que “construir a noção de representação como o instrumento essencial da análise cultural é investir de uma pertinência operatória um dos conceitos centrais que serão manuseados nestas sociedades”. O teórico francês ressalta que essa abordagem se revela como uma ferramenta fundamental para a investigação cultural.

Como Chartier indica, a construção de significado em um livro pode ultrapassar as noções de “representação, prática e apropriação” (Chartier, 2002, p. 27). Essa ampliação das fronteiras conceituais possibilita uma abordagem mais rica e abrangente na pesquisa histórica com uma perspectiva literária. No contexto específico da análise das representações das personagens de Rios nos documentos examinados, esse enfoque oferece uma base teórica sólida

para explorar as camadas de significado, práticas culturais e apropriações presentes nas narrativas literárias.

A leitura de obras da autora em estudo é essencial para compreender as mensagens presentes nos textos literários que foram analisados pelos censores do regime, os quais consideravam tais mensagens prejudiciais à sociedade brasileira, além da possibilidade de enxergar nuances de realidade dentro da obra de Rios, como por exemplo, a possível referência ao *Ferro's Bar*, estabelecimento que permitia a sociabilidade lésbica na cidade de São Paulo no mesmo período em que *Marcella* foi publicado.

Ademais, a censura imposta aos livros de Cassandra Rios durante a ditadura militar resulta na dificuldade contemporânea de acessar alguns dos mais de 40 títulos publicados pela escritora. No entanto, talvez seja ainda mais impactante o cerceamento da academia e das instituições que compõem o cânone literário brasileiro, negando a Cassandra o direito de ser referenciada nos manuais de literatura como a escritora mais popular da segunda metade do século XX (Almeida, 2019). Esse boicote decorre das restrições impostas à temática central de sua obra: a homossexualidade feminina.

Segundo Almeida (2019, p. 15) “O ser mulher lésbica implica um duplo silenciamento que se vale do aparato discursivo sobre a sexualidade para construir um consenso de irrelevância e imoralidade em torno das demandas desse grupo social”. Nesse sentido, a condição de ser mulher, lésbica e escritora resulta, em última instância, em um triplo silenciamento, pois, além dos dois primeiros, segundo Almeida (2019), acrescenta-se o silenciamento artístico.

Mas, dentro das estruturas que permeiam conceitos complexos como silenciamento, memória e esquecimento, a quem interessa o esquecimento ao nome de Cassandra Rios, artista mais censurada durante a ditadura-civil militar?

3.3 O esquecimento como política

As respostas a essas perguntas se encontram implicitamente nas notícias de jornais que compõe as fontes que norteiam este trabalho e entre os textos lidos, sob a perspectiva de compreender como uma artista relevante e noticiada em várias partes do país se tornou esquecida, não faz parte da memória nacional quando se refere aos escritores mais censurados durante a ditadura civil-militar. Para endossar essa reflexão, cabe a leitura da notícia abaixo:

Em 1977 circulou no eixo Rio-São Paulo um manifesto, contendo 1.046 assinaturas de intelectuais contra a censura. Entre os signatários esteve Jeferson Ribeiro de Andrade ("Um Homem Bebe Cerveja no Bar do Odilon"), que recorda haverem sido citadas, como vítimas dos censores de época, obras de Ignácio Loyola de Brandão, José Louzeiro, Cassandra Rios e Rubem Fonseca. O redator final do texto foi Fábio Lucas, hoje presidindo o Instituto Nacional do Livro após ter sido presidente da União Brasileira de Escritores. Andrade lembra que o documento, ao chegar de mãos do então ministro de Justiça, Armando Falcão, não continha mais o nome de Cassandra. A romancista fora censurada por um dos encaminhadores a assinantes do texto ao ministro, sob a desculpa esfarrapada de que não se tratava de "escritora séria". Quer dizer: censura é como pimenta, só arde na gente, pelo menos em certos setores esquerdizantes. Devem ser da mesma espécie de "intelectuais" que, hoje, se manifestam favoráveis à censura ao Jean-Luc Godard de "Je Vous Salue, Marie" e ao Sylvester Stallone de "Cobra". Na pele dos outros tal pimenta é como se fosse refresco. Uma graça, não fora trágico. (Diário do Pará, PA, nº 1196, 28 e 29/09/1986)

Escrita por Acyr Castro (1934-)⁴⁰ para o *Diário do Pará*⁴¹, a coluna acima versa sobre o chamado *Manifesto dos Mil* ou *Manifesto dos Intelectuais* que, em 1977, contendo 1.046 assinaturas de intelectuais e artistas brasileiros de diversas linguagens artísticas foi enviado ao Ministério da Justiça apelando pelo fim da dura atividade censória que perseguia a liberdade de expressão no Brasil. Cassandra Rios, perseguida pela censura desde antes da ditadura civil-militar ter início em 1964, assina o corpo do abaixo-assinado. Contudo, seu nome foi apagado antes que o documento chegasse às mãos do Ministro da Justiça Armando Falcão.

Para Mantovani (2019), o fato exposto na nota acima é um ponto notável e digno de destaque no que diz respeito à sexualidade como subversão na obra de Rios, pois mostra com clareza a recusa por parte dos intelectuais e renomados nomes da literatura em reconhecê-la como escritora. No decorrer do Manifesto, cujo objetivo era se opor à proibição de mais de quatrocentos livros de escritores tanto nacionais quanto internacionais, a controversa abordagem da sexualidade pela autora, naquela ocasião, estava restrita em termos de reconhecimento, sendo notada principalmente pelo êxito nas listas de vendas.

Conforme Vieira (2014), o referido manifesto teve sua origem em uma mesa de bar em Belo Horizonte, sendo inicialmente redigido por Jeferson Ribeiro de Andrade⁴² e posteriormente finalizado por Fábio Lucas⁴³, escritor e crítico. A coordenação do manifesto

⁴⁰ Crítico de cinema paraense.

⁴¹ Embora se possa julgar pelo nome do periódico, o jornal não faz parte do grupo *Diários Associados* de Assis Chateaubriand. Mas sim, conforme consta na pesquisa de Silva (2012), o *Diário do Pará* possui outra trajetória e história de fundação, pois foi criado pelo político e jornalista Laércio Barbalho em 1982, desempenhando o papel de meio de comunicação durante a campanha política de seu filho, o então ex-deputado federal Jader Barbalho, que na ocasião concorria ao cargo de governador do Estado do Pará.

⁴² Segundo a pesquisa de Vieira (2014), Jeferson Ribeiro de Andrade (1947-2013) nasceu em Paraguaçu-MG, em 1947, e alcançou reconhecimento nacional após escrever mais de quinze livros. Sua notoriedade ganhou destaque especialmente após sua participação no periódico "O Pasquim".

⁴³ Nascido em Esmeraldas-MG, em 1931, Fábio Lucas recebeu o Prêmio Jabuti de Literatura em 1970 e desempenhou o papel de diretor do Instituto Nacional do Livro em 1986. Além disso, atuou como professor em diversas universidades no Brasil e foi membro da Associação Brasileira de Crítica Literária (Vieira, 2014).

também contou com a participação de autores renomados, incluindo Rubem Fonseca (1925-2020), Lygia Fagundes Telles (1918-2022), Nélida Piñon (1937-2022), Hélio Silva (1904-1995) e José Louzeiro (1932-2017). A entrega do manifesto foi realizada pelo ator Walmor Chagas (1930-2013).

Cabe explicar que a expansão das práticas de censura, que restringiam a liberdade de pensamento, criação e difusão de obras literárias, peças teatrais, filmes e músicas, está relacionada à criação do Centro de Operações de Defesa Interna (CODI) e do Destacamento de Operações de Informações (DOI) em 1969 (Vieira, 2014). Essas entidades foram unificadas em 1970, dando origem ao Sistema Doi-Codi.

Ademais, em janeiro de 1970, o Decreto 1077/70 foi publicado, ampliando a censura prévia para todo o mercado editorial. Esse decreto determinava que a análise das ideias deveria ocorrer antes da publicação ou difusão, sendo realizada pelo Conselho Superior de Censura, como já foi mencionado. A submissão do manifesto pelos artistas gerou uma sequência de desacordos entre o Ministério da Justiça, sob a liderança de Armando Falcão, e o Departamento da Polícia Federal, dirigido por Moacyr Coelho (Vieira, 2014). Nota-se que Moacyr Coelho assina como um dos remetentes de uma das correspondências que abordam Cassandra Rios neste estudo.

No protesto contra a censura, intelectuais e artistas exortaram o Ministério da Justiça a revogar imediatamente as restrições impostas. Mas, quanto a censura a livros, o assessor do Ministro da Justiça respondeu: “os métodos atualmente postos em prática para a censura de livros e jornais não deverão ser alterados, porquanto o único trabalho existente objetivamente a uma reformulação dos procedimentos diz respeito apenas a diversões públicas” (GARCIA, 2009, p. 48 *apud* Vieira, 2014, p.43). Isto é, a reivindicação do *Manifesto dos Mil* não foi acatada.

Em entrevista à *Folha de São Paulo* em 1999, a escritora Lygia Fagundes Telles relatou que o objetivo do *Manifesto dos Intelectuais* era mobilizar a opinião pública e sensibilizar o Ministro da Justiça quanto a censura sofrida pelos artistas e jornalistas no Brasil, pois a censura avançava excessivamente sobre o teatro, o cinema, as artes plásticas, livros e jornais, como podemos ler em um fragmento da entrevista:

O movimento de Belo Horizonte acabou liderando grupos esparsos de São Paulo e do Rio, que tinha à frente Rubem Fonseca e José Louzeiro. Eu me sentia dentro de uma nova inconfidência, de origem mineira e âmbito nacional.

Folha - Que tipo de coisa era alvo da censura?

Lygia - Houve a proibição da transmissão pela TV do balé Bolshoi. Mais de 400 textos teatrais foram cancelados nesse período porque achavam que eles subvertiam a ordem.

Eles tinham horror, por exemplo, a temas que se referiam a uso de tóxicos, a padres que abandonavam o sacerdócio ou a temas que se referiam a casamentos desfeitos. Folha - Vocês temiam represálias?
Lygia - Sabíamos da tortura, exílio e cassações. A nossa estratégia era a do silêncio, para que quando chegássemos ao Ministério da Justiça, o manifesto tivesse a maior repercussão.

Lygia Fagundes Telles não menciona Cassandra Rios na entrevista.

Em clara ação de silenciamento, pois como escreveu Acyr Castro ao *Diário do Pará* “a romancista fora censurada por um dos encaminhadores a assinantes do texto ao ministro, sob a desculpa esfarrapada de que não se tratava de ‘escritora séria’”. Podemos concordar, então, com o que dizem as pesquisadoras Binah, Silva e Lenzi (2019, p. 203) que “a ideia de que a matriz heterossexual que estrutura o patriarcado ocidental é a única possível, frequentemente empurra mulheres lésbicas ao gênero masculino para justificar agressões, exclusões e silenciamentos”.

O esquecimento ao qual não foram submetidas escritoras brasileiras, como Rachel de Queiroz, Lygia Fagundes Telles e Clarice Lispector, é notável, especialmente considerando que todas elas retrataram protagonistas femininas (Holanda *et al.*, 2015). Apesar de essas autoras desviarem do estereótipo convencional da mulher/esposa, por não terem filhos e/ou terem passado por separações, Cassandra Rios enfrentou um esquecimento ainda mais acentuado. Além de desafiar as normas sociais da época, era uma mulher homossexual assumida em um período em que os direitos da população LGBTQIA+ ainda não eram abordados pelos movimentos sociais brasileiros, pois aderiam às noções moralistas, homofóbicas, conservadoras (Green; Quinalha, 2021).

Ainda nesse contexto que envolve o *Manifesto dos Mil*, um ano após à assinatura deste, podemos ler uma interessante reflexão nesta entrevista de que o escritor Jorge Amado deu ao *Dário de Pernambuco*, em que cita Cassandra Rios:

Jorge Amado elogia o romance brasileiro
[...]

Jorge Amado, o consagrado romancista brasileiro autor de “Dona Flor e seus Dois Maridos”, “Tenda dos Milagres”, “Terras do Sem Fim” e “Gabriela”, considera que o romance brasileiro não está em decadência. Ele afirma que assim como o País – “que apesar dos pesares cresceu muito” - o romance tem se desenvolvido bastante, evitando, no entanto, citar nomes importantes, “para evitar injustiças”. “Hoje temos um grande número de escritores, sobretudo romancistas, de muita importância. Se você me entrevistasse antes da Guerra” - ressaltou – “seria muito fácil citar nomes, mas hoje é impossível. Temos várias gerações de bons escritores”. Com referência a sua geração citou os nomes de Adonias Filho, Antônio Callado, Carlos Heitor Cony, Raquel de Queiroz e Clarice Lispector. Ele acredita que as restrições que são feitas a Cassandra Rios – uma escritora que tem sido vista, em alguns círculos literários brasileiros como “imoral” e “marginal” - dizem respeito ao tema utilizado por ela, e considerados aberrações sexuais. Com o que Jorge Amado, aliás, não concorda.

Segundo ele, “ninguém pode dizer a um escritor sobre que tema específico ele tem que falar, como falar de que - ressalta Jorge Amado - acontece o mesmo que se verificou com os escritores portugueses da época do salazarismo. Naquele tempo, o intelectual era obrigado a estabelecer uma autocensura”.

DOIS ESCRITORES

Jorge Amado referiu-se especialmente a dois escritores brasileiros: Campos de Carvalho e Cassandra Rios. A respeito do primeiro, esclareceu que desde 1953, com o romance “A Lua Vem da Asia” (que está sendo publicado em Paris com prefácio de Jorge Amado), antecipou-se ao que se faz hoje na América Latina.

Sobre Cassandra Rios, falou mais demoradamente. A princípio ressaltou que esta controvertida escritora brasileira “é muito boa”. A seguir, estranhou porque “ninguém protesta quando os livros dela são censurados”.

“Há alguns dias - disse - li uma entrevista de Cassandra, onde ela dizia que uma grande parte dos seus livros continuam sem ser editados, pois estão todos censurados. Veja que absurdo. E ninguém diz nada. No entanto, quando outros escritores sofrem esse tipo de imposição, logo um grande número se levanta no País, com protestos e reclamações. O que, aliás, acho bom e compreensível. Eu mesmo me levanto sempre. Sempre crítico a censura. Lembro-me, por exemplo, do movimento que os intelectuais fizeram quando os livros “Feliz Ano Novo”, de Rubem Fonseca “Zero”, de Inácio de Lovola, foram censurados. Porém não escuto nada a respeito de censura que vem sendo imposta a Cassandra Rios”.

PROFISSIONALISMO

Amado considera, inclusive, uma das qualidades da Cassandra é “ser profissional. Daí porque a injustiça é maior e mais grave quando ela é censurada. Ela vive dos direitos autorais. Inclusive, a crítica brasileira é discriminatória quando afirma que somente eu e Érico Veríssimo, quando estava vivo, temos condições de sobreviver com os nossos direitos autorais. Cassandra Rios também. Cassandra sempre viveu dos seus direitos autorais. Foi com eles que construiu sua vida.” (Diário de Pernambuco, PE, nº 00020, 21/10/1978)

Nessa entrevista, Jorge Amado expressa a crença de que as restrições enfrentadas por Cassandra Rios, considerada por alguns como “imoral” e “marginal” em certos círculos literários brasileiros, estão relacionadas ao tema por ela abordado, especialmente as consideradas aberrações sexuais. Ele discorda dessa visão, afirmando que nenhum escritor deve ser ditado sobre qual tema deve abordar, destacando que isso reflete uma situação semelhante à que os escritores portugueses enfrentavam durante o salazarismo – regime totalitário português – onde o intelectual era compelido a exercer uma autocensura. Portanto, em entrevista ao *Diário de Pernambuco*, Jorge Amado defende a liberdade criativa e a autonomia do escritor na escolha de seus temas.

Jorge Amado destaca, ainda, que parte dos livros de Cassandra Rios permanecia inédita porque todos foram submetidos à censura. Amado expressa indignação com essa situação, classificando-a como absurda. Além disso, ele observa uma aparente falta de reação ou protesto em relação à censura que Cassandra Rios enfrenta. A crítica centraliza-se na discrepância de tratamento: enquanto outros escritores que enfrentam imposições semelhantes recebem amplo apoio com protestos e reclamações, Odete Rios parece ser negligenciada ou ignorada diante das

restrições impostas à sua obra. Sugerindo certa seletividade nas respostas da sociedade diante da censura literária, ressaltando a necessidade de um posicionamento mais consistente em defesa da liberdade de expressão para todos os escritores, pois “ninguém protesta quando os livros dela são censurados”.

Além disso, Jorge Amado observa que a crítica brasileira é discriminatória ao afirmar que somente ele e o escritor Érico Veríssimo, já falecido, possuíam condições de sobreviver financeiramente de direitos autorais, destacando que “Cassandra sempre viveu dos seus direitos autorais. Foi com eles que construiu sua vida”, em concordância com o que aponta Vieira (2014). Isso sugere uma crítica à falta de reconhecimento igualitário no tratamento dos escritores brasileiros pela crítica e pelo público.

A frase “ninguém protesta quando os livros dela são censurados” indica o silenciamento do público diante da censura imposta à Rios, mesmo quando esta assina um documento contra a censura exercida pelo Estado. O apagamento à Cassandra está vinculado à marginalização da autora e à discriminação mencionada anteriormente, refletindo falta de apoio ou conscientização em relação aos desafios específicos que ela enfrentou em sua carreira literária devido à censura.

Mas, quando o silenciamento se transforma em esquecimento? Quais os limites que se empregam enquanto temos o esquecimento como uma política? Decerto, ao observarmos no enredo que permeia a história de Cassandra Rios, sobretudo no episódio do apagamento de seu nome em um Manifesto contra a censura, foi empregado uma forma de controle da narrativa, com implicações significativas na compreensão da questão lésbica no período da ditadura civil-militar. Para Michel Johann (2010, p.15),

A política do esquecimento não seria o negativo de uma política da memória? Sob quais condições podemos dizer que a instrumentalização do esquecimento pode advir de uma anti-política da memória ou de uma política da anti-memória? Toda a expressão do esquecimento pode se assemelhar a uma anti-política da memória? Quais são os objetivos almejados pelas autoridades públicas ao recorrerem ao instrumento do esquecimento?

A citação acima faz uma reflexão sobre a relação entre a política do esquecimento e a política da memória. Johann questiona se a política do esquecimento é simplesmente o oposto negativo da política da memória. Explorando aí, a ideia de que a instrumentalização do esquecimento pode derivar de uma abordagem *anti-política* da memória ou de uma política da *anti-memória*, indicando uma negação ativa ou uma oposição deliberada aos processos de preservação histórica.

O questionamento sobre se toda expressão do esquecimento se assemelha a uma *anti-política* da memória sugere uma consideração mais ampla sobre como o esquecimento é empregado e se isso sempre implica uma rejeição consciente da lembrança histórica. Ao abordar os objetivos almejados pelas autoridades públicas ao recorrerem ao instrumento do esquecimento, a questão destaca a intenção por trás da escolha de esquecer certos eventos ou informações. Isso pode incluir a preservação de uma narrativa específica, a mitigação de responsabilidades passadas, a manutenção da estabilidade social ou outras motivações estratégicas.

Em resumo, Johann (2010) aborda as complexidades e nuances envolvidas na relação entre esquecimento e memória, explorando as possíveis motivações por trás da escolha de esquecer em contextos políticos e sociais. Assim, não é possível indagar sobre as políticas de esquecimento sem antes investigarmos como as memórias são construídas, qual a sua função e a quem as interessa. Portanto, nos valemos aqui do teórico Pollak (1989, p. 9), no que se refere a “estudar as memórias coletivas fortemente constituídas, como a memória nacional, implica preliminarmente a análise de sua função. A memória, essa operação coletiva dos acontecimentos e das interpretações do passado que se quer salvaguardar”

Destaca-se, então, a importância de estudar memórias coletivas fortemente estabelecidas, especialmente no contexto da memória nacional. Mas, antes de qualquer análise mais aprofundada, é crucial compreender a função dessas memórias. Conforme Pollak (1989), a memória é descrita como uma operação coletiva que envolve eventos passados e interpretações associadas a eles, sendo uma atividade que a comunidade deseja preservar ou proteger. Essa preservação da memória coletiva é vista como um processo significativo, e a citação implica que sua análise deve levar em consideração não apenas os eventos em si, mas também as interpretações que a comunidade busca manter ao longo do tempo. Assim, “há uma permanente interação entre o vivido e o aprendido, o vivido e o transmitido. E essas constatações se aplicam a toda forma de memória, individual e coletiva, familiar, nacional e de pequenos grupos” (POLLAK, 1989, p. 9).

Enfatiza-se a existência de uma interação constante entre experiências vividas, o conhecimento adquirido, e entre o que é vivenciado e o que é transmitido. Essa observação é considerada válida para todos os tipos de memória, abrangendo tanto a memória individual quanto a coletiva, incluindo memórias familiares, nacionais e de pequenos grupos. Em essência, a ideia é que a memória é moldada pela inter-relação dinâmica entre as experiências vividas pelas pessoas, o conhecimento que adquirem e a transmissão dessas experiências e conhecimentos aos outros.

A memória coletiva refere-se às memórias compartilhadas por um grupo ou comunidade, muitas vezes relacionadas a eventos significativos, tradições, símbolos ou experiências comuns. Essas memórias são transmitidas ao longo do tempo, de geração em geração, e contribuem para a formação da identidade coletiva de uma comunidade. A memória coletiva desempenha um papel crucial na construção de narrativas históricas, na preservação da cultura e na coesão social, uma vez que fornece um senso compartilhado de identidade e pertencimento a um grupo específico.

A política do esquecimento e a memória coletiva se relacionam de forma complexa e muitas vezes está ligada à forma como uma sociedade lida com seu passado, especialmente em relação a eventos traumáticos ou períodos de repressão política. Isto é, em um contexto pós ditadura civil-militar, a tensão entre esses dois elementos pode ser particularmente intensa, já que diferentes atores sociais e políticos têm interesses variados em relação ao modo como o passado é lembrado ou esquecido. Mas, segundo Maria Leticia M. Ferreira (2011, p. 110), “memória e esquecimento longe de serem pares opostos são na verdade complementares” pois, a criação de novas memórias, é possível notar o contínuo e essencial processo de esquecimento de outras.

O esquecimento, da mesma forma que a memória, não é apenas uma decisão pessoal, mas também coletiva (Motta, 2012). Entender o que esquecemos e por quê é um elemento de extrema importância ao analisar as permanências de determinadas conjecturas.

Assim, se a memória é uma construção que envolve problemáticas que abrangem demandas do Estado, o atual desconhecimento do nome de Cassandra Rios como a artista mais censurada da ditadura civil-militar no Brasil foi orquestrada por valores atravessados pela heteronormatividade compulsória, revestida pela defesa da moral e dos bons costumes, bem como o não reconhecimento de sua obra como relevante para a literatura nacional, invocada por padrões estéticos igualmente embebidos pelo conservadorismo como premissa (Rago, 2013).

Segundo Almeida (2019), Cassandra Rios, assim como todo artista que elabora um projeto literário, tinha plena consciência de sua responsabilidade social enquanto escritora. Ela compreendia que sua escrita desempenhava um papel significativo na sociedade brasileira, especialmente para um grupo minoritário em termos de representação, mas numericamente expressivo. A forma como a crítica e o cânone literário brasileiros recebiam as obras de Cassandra Rios evidencia a existência de um preconceito, revelando o quanto o controle discursivo heteronormativo na cultura brasileira influencia as escolhas relativas à valorização de escritores e obras.

Atravessada por questões de gênero, Cassandra Rios foi protagonista da sua narrativa, à vista ao mesmo tempo que “o poder masculino é exercido em diferentes domínios e assume formas variadas para o controle e a repressão das mulheres” (Lessa, 2007, p. 98). O discurso heteronormativo presente na cultura brasileira, nas políticas presumidas na ditadura civil-militar, na intimação de Rios à delegacia após a publicação de *Eudemonia* no governo Vargas, na recusa da mãe em ler os livros da filha, fazem parte do cenário que neblina a obra de Cassandra Rios. Em suma, o esquecimento da obra e nome da escritora Cassandra Rios como artista mais censurada da ditadura civil-militar é justificada e apoiada em uma longa duração do pensamento conservador no Brasil.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Analisar os argumentos e discursos censórios que constam nas fontes coletadas para a produção deste trabalho, entre as cartas e os recortes de jornais, nos levaram à percepção do discurso de defesa da moral e dos bons costumes para além do panorama da ditadura civil-militar. Sabíamos que o discurso pela defesa dos princípios da família tradicional brasileira serviu para justificar a censura às diversões públicas e à literatura nacional e estrangeira que chegava ao país. Mas as fontes mostraram algo maior, como constatamos após a leitura da coluna escrita pelo alagoano Valdemar Cavalcanti ao *Correio Brasiliense* em 1962.

Denotando que Cassandra Rios sofreu com a censura desde antes do golpe de Estado de 1964 por afrontar o formato de família desejável para o Brasil, sendo protagonista de perseguição por décadas, pois, com os seus livros dava vida à personagens femininos que sentiam amor e prazer com outras mulheres.

Assim, o “conservadorismo moral não pode ser reduzido ao anticomunismo” (Brito, 2019, p.15). Visto que o conservadorismo moral, como vimos, é uma posição ou conjunto de valores, que não deve ser simplificado ou limitado apenas à oposição ao comunismo no contexto da Guerra Fria na qual se contextualiza a ditadura civil-militar no Brasil.

Isto é, Brito (2019) defende a ideia de que há outras dimensões e questões envolvidas no conservadorismo moral que não estão exclusivamente ligadas a uma postura anticomunista. Fundamentando a prerrogativa da defesa da moral e dos bons costumes ao longo do tempo, bem como o ideal de constituição de família estabelecido no texto bíblico e seguido como molde para a construção de uma sociedade cristã. Desse modo, o que há em comum entre as notícias dos livros recolhidos na livraria em Brasília em 1962 e a notícia do assassinato da mulher transsexual no interior do Maranhão em 2018 é o atravessamento do paradigma do gênero, dos papéis que foram construídos balizados em moldes rígidos, que, com efeito, consideram as outras possibilidades de amor e sexualidade como desvio.

Por isso, o uso da História do Tempo Presente como abordagem historiográfica neste estudo, serviu como apoio na interpretação desses eventos históricos recentes, presentes na memória viva das pessoas ou em um passado recém-ocorrido, pois lida com a implicação de conjunturas que têm, em essência, um *caráter infundável*.

Sendo uma abordagem historiográfica desafiadora, porque lida com eventos que ainda estão em andamento ou são muito recentes, o que significa que, muitas vezes, há uma falta de distanciamento histórico necessário para uma análise mais objetiva. Ao mesmo passo que a História do Tempo Presente é valiosa porque nos ofereceu uma compreensão mais imediata e

relevante de como eventos recentes moldaram o mundo em que vivemos. Ao destacar, também, a interconexão entre o passado e o presente, enfatizando a maneira que eventos históricos continuam a ter impacto duradouro nas sociedades contemporâneas.

Daí, a dificuldade de empreender uma investigação historiográfica abordando temas sensíveis e permanentes no tempo. As fontes delimitaram o recorte da pesquisa, mas os conceitos que emergiram dessa ação e as reflexões que flutuaram daí, se posicionaram como problemáticas que podem despontar caminhos para pesquisas futuras.

A isso, vale comentarmos as implicações entre a abordagem historiográfica escolhida e as inferências teóricas que convergiram, como os pressupostos da discussão entre construção de memória e políticas de esquecimento. Além, da curiosidade de investigar como as políticas pós-censura, após ditadura civil-militar no Brasil, lidaram com as questões de gênero e o conservadorismo que permanece, porque está arraigado à população brasileira.

Além disso, dentre as dificuldades encontradas, a principal delas se segue ao esquecimento dado à escritora Cassandra Rios como “artista mais censurada durante a ditadura civil-militar” (BRASIL, 2014, p. 294). Pois seus livros não tiveram reedições nem no formato de livro físico ou nos formatos digitais (como *e-book* e *e-pub*), o que se impõe como um empecilho na análise da sua obra na perspectiva de estudar História e Literatura, dado o obstáculo de conseguir os livros físicos publicados entre as décadas de 1950 e 1980 que sobreviveram às determinações de apreensão e incineração do Ministério da Justiça à época.

Por isso, quando houve a necessidade de se aprofundar em algum dos títulos da autora, foi necessário ampliar as leituras de pesquisadores que estudaram esses livros anteriormente. Como o caso do romance *Volúpia do Pecado* (1948), o primeiro livro publicado por Cassandra, que obteve grande êxito de vendas, mas que, atualmente, não está nas prateleiras das livrarias.

Nesse sentido, é possível tatear a sensibilidade que há entre as questões que perpassam a construção da memória e esquecimento. Na latente ausência do nome de Cassandra (das poucas brasileiras a viver de direitos autorais no período em que publicou – mesmo com a dificuldade de driblar a censura) do *Manifesto dos Mil* pelo fim da censura literária é irremediavelmente simbólica. Pois quando não foi levada à delegacia para esclarecimentos e intimidação, Rios foi censurada pelos seus pares.

Por isso, para a construção da memória e história da minoria LGBTQIA+ vale a revisitação do passado recente, de dar nomes e se fazer lembrar as pessoas que protagonizaram, muitas vezes, lutas solitárias para seguirem em vida, quando a conjuntura política se impunha em afirmar que não havia saída para o amor entre pessoas do mesmo sexo.

Em suma, as políticas de invisibilidade, perseguição e morte aos gêneros considerados desviantes, balizada por preceitos cristãos não foram superados, pois enquanto se finaliza a escrita desse trabalho, o fim do casamento homoafetivo, que era um direito assegurado à população LGBTQIA+ no Brasil desde 2011, passou a correr o risco de ser proibido. Devido a articulação da bancada religiosa da Câmara dos Deputados, sob a justificativa de

“A relação homossexual não proporciona à sociedade a eficácia especial da procriação, que justifica a regulamentação na forma de casamento e a sua consequente proteção especial pelo Estado”, disse. “Tentar estender o regime de casamento aos homossexuais é uma tentativa vã de mudar a realidade através de leis”⁴⁴ (LOURES, 2023)

Observa-se a permanência do discurso religioso dos parlamentares eleitos pelo povo brasileiro. Isto é, representantes da população que concordam com posicionamentos conservadores como este. Não obstante, o Brasil infelizmente ostenta o título de país que mais mata LGBTQIA+ no mundo (Congresso em Foco, 2023), conforme registrado pelo *Grupo Gay da Bahia* (GGB), o país mantém sua posição no topo da lista de nações com os maiores índices de homicídios de pessoas lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transgêneros. Segundo o levantamento do GGB, ao menos 256 indivíduos dessa comunidade foram vítimas de morte violenta em 2022. Uma análise detalhada do noticiário revelou a ocorrência de 242 homicídios e 14 suicídios ao longo do último ano, representando uma média de uma morte a cada 34 horas.

Uma morte a cada 34 horas.

A cada 34 horas uma morte.

Então, a quem cabe o esquecimento da obra de Cassandra?

Essa indagação norteou essa pesquisa que se pretendeu estudar Cassandra Rios sob os vieses da marginalidade, da censura e do gênero, pois desconsiderada pelo cânone nacional, sendo esquecida subsequentemente, agora, à luz da História do Tempo Presente, podemos compreender tais fatos sob a perspectiva da permanência de conjunturas que não são facilmente rompidas, como o caso do pensamento conservador brasileiro.

Encontramos em Green e Quinalha (2021) a associação entre a defesa dos direitos das pessoas LGBTQIA+ e a defesa dos princípios democráticos, o que nos permitem ratificar que o nome de Cassandra Rios não deve ser esquecido da memória nacional de um país que se pretenda justo e igualitário para todos os seus cidadãos.

⁴⁴ Fala do deputado Pastor Eurico (PL-PE), apresentado ao Projeto de Lei 580/07 e aos textos apensados a ele. O parecer recebeu 12 votos favoráveis e cinco contrários. A proposta ainda será analisada nas comissões de Direitos Humanos, Minorias e Igualdade Racial; e de Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJ). Se for aprovada, seguirá para o Senado.

FONTES

Correio Braziliense, DF n° 4736, 1975.
 Correio Braziliense, DF, n° 592, 10/02/1962.
 Correio da Manhã, RJ, n° 21456, 16/03/1963.
 Correio da Manhã, RJ, n° 22784, 15/07/1967.
 Diário da Tarde, PR, n° 20151, 18/09/1959.
 Diário da Tarde, PR, n° 22679, 03/11/1975.
 Diário de Pernambuco, PE, n° 00020, 21/10/1978
 Diário de Pernambuco, PE, n° 240, 04/09/1981.
 Diário do Pará, PA, n° 1196, 28 e 29/09/1986.
 Jornal do Brasil, RJ, n° 106, 08/08/1970.
 Jornal do Brasil, RJ, n° 242, 06/12/195.
 Jornal do Comércio, AM, n° 20539, 30/10/1970.
 Jornal do Comércio, AM, n° 20571, 08/12/1970
 Jornal do Comércio, AM, n° 22117, 1976.
 O Jornal, RJ, n° 12199, 14/06/1960.
 O Jornal, RJ, n° 15634, 20/09/1972.
 Última Hora, PR, n° 650, 08/07/1963.
 Última Hora, PR, n° 677, 08/08/1963.
 RIOS, Cassandra. **Copacabana Posto 6 – A madrasta**. São Paulo: Distribuidora de Livros São Nicolau LTDA., 1969.
 RIOS, Cassandra. **Marcella**. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1975.
 RIOS, Cassandra. **Uma mulher diferente**. Rio de Janeiro: Distribuidora Record, 1980.

REFERÊNCIAS

ACYR CASTRO. **Cinemateca Paraense**. Disponível em: <https://cinematecaparaense.wordpress.com/catalogo/criticos/acyr-castro/> Acesso em: 23/11/23.

ALMEIDA, Sherry M. J. de. De Cassandra Rios ou da censura pelo cânone brasileiro. **Anais do IV Seminário Internacional Desfazendo Gênero**, Recife, 2019.

ANDRADE, Andreza de O. Gênero e história das mulheres: diálogos conceituais. **ANPUH-PB**, 2009, p.1-16.

ARMANDO Falcão. Biografia. **Câmara dos Deputados**. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/deputados/131184/biografia> Acesso em: 27/08/2023.

BÍBLIA. Português. **Bíblia Sagrada**: Edição Católica. Tradução de Ir. Inês Helena Francisquini. Luanda – Angola: Sociedade Bíblica em Angola, 2003.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. 11 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.
 BRASIL. Comissão Nacional da Verdade. **Relatório**. Textos Temáticos. vol II. dezembro de 2014.

BRITO, Antônio M. F. “Um verdadeiro bacanal, uma coisa estúpida”: anticomunismo, sexualidade e juventude no tempo da ditadura. **Anos 90**, Porto Alegre, v. 26, 2019, p. 1-22.

CAMPOS, João P. de. Governo quer censurar rap de Gabriel O Pensador que ataca Temer? São Paulo, **Veja**, 26 out. 2017. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/me-engana-que-eu-posto/governo-quer-censurar-rap-de-gabriel-o-pensador-que-ataca-temer/> Acesso em: 25/08/2022.

CARNEIRO, Ana Marília. Censura, homossexualidades e resistência na narrativa cinematográfica de Cassandra Rios: a safo de Perdizes (2013). In: DELLAMORE, Carolina; AMATO, Gabriel; BATISTA, Natália (orgs.). **A ditadura na tela: o cinema documentário e as memórias do regime militar brasileiro**. Belo Horizonte: Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, 2018.

CARNEIRO, Ana Marília. **Signos da política, representações da subversão: a Divisão de Censura de Diversões Públicas na ditadura militar**. Dissertação (Mestrado em História) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais, 2013.

CARRARA, Sérgio. Moralidades, racionalidades e políticas sexuais no Brasil contemporâneo. **Mana**, v. 21, n° 2, 2015, p. 323-345.

CECCARELLI, Paulo R. A invenção da homossexualidade. **Bagoas – Estudos gays: gêneros e sexualidades**, Rio Grande do Norte, v. 2, n° 2, 2008, p. 71-93, 2008.

CHAMMAS, Eduardo Zayat. **A ditadura militar e a grande imprensa: os editoriais do Jornal do Brasil e do Correio da Manhã entre 1964 e 1968**. Dissertação (Mestrado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2012.

CHARTIER, Roger. **À beira da falésia: a história entre certezas e inquietude**. 1ed. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2002.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 5, n° 11, jan. 1991, p. 173–191.

CHAVES, Luís de G. M. Minorias e seu estudo no Brasil. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 1, n° 1, 1970, p. 149-168.

CORTECERTU, Jair dos Santos. Cassandra Rios desafiou censura para se tornar a primeira brasileira a vender 1 milhão de livros e educar uma geração. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 8 mar. 2018. Disponível em: <http://acervofolha.blogfolha.uol.com.br/2018/03/08/cassandra-rios-desafiou-censura-para-se-tornar-a-primeira-brasileira-a-vender-1-milhao-de-livros-e-educar-uma-geracao/>. Acesso em: 7 abr. 2018.

CRUZ, Heloísa de F.; PEIXOTO, Maria do Rosário da C. Na oficina do historiador: conversas sobre a História e a imprensa. **Projeto História**, São Paulo, n° 35, dez. 2007, p. 253-270.

DARNTON, Robert. **Censores em ação: como os Estados influenciaram a literatura**. Companhia das Letras: São Paulo, 2016.

DIAS, Mariane B. **Jornalismo cultural e contestação: uma análise do livro Nicoleta Ninfeta de Cassandra Rios**. Monografia (Graduação em Comunicação Social – Jornalismo), Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação, 2012.

DOSSE, François. História do Tempo Presente e Historiografia. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 4, nº1, 2012, p. 5-22.

FAUSTO Cunha. **UFRN SISBI** – Sistema de Bibliotecas. Disponível em: <https://acervo.ufrn.br/Author/Home?author=Cunha%2C+Fausto%2C> Acesso em: 01/09/2023.

FERNANDES, Marisa. Lésbicas e a ditadura militar: uma luta contra a opressão e por liberdade. In: Green, James N.; QUINALHA, Renan. (org.) **Ditadura e Homossexualidades: repressão, resistência e a busca da verdade**. São Carlos: EdUFSCAR, 2021.

FERNANDO Jorge. **Biografia Fernando Jorge**. Disponível em: <https://fernandojorge.com/biografia/> Acesso: 08/10/23.

FERREIRA, Antonio Celso. A fonte fecunda. In: PINSKY, Carla B.; LUCA, Tania R. (orgs.). **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Editora Contexto, 2009.

FERREIRA, Maria Leticia M. Políticas da memória e políticas do esquecimento. **Aurora**, São Paulo, nº 10, 2011, p. 102-118.

FICO, Carlos. “Prezada censura”: cartas ao regime militar. **Topoi**, Rio de Janeiro, vol. 3. nº 5, jul-dez, 2002, p. 251-286.

FICO, Carlos. **Como eles agiam: os subterrâneos da ditadura militar**. Rio de Janeiro: Record, 2001.

FICO, Carlos. História do Tempo Presente, eventos traumáticos e documentos sensíveis - o caso brasileiro. **Varia História**, Belo Horizonte, 2012, p. 43-59.

FICO, Carlos. Versões e controvérsias sobre 1964 e a ditadura militar. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 24, nº47, 2004, p. 29-60

FIORATTI, Gustavo. As páginas proibidas: lista de livros censurados pelos militares após o AI-5 revela critérios de apreensão. **Revista Pesquisa FAPESP**, São Paulo, v. 199, set 2012. p. 82-85.

FOCO, Congresso em. Um LGBTI+ é assassinado a cada 34 horas no país, aponta relatório: Brasil é o país com mais mortes violentas de LGBTIs+. **CUT – Central Única dos Trabalhadores**, 20 jan. 2023. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/mm-lgbti-e-assassinado-a-cada-34-horas-no-pais-aponta-relatorio-b8eb#:~:text=O%20Brasil%20continua%20a%20liderar,de%20morte%20violenta%20em%202022>. Acesso em: 08/12/2023.

FORJAZ, Maria Cecília S. Tenentismo. **Atlas FGV**. 2016. Disponível em: <https://atlas.fgv.br/verbetes/tenentismo> Acesso em: 29/08/2022.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Aula inaugural no Collège de France, pronunciada em 2 de dezembro de 1970. 3 ed. São Paulo: Edições Loyola, 1996.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. Rio de Janeiro, Edições Graal, v. 1, 1988.

FOUCAULT, Michel. O que é um autor. In: FOUCAULT, Michel. **Ditos e Escritos**: Estética – literatura e pintura, música e cinema. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2001.

FREIRE, Flora Leite. **As transformações nas rotinas produtivas das redações**: Diário de Pernambuco e Jornal do Commercio. Dissertação (Mestrado em Comunicação). Universidade Federal de Pernambuco, 2018.

GESTAPO: visão geral. **Holocaust Encyclopedia**. Washington, DC. Disponível em: <https://encyclopedia.ushmm.org/content/pt-br/article/gestapo> Acesso em: 31/08/2023

GOMES, Camilla de M. Gênero como categoria de análise decolonial. **Civitas-Revista de Ciências Sociais**, Porto Alegre, vol. 18, n° 1, jan-abr 2018, p. 65-82.

GONÇALVES, Maria Eugênia. Tibira do Maranhão, o indígena que foi a primeira vítima de homofobia no Brasil. **Revista Híbrida**, 2020. Disponível em: <https://revistahibrida.com.br/historia-queer/tibira-do-maranhao-o-indio-que-foi-a-primeira-vitima-da-homofobia-no-brasil/> Acesso em: 04/12/2022.

GORI, Annarita G. A. António Ferro: fascinazioni italiane e soluzioni portoghesi. In GORI, Annarita G. A.; Daniele Serapiglia (Eds). **Percorsi - Scienze sociali tra Italia e Portogallo**, Roma: BraDypUS Communicating Cultural Heritage, 2017, p. 73-88.

GUIMARÃES, José Luís de B. Memória, esquecimento e política em Walter Benjamin: A reinterpretação da história a partir do comprometimento ético com os vencidos. **Kalagatos**, Ceará, v. 16, n° 2, 2021, p. 104-128.

HOLANDA, Ismenia de O.; PAIVA, Antonio C. S.; MESQUITA, Raquel G. Censura e esquecimento: a perseguição à literatura lésbica de Cassandra Rios. In: **V Reunião Equatorial de Antropologia (REA) e XIV Reunião de Antropólogos Norte e Nordeste (ABANNE)**, Maceió, 2015, p. 1-18.

IGREJA CATÓLICA não pode abençoar as uniões do mesmo sexo, diz Vaticano. **G1**, 15 mar. 2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/03/15/igreja-catolica-nao-pode-abençoar-as-unioes-do-mesmo-sexo-diz-vaticano.ghhtml>. Acesso em: 23/07/2021.

IRE, Binah; SILVA, Camila; LENZI, Maria Helena. Ser lésbica na ditadura: vida e militância sob Estado de exceção. In: WOLF, Cristina; ZANDONA, Jair; MELLO, Soraia. (orgs.) **Mulheres de Luta**: feminismo e esquerdas no Brasil (1964-1985). 1 ed. Curitiba: Appris, 2019, p. 185-208.

KER, João. A censura contra LGBTs está muito além de Crivela e da Bienal. **Revista Híbrida**. 09 set. 2019. Disponível em: <https://revistahibrida.com.br/2019/09/09/a-censura-contralgbts-esta-muito-alem-de-crivella-e-da-bienal/>. Acesso em: 14/11/2020.

KRENISKI, Gislania C. P.; AGUIAR, Maria do Carmo P. O jornal como fonte histórica: a representação e o imaginário sobre o “vagabundo” na imprensa brasileira (1989-1991). **Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH**, São Paulo, 2011.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda: jornalistas e censores, do AI-5 à constituição de 1988**. Orientadora: Maria Stella Martins Bresciani. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2001.

LEMOS, Caroline Murta. **Arquitetando o terror: um estudo sensorial dos centros de detenção oficiais e clandestinos da ditadura civil-militar do Brasil (1964-1985)**. Tese (Doutorado em Arqueologia) - Campus de Laranjeiras, Universidade Federal de Sergipe, Laranjeiras, 2019.

LESSA, Patrícia. O feminismo-lesbiano em Monique Wittig. **Revista Ártemis**, João Pessoa, v. 7, dez. 2007, p. 93-100.

LIMA, Bruno. Intentona Comunista: um passado em disputa. **Café História**. 07 mar. 2022. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/a-intentona-comunista-de-1935/>. Acesso em: 17/08/2022.

LIRA, Jefferson M. Homens “anormais”: repressão moral aos homossexuais na ditadura empresarial-militar no Maranhão. In: PICCOLO, Monica; SULIDADE, Mariana da. **Maranhão Republicano em foco: estado, imprensa e historiografia**. São Luís, Ed. Shalom/EdUema, 2015.

LOURES, Vinícius. Comissão aprova projeto que proíbe o casamento entre pessoas do mesmo sexo. **Agência Câmara de Notícias**, 10 out. 2023. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/1006272-comissao-aprova-projeto-que-proibe-o-casamento-entre-pessoas-do-mesmo-sexo/> Acesso em: 08/12/2023.

LUCA, Tania R. de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, v. 1, 2008, p. 111-153.

MANTOVANI, Flávia. Cassandra Rios Subversiva? Uma análise da sexualidade em Copacabana Posto 6. **ANPUH-Brasil**. Recife, 2019, p. 1-11.

MARCELINO, Douglas A. **Salvando a pátria da pornografia e da subversão: a censura de livros e diversões públicas nos anos 1970**. Dissertação (Mestrado em História). Rio de Janeiro: UFRJ/PPGHIS, 2006.

MARIA. Cadernos do povo brasileiro – o livro que antecipou o Golpe de 64. **Blog da BBM**, São Paulo, 09 mar. 2016. Disponível em: <https://blog.bbm.usp.br/2016/cadernos-do-povo-brasileiro-o-livro-que-antecipou-o-golpe-de-64/> Acesso em 31/08/2023.

MCMAHON, Robert. **Guerra Fria**. Porto Alegre: LePM, 2012.

MELLO, Marisa S. **Como se faz um clássico da literatura brasileira?** Análise da consagração literária de Érico Veríssimo, Graciliano Ramos, Jorge Amado e Rachel de Queiroz (1930-2012). Tese (Doutorado em História). Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, 2012.

MICHEL, Johann. Podemos falar de uma política do esquecimento? **Revista Memória em Rede**, Pelotas, v.2, n.3, ago.-nov. 2010, p. 14-26.

MINISTRO do "nada a declarar", Armando Falcão morre aos 90. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 12 fev. 2010. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1202201016.htm> Acesso em: 27/08/2023.

MOREIRA, Carla B. A análise do discurso da e sob a censura. **Fragmentum**, Santa Maria, n° 29, parte I, Laboratório Corpus: UFSM, abr.-jun., 2011, p. 39-45.

MORELLI, Ana L. F. **Correio Brasiliense: 40 anos – do pioneirismo à consolidação**. Dissertação (Mestrado em Comunicação Social). Universidade de Brasília – Faculdade de Comunicação, 2002.

MOTTA, Márcia M. M. História, memória e tempo presente. IN: CARDOSO, Ciro F.; VAINFAS, Ronaldo (org.). **Novos domínios da História**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

MOTTA, Rodrigo P. S. O perigo é vermelho e vem de fora: o Brasil e a URSS. **Locus Revista de História**, Juiz de Fora, v.3, n°2, 2007, p. 227-246.

MOURELLE, Thiago. Por que Vargas deu o golpe que criou o Estado Novo? In: **Café História**. 27 mai. 2019. Disponível em: <https://www.cafehistoria.com.br/por-que-vargas-deu-o-golpe-do-estado-novo/>. Acesso em: 11/01/2023.

NASCIMENTO, Dorinaldo dos S., **Configurações do corpo-prostituto**: Gasparino Damata, Marco Lacerda e Marcelino Freire. Tese (Doutorado – Pós-graduação em Estudos Literários) - Universidade Federal de Uberlândia, 2019.

OLIVEIRA, Luana. F. Quem tem medo de sapatão? Resistência lésbica à Ditadura Militar (1964-1985). **Revista Periódicus**, v. 1, n. 7, 2017, p. 06-19.

OLIVEIRA, Rejane Pivetta de. Literatura marginal: questionamentos à teoria literária. **Ipotesi**, Juiz de Fora, v.15, n.2 - Especial, 2011, p. 31-39, jul./dez.

ORIANI, Angélica Pall. Primeiros rascunhos: aproximações entre Michel de Certeau e a História do Tempo Presente. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, 2017, p. 316-338.

PADROS, Enrique S. História do Tempo Presente, Ditaduras de Segurança Nacional e arquivos repressivos. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, 2009, p. 30-45.

PASSOS, Marta Reyes G. **Povo, massas e multidões nos contratos de comunicação do Jornal Última Hora**. Tese (Doutorado). Comunicação Social e Semiótica. Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2009.

PAZ, Eliane H. Mein Kampf, 2016. **Intercom** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares de Comunicação. XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Rio de Janeiro, 2015, p. 1-15.

PEDRO, Joana Maria. Relações de gênero como categoria transversal na historiográfica contemporânea. **Topoi**, Rio de Janeiro, n° 22, v. 12, 2011, p. 270-283.

PEREIRA, Lucas C. S. de A. Prostituição e polícia: mulheres e homens na mira do policiamento moral em Belo Horizonte, MG, Brasil (c. 1920/1930). **História**, São Paulo, v. 38, 2019, p. 1-24.

PESAVENTO, Sandra J. Em busca de uma outra história: imaginando o imaginário. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, nº 29, v. 15, 1995, p. 9-27.

PESQUISA resgata a trajetória do poeta e intelectual Jamil Haddad. **Jornal da USP**, São Paulo, 17 dez. 2018. Disponível em: <https://jornal.usp.br/ciencias/ciencias-humanas/pesquisa-resgata-a-trajetoria-do-poeta-e-intelectual-jamil-haddad/> Acesso em: 31/08/2023.

PICCOLO, Monica; SULIDADE, Mariana da. **Maranhão Republicano em foco**: Estado, imprensa e historiografia. São Luís, Editora Shalom/EDUEMA, 2015.

PINHEIRO, Douglas. Autoritarismo e homofobia: a repressão aos homossexuais nos regimes ditatoriais cubano e brasileiro (1960-1980). **Cadernos Pagu**, Campinas, v. 52, 2018.

PINHO, Bruno. Personagens da Política Brasileira: quem foi Carlos Lacerda? **Politize!**, 25 out. 2022. Disponível em: <https://www.politize.com.br/carlos-lacerda/> Acesso em: 02/01/2024.

PINSKY, Carla B.; LUCA, Tania R. de. **O historiador e suas fontes**. São Paulo: Contexto, 2009.

PIOVESAN, Adriane. **Amor romântico x deleite dos sentidos**: Cassandra Rios e a identidade homoerótica feminina na literatura (1948 - 1942). Dissertação (Mestrado em Letras). Curitiba, UFP, 2005.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, nº 3, 1989, p. 3-15.

RAGO, Margareth Luiza. **A aventura de contar-se**: feminismos, escrita de si e subjetividade. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

REIMÃO, Sandra. “Proíbo a publicação e circulação...”: censura a livros na ditadura militar. **Revista Estudos Avançados**, São Paulo, v. 28, n. 80, 2014, p. 75-90.

REIMÃO, Sandra. Cassandra Rios - na contramão da contramão. Comunicação, cultura e mídias sociais - XIV Congresso Internacional de Comunicação, **Ibercom 2015**, vol 14, p. 7346-7352.

REIMÃO, Sandra. **Repressão e resistência**: censura a livros na ditadura militar. 2011. Tese (Livre-docente em Comunicação e Cultura) - Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.

REPORTAGEM LOCAL. "Manifesto dos Intelectuais" pediu o fim da censura em janeiro de 77. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 3 de abr. 1999. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/4/03/brasil/27.html> Acesso em: 24/11/2023.

RIDENTI, Marcelo. Censura e ditadura no Brasil, do golpe à transição democrática, 1964-1988. Rio de Janeiro, **Revista Concinnitas**, ano 19, nº 33, dez. 2018, p. 86-100.

RODRIGUES, Jorge Caê. Um lampião iluminando esquinas escuras da ditadura. In: GREEN, James N.; QUINALHA, Renan. (orgs.) **Ditadura e homossexualidades**: repressão, resistência e a busca da verdade. São Carlos: EdUFSCAR, 2021

RUBINI, Tiago. O Jornalismo Paranaense e o Contraste Pagão: um estudo de caso do Diário da Tarde. **Anais Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação** - XXXIV Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, Recife, 2011, p. 1-10.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência**. 2 ed. São Paulo: Expressão Popular/Fundação Perseu Abramo, 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. **O poder do macho**. São Paulo: moderna, 1987.

SANTOS, Rick. Cassandra Rios e o surgimento da literatura gay e lésbica no Brasil. **Revista Gênero**, Niterói, v, 4, nº 1, 2003, p. 17-31.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e realidade**, v. 20, nº 2, 1995, p. 71-99.

SEDANO, Eder A. F. “Inimigo da moral e dos bons costumes”: a atuação da censura sobre a obra de Odair José (década de 1970). **ANPUH – SP**, 2020, p. 1-14.

SETEMY, Adriana C. L. Vigilantes da moral e dos bons costumes: condições sociais e culturais para a estruturação política da censura. **Topoi**, Rio de Janeiro, 2018, p. 171-197.

SILVA, Andressa dos S. Xavier. **O demônio da sexualidade**: perversão, desvio e medicalização em Eudemonia e A volúpia do pecado, de Cassandra Rios. Dissertação (Mestrado em Estudos da Linguagem) – Universidade Federal do Goiás, Catalão, 2020b.

SILVA, Andressa dos S. Xavier.; BORGES, Luciana. A excêntrica homoafetividade: o apagamento de Cassandra Rios no campo literário brasileiro. **Macabéa – Revista Eletrônica do Netlli**, v. 1, nº 2, jan.-mar., 2020a, p. 192-208.

SILVA, Francisca A. C. da. Pedido de Veto: o parecer 1755/75 e a censura de Uma mulher diferente, de Cassandra Rios (1970-1975). **Aedos**, Porto Alegre, v. 13, nº 28, 2021, p. 160-201.

SILVA, Josiele S. d. **Desenvolvimento e socioambientalismo**: uma análise do discurso jornalístico de O Liberal e Diário do Pará sobre a Usina Hidrelétrica de Belo Monte. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Letras e Comunicação, Belém, 2012.

SOARES, Gláucio A. D. A censura durante o regime autoritário. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 4. nº 10, junho, 1989, p. 21-43.

SOIHET, Rachel; PEDRO, Joana Maria. A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero. **Revista Brasileira de História**, v. 27, nº 54, 2007, p. 281-300.

SOLÉ, Jacques. **El amor en Occidente**. Barcelona: Librería Ed. Argos, 1977.

SOUZA, Leno. J. B. Cultura impressa no Amazonas e a trajetória de um jornal centenário. **Tempos Históricos**, Marechal Cândido Rondon, PR, v. 14, n. 2, 2000, p. 106–133.

THE EDITORS of Encyclopaedia Britannica. Richard Llewellyn. **Encyclopedia Britannica**, 4 dez. 2022. Disponível em: <https://www.britannica.com/biography/Richard-Llewellyn>. Acesso em: 08/10/2023.

TICIANELI, Edberto. Valdemar Cavalcanti. **História de Alagoas**, Maceió, 5 mar. 2016. Disponível em: <https://www.historiadealagoas.com.br/valdemar-cavalcanti.html> . Acesso em 13 ago. 2023.

TREVISAN, João Silvério. **Devassos no Paraíso**: a homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade. 4 ed. Rio de Janeiro: Objetiva, 2018.

VIEIRA, Kyara Maria de A. **“Onde estão as respostas para a as minhas perguntas”?: Cassandra Rios – a construção do nome e a vida escrita enquanto tragédia de folhetim (1955-2001)**. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal do Pernambuco, 2014.

WELLE, Deutsche. Há 30 anos, OMS retirava homossexualidade da lista de doenças. **Carta Capital**, São Paulo, 17 mai. 2020, Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/diversidade/ha-30-anos-oms-retirava-homossexualidade-da-lista-de-doencas/>. Acesso em: 20 jul. 2020.

WERNECK, Humberto. Fernando Sabino. **Portal da Crônica Brasileira**, 2018. Disponível em: <https://cronicabrasileira.org.br/autores/13155/fernando-sabino> Acesso em: 08/10/2023

WITTIG, Monique. **O pensamento heterossexual e outros ensaios**. Tradução: Máira Mendes Galvão. 1ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.

XAVIER, Maurício. Quem foi Filinto Müller. **Veja**, São Paulo, 3 ago. 2018. Disponível em: <https://vejasp.abril.com.br/cidades/filinto-muller-quem-foi> Acesso em: 31/08/2023.